

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO**

**UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB E  
O DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA/BA SEGUNDO A  
PERCEPÇÃO DOS AGENTES LOCAIS.**

Ozana Rebouças Silva

**CRUZ DAS ALMAS – BAHIA  
2017**

**UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB E O  
DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA/BA SEGUNDO A  
PERCEPÇÃO DOS AGENTES LOCAIS.**

**Ozana Rebouças Silva**  
Licenciatura em Geografia  
Universidade Estadual de Feira de Santana, 2007

Dissertação apresentada ao Colegiado de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Jorge Antonio dos Santos Silva

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA  
2017**

## FICHA CATALOGRÁFICA

S586u

Silva, Ozana Rebouças.

Universidade e desenvolvimento local: a UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/BA segundo a percepção dos agentes locais / Ozana Rebouças Silva. – Cruz das Almas, BA, 2017.  
162f.; il.

Orientador: Jorge Antonio dos Santos Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

1.Políticas públicas – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. 2.Desenvolvimento socioeconômico – Crescimento urbano. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.

CDD: 378

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E  
SEGURANÇA SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO**

**UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB E O  
DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA/BA SEGUNDO A  
PERCEPÇÃO DOS AGENTES LOCAIS.**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de  
Ozana Rebouças Silva

Aprovada em: 01 de fevereiro de 2017

---

Prof. Dr. Jorge Antonio Santos Silva  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientador

---

Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinadora Interna

---

Prof. Dr. Antônio Angelo Martins da Fonseca  
Universidade Federal da Bahia  
Examinador Externo

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus familiares, pais e irmãos, razão da minha caminhada.

Ao meu namorado, Rafael Bastos Damascena, pela força, confiança e carinho.

Agradeço ao meu orientador, professor Jorge Antônio, pela paciência, dedicação e todo apoio prestado durante a realização dessa dissertação, tive muita sorte em trabalhar com um grande profissional.

À UFRB e ao Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, na figura do Diretor, Prof. Jorge Cardoso, e do assessor, Prof. Edgilson, pela aprovação da minha licença, que foi de inestimável ajuda para a concretização desse trabalho.

Por todos os meus amigos do CAHL, especialmente para Hadson Santos, Marcus Pimentel, Suzana Ribeiro pela compreensão e apoio dado em virtude do meu afastamento do setor de trabalho.

Para todos aqueles que me ajudaram com opiniões, ideias e ensinamentos, especialmente, para meu colega Elton Vitor Coutinho, e ao professor Antônio Ângelo M. da Fonseca.

Aos meus colegas e professores do Mestrado.

A todos aqueles que participaram desse projeto e contribuíram para que o trabalho de campo fosse realizado, aos entrevistados a minha enorme gratidão.

Obrigada a cada um de vocês pela preciosa ajuda.

## **UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB E O DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA/BA SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS AGENTES LOCAIS.**

**RESUMO:** Esta dissertação objetivou analisar a importância da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e, especificamente, do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL no processo de desenvolvimento do município de Cachoeira. Para tanto, busca-se compreender o papel que a Instituição desempenha na localidade e as ações da Universidade, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão que contribuam para a melhoria da qualidade de vida local. O estudo foi realizado no Estado da Bahia, na região do Recôncavo e com foco no município de Cachoeira. O trabalho de campo está delimitado à sede do município para que fosse possível executar a pesquisa, com viabilidade e de modo planejado, objetivando alcançar resultados relevantes para o interesse social. Posteriormente, após o aprofundamento teórico, realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e eletrônica foi realizada a pesquisa em campo com atores locais vinculados aos setores econômicos, educacionais e sociais visando compreender como essas lideranças percebem a atuação da universidade na cidade. Para realizar essa etapa utilizamos o seguinte recurso: entrevistas semiestruturadas com as lideranças locais conforme o método qualitativo de investigação. Atualmente, as universidades exercem uma grande contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e a UFRB tem grande relevância no atual contexto de dinamização do município de Cachoeira, de valorização da cultura local e de disseminação do conhecimento. Mas, será necessário maior envolvimento da Instituição com a comunidade por meio de suas ações e projetos para que possam trazer retornos mais significativos que contribuam de fato com desenvolvimento local, principalmente no âmbito social. Ao final, o trabalho pretende ser instrumento de consulta e reflexão para o planejamento e para a tomada de decisões de gestores em que se considere uma atuação mais efetiva da UFRB no município de Cachoeira.

**Palavras chave:** Políticas públicas; Desenvolvimento socioeconômico; Educação superior; Cachoeira-Ba.

## UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB E O DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA/BA SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS AGENTES LOCAIS.

**ABSTRACT:** This dissertation aimed to analyze the importance of the Federal University of Recôncavo da Bahia - UFRB and, specifically, the Arts, Humanities and Languages Centre – AHLC for the development process of *Cachoeira* city. In order to do so, it seeks to understand the role that the Institution plays in that region and its actions, in the scope of teaching, researching and extension contributing to the improvement of the local quality of life. The study was carried out in the State of Bahia, in the Recôncavo region, with a focus on the municipality of Cachoeira. The fieldwork is delimited to the municipality so that it is possible to carry out the research, with feasibility and in a planned way, aiming at achieving results relevant to the social interest. Subsequently, after the theoretical investigation, carried out by means of bibliographical, documentary and electronic research, a field research was performed with local actors related to the economic, educational and social sectors in order to understand how these leaders perceive the university's performance in the city. To accomplish this step we use the following resource: semi-structured interviews with local leaders according to the qualitative research method. Currently, universities make a great contribution to socioeconomic development and UFRB has great relevance in the current context of the city boosting, appreciation of local culture and dissemination of knowledge. However, it will require greater involvement of the Institution with the community through its actions and projects so that they can bring more significant comeback that effectively contribute to the local development, mainly in the social sphere. In the end, the work intends to be a consultation and reflection tool for the planning and decision making of managers who take a more effective action of the UFRB in the municipality of Cachoeira into consideration.

Keywords: Public policies; Socioeconomic development; College Education; Cachoeira-Ba

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCAAB - Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas  
CCS - Centro de Ciências da Saúde  
CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina  
CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade  
CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas  
CFP - Centro de Formação de Professores  
CPA - Comissão Própria de Avaliação  
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior  
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio  
GUNI - Global University Network for Innovation/ Rede Universitária Global para a Inovação  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHAD - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IPE - Índice de Performance Econômico  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPS - Índice de Performance Social  
OCDE - Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais  
PNE - Plano Nacional de Educação  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação  
RDH - Relatórios de Desenvolvimento Humano  
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia  
SISU - Sistema de Seleção Unificada  
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
UFBA - Universidade Federal da Bahia  
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura  
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância  
UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Cachoeira - Ba .....	52
Figura 2 - Fachada de uma nova franquía inaugurada em Cachoeira.....	57
Figura 3 - Representação gráfica da localização do CAHL/UFRB –.....	88
Figura 4 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por Gênero .....	101
Figura 5 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por etnia/cor da pele .....	101
Figura 6 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por idade.....	102
Figura 7 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por escolaridade.....	102
Figura 8 - Gráfico referente ao conhecimento das lideranças .....	110
Figura 9 - Gráfico referente a opinião dos representantes locais.....	110
Figura 10 - Gráfico referente a percepção dos entrevistados .....	111
Figura 11 - Gráfico sobre a contribuição do CAHL/UFRB .....	116
Figura 12 - Rua no centro de Cachoeira.....	156
Figura 13 - Sobrados no centro de Cachoeira.....	156
Figura 14 - Agências Bancárias em Cachoeira .....	157
Figura 15 - Casas na cidade de Cachoeira.....	157

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Graduação do CAHL.....	88
Quadro 2 - Grupos de pesquisa do CAHL.....	89
Quadro 3 - Projetos de pesquisa do CAHL cadastrados de janeiro a julho de 2016 e com início em 2016.....	91
Quadro 4 - Atividades de extensão do CAHL de janeiro a julho de 2016 .....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IPS e IPE do Recôncavo .....	49
Tabela 2 - IDHM dos municípios do Território de Identidade do Recôncavo – 2010. ....	50
Tabela 3 - Valor Adicionado, PIB e PIB Per Capita a preços correntes do município de Cachoeira, Estado da Bahia, entre 2000 – 2013 em mil reais. ....	58
Tabela 4 - Finanças públicas: receita orçamentária corrente e corrente tributária em Cachoeira 2006; 2010; 2015 em reais. ....	59
Tabela 5 - Cadastro de empresas e pessoal ocupado em .....	60
Tabela 6 - Instituições financeiras e operações bancárias em reais, Cachoeira Bahia 2006; 2010; 2013; 2015. ....	60
Tabela 7 - Índice de Performance Econômica e Social, .....	61
Tabela 8 - Censo demográfico Cachoeira - Bahia, 2000 e 2010. ....	61
Tabela 9 - Estrutura Etária da população e índice de envelhecimento .....	62
Tabela 10 - IDHM (renda, longevidade e educação) em .....	63
Tabela 11 - Pessoas que frequentavam escola ou creche em Cachoeira, Bahia, 2000 e 2010 .....	63
Tabela 12 - Números de vagas ofertadas, ociosas, alunos ingressantes, matriculados .....	79
Tabela 13 - Número de alunos, docentes e técnicos. ....	85

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.</b> .....	<b>12</b>
<b>2. Crescimento versus Desenvolvimento.</b> .....	<b>17</b>
2.1. Desenvolvimento local, endógeno e humano. ....	21
2.2. Desenvolvimento e educação superior. ....	35
<b>3. Perfil do Recôncavo Baiano.</b> .....	<b>45</b>
3.1. O município de Cachoeira/Ba. ....	51
3.1.2. Cachoeira: Pré e pós tombamento pelo IPHAN .....	52
3.1.3. Cachoeira: Pré e pós UFRB/CAHL. ....	55
3.1.4. Perfil Econômico.....	57
3.1.5. Perfil demográfico e Social .....	61
<b>4. Políticas públicas de expansão da educação superior no Brasil.</b> .....	<b>65</b>
4.1. O REUNI e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.....	71
4.1.2. UFRB: História, processo de implantação e plano de gestão.....	73
<b>5. Estudo de caso: A UFRB em Cachoeira - ensino, pesquisa e extensão.....</b>	<b>84</b>
<b>6. A UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira: a percepção das lideranças locais</b> .....	<b>95</b>
6.1 Aspectos Metodológicos .....	95
6.1.2 Cenários e atores de investigação.....	97
6.2 Caracterização das Lideranças.....	100
6.3 Análise e Resultados .....	103
<b>7. Considerações finais e recomendações.</b> .....	<b>129</b>
<b>Referências.</b> .....	<b>135</b>
<b>Apêndice</b> .....	<b>143</b>

## 1. Introdução.

Nesta dissertação, se realiza um estudo sobre o papel da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) no desenvolvimento local do município de Cachoeira-BA, destacando a importância dessa Instituição para a promoção da melhoria da qualidade de vida da Comunidade, levando em consideração, por exemplo, a influência socioeconômica e cultural do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) no referido município.

A presença de uma universidade pública em uma localidade, principalmente em pequenas e médias cidades, gera um forte impacto nos setores econômico, social, educacional, cultural e político desses espaços, e isso depende da relação que a instituição mantém com a comunidade, pois, quanto maior o nível de integração e cooperação que se dá entre instituição e sociedade, maiores se tornarão as transformações socioespaciais.

A implantação da UFRB no Recôncavo se constitui dentro de um projeto de democratização e interiorização da educação superior no Brasil, mas, especificamente, tem um papel fundamental na região do Recôncavo da Bahia, enquanto um elemento-chave para o processo de desenvolvimento regional.

Neste viés, a pesquisa se realiza no contexto da implantação do CAHL/UFRB, e na perspectiva da reestruturação e do desenvolvimento do município de Cachoeira, visando analisar a relevância das ações dessa instituição com relação às necessidades e demandas locais. Assim, o estudo busca perceber a contribuição do CAHL/ UFRB para o desenvolvimento do município de Cachoeira.

Na atual fase de organização da sociedade e da economia, caracterizada pela globalização e pelo período técnico-científico informacional, as universidades possuem fortes desafios, como o de atender às demandas por formação de profissionais mais capacitados ao mercado atual, indicar soluções para os problemas que afligem a vida em comum, como também, continuar favorecendo o desenvolvimento cultural, político, econômico, social e ambiental de regiões e países, principalmente pela contribuição que essas instituições podem dar no campo da ciência, tecnologia e da inovação.

Nesse contexto, necessário se faz avaliar o papel da universidade enquanto fator de desenvolvimento local e também de indutora de uma maior e melhor equidade

no processo de inclusão socioespacial, visto que, a implantação da UFRB no interior do Estado, no modelo multicampi, instalada em diversas cidades, como Cachoeira, Amargosa e Feira de Santana, também está relacionado com o processo de ampliar os mecanismos de justiça espacial através da democratização e ampliação de direitos e recursos necessários a promoção do desenvolvimento para um maior número de pessoas por meio da educação superior. Assim, conforme analisa Catalão (2008):

A justiça espacial é, então, conceituada enquanto distribuição justa e democrática de benefícios e recursos no espaço (CRITICAL PLANNING, 2007). Contudo, essa conceituação pode parecer redutora e é preciso ser aclarada. Não se trata apenas de uma simples análise de localização de bens, pois nela está implícito o entendimento do espaço como produto/ produtor de relações sociais, o que nos leva a pensar que o espaço nunca é inerte ou inocente aos acontecimentos e às formas que ele abriga (LEFEBVRE, 1977), estando “preso” na dialética com a sociedade e sendo, portanto, “impedido” por essa dialética de “atuar” apenas como receptáculo indiferente dos fenômenos (CATALÃO, 2008, p. 36).

Portanto, esta pesquisa pode contribuir no processo do planejamento institucional e para a tomada de decisões de gestores, a partir de uma análise mais aprofundada sobre a importância e possibilidades de atuação da universidade sobre o espaço e no que se refere a relação que a mesma mantém com a sociedade.

A pesquisa traz novas possibilidades de reflexão e de entendimento sobre a função e a atuação da UFRB no Recôncavo, e sua contribuição ao desenvolvimento local, tendo em vista que é de interesse da sociedade e dos gestores alcançar efetividade com as ações realizadas, trazendo benefícios sociais para um maior número de pessoas, mas, para que isto ocorra, antes da tomada de decisões se requer o estudo e análise da realidade.

A problemática central da pesquisa se coloca com a questão: a UFRB, como instituição de ensino superior, tem se constituído em vetor de desenvolvimento local para o município de Cachoeira?

A intenção é reconhecer a importância do desenvolvimento local na formulação de políticas públicas e qualificar o papel da UFRB como agente de desenvolvimento socioespacial. Assim, elabora-se uma análise do papel do CAHL/UFRB no âmbito do desenvolvimento local com foco no município Cachoeira.

As dúvidas que levaram a realização desta dissertação partiram do pressuposto que a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB não tem promovido uma participação efetiva e assumido o protagonismo em projetos e ações com vista a estruturar um processo de desenvolvimento econômico e social nas cidades em que

atua, a exemplo de Cachoeira. Tais ações se referem ao oferecimento de cursos com demandas reais da sociedade; ao desenvolvimento de práticas que possam integrar todos os recursos da instituição, objetivando atender aos anseios de sua região; assim como, a posição de articulador dos diferentes setores da sociedade em prol da melhoria das condições de vida. Dessa forma, tais ações estariam contribuindo efetivamente para o desenvolvimento local e regional.

O objetivo então definido foi o de analisar o papel do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB no âmbito do desenvolvimento local a partir da cidade de Cachoeira, como também entender o que a Universidade pensa sobre a questão do desenvolvimento, como atua e articula-se com outras instituições para estimulá-lo.

Esta dissertação configura-se em um estudo de caso que trata sobre o papel do CAHL/UFRB no processo de desenvolvimento local do município de Cachoeira. Para isto se realizou levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa na modalidade estudo de caso.

No trabalho em campo realizou-se entrevistas semiestruturadas, as quais foram avaliadas por meio da técnica de análise de conteúdo, junto às lideranças locais, ligadas à UFRB e ao município de Cachoeira como empresários, líderes de associações e representantes de setores como educação e cultura; e da gestão da UFRB.

A dissertação divide-se em 7 capítulos, procurando-se apresentar de forma clara a construção da pesquisa, a fim de torná-la coerente, e facilitar o entendimento sobre os objetivos e os resultados deste trabalho.

O primeiro capítulo apresenta a parte introdutória, com uma breve argumentação sobre a importância da universidade para o desenvolvimento local e as intencionalidades e o objetivo central desta dissertação.

No segundo capítulo, realiza-se uma abordagem sobre o conceito de desenvolvimento numa perspectiva histórica e por meio das diversas formas em que o mesmo é retratado: local, endógeno, humano, na perspectiva de autores como Amartya Sen (2007), Amaral Filho (2001), Brose (2000) e Boisier (1999 e 2004), entre outros, além de diferenciá-lo do conceito de crescimento. Também se dá um destaque para a relação existente entre desenvolvimento e educação superior.

O terceiro capítulo traz uma abordagem breve sobre a história da formação do Recôncavo da Bahia, apresentando informações de cunho econômico e social da Região, com base em dados da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. Posteriormente, se inicia uma abordagem sobre o município de Cachoeira, abordando-se um período que compreende o pré e o pós tombamento da cidade de Cachoeira realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e, também, se realiza uma abordagem sobre o Município em um contexto que compreende o antes e depois da implantação do Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL no centro da cidade de Cachoeira. Assim, traça-se um perfil econômico e social objetivando conhecer melhor o Município por meio de informações que possam retratar o seu desenvolvimento, com base em dados retirados de fontes de informações secundárias, como: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SEI e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

No quarto capítulo se aborda as políticas públicas de educação superior no Brasil, especificamente a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), política pública voltada para a expansão da rede federal de ensino superior visando o aumento do número de vagas e melhoria da equidade de acesso na educação superior brasileira. Nesse interim, se traz informações sobre a criação da UFRB no Recôncavo, dados sobre sua estrutura e organização, e os resultados mais recentes da Universidade no que se refere à política de expansão da Instituição, por meio dos seus relatórios de gestão.

O quinto capítulo apresenta o Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL/UFRB, sua história de implantação e estrutura atual, além do perfil do Centro na área do ensino, da pesquisa e da extensão.

O sexto capítulo mostra os aspectos metodológicos utilizados para chegar aos resultados da pesquisa, através do levantamento de fontes primárias e de dados secundários, além da realização de um detalhamento do método da Análise de Conteúdo de Bardin (2016) que se utilizou para análise das entrevistas semiestruturadas aplicadas.

Este capítulo também trata sobre a análise das entrevistas realizadas com as lideranças locais da comunidade e representantes da Instituição.



O sétimo capítulo dedica-se às considerações finais, com a conclusão da dissertação, contemplando algumas recomendações que se coloca aos atores interessados.

Esta dissertação parte de fundamentação teórica apropriada mediante levantamento bibliográfico, documental e eletrônico, complementando-se com pesquisa em campo e posterior análise de entrevistas norteadas por questões e inquietações que fundamentaram o estudo realizado.

Com isso, mostrou-se a importância de uma universidade pública para o desenvolvimento de regiões, municípios e cidades, buscando compreender a relevância da UFRB, primeira universidade federal a ser criada no interior da Bahia, para o desenvolvimento do município de Cachoeira-Ba. O estudo procurou perceber a relação da UFRB e, especificamente, do Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, com a sociedade cachoeirana, a partir do nível de cooperação e de compartilhamento (estudos, experiências, descobertas, tecnologias, cursos, atividades) que a Universidade mantém com a Comunidade, visando perceber o papel e a importância da UFRB/CAHL para o processo de desenvolvimento local do município de Cachoeira.

## 2. Crescimento versus Desenvolvimento.

Estudos relacionados ao crescimento e ao desenvolvimento dos países passaram a ter um enfoque mais direto no campo da economia e das ciências sociais após o término da Segunda Guerra Mundial. A questão em torno do significado do termo desenvolvimento trouxe debates em nível mundial, e não apenas sobre questões como riqueza e renda, mas também sobre conceitos relacionados à qualidade de vida, meio ambiente, condições de saúde, educação, segurança, distribuição de renda e liberdade; todos esses novos indicadores tornaram a discussão mais rica e complexa.

Segundo cita Viscaíno Junior (2008),

[...] foi somente no final da 2ª Guerra Mundial, a partir de 1944, que se produziu um conjunto de análises e teorizações de origem científica acadêmica, quase que totalmente integradas nas ciências econômicas, que permitiu generalizar-se que naquele momento histórico havia surgido a teoria do desenvolvimento econômico. (VISCAÍNO JUNIOR, 2008, p. 19)

Conforme Viscaíno Junior (2008), este fato está relacionando com as condições socioeconômicas vividas pelos países que participaram da guerra e precisavam de alternativas para superar os problemas decorrentes da diminuição das condições de produção, emprego e renda. A discussão sobre desenvolvimento também foi acompanhada pelos países periféricos, principalmente pelos países da América Latina que mantinham à época condições ínfimas de crescimento econômico e bem estar social, e isso se tornou preocupante, conforme Vascaíno Junior (2008), porque, neste momento, o mundo após 2ª Guerra Mundial estava marcado pelo conflito de poder, travado no contexto da guerra fria, por Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Assim, com a intenção de frear qualquer possibilidade de fortalecimento do modelo de desenvolvimento direcionado pela URSS em países em condições graves de pobreza, tornou-se consensual, dentre os defensores da teoria econômica capitalista liderada pelos EUA, que as condições de vida nos países pobres deveriam ser melhoradas para não se tornarem fatores que pudessem provocar o surgimento de movimentos sociais e políticos-ideológicos de orientação socialista e comunista.

Inicialmente, o debate surgiu em torno dos mecanismos para gerar o crescimento, principalmente com a criação de modelos referenciados dos países mais

ricos, como os Estados Unidos, para serem aplicados em países pobres, como os da América Latina, não levando em conta questões cruciais como a formação histórica, a posição e a condição econômica e geopolítica que os países latino-americanos mantinham no sistema capitalista mundial. Além disso, conforme cita Oliveira (2002, p. 38) “muitos autores atribuem apenas incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos”. Assim, a tentativa de alcançar o desenvolvimento das nações apenas pelo lado do seu crescimento econômico, a partir de fatores como aumento da produção, através de políticas de industrialização dos países periféricos, dentre outros, não trouxe resultados positivos, pois, em muitos casos houve um aumento do PIB (Produto Interno Bruto), mas sem distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida da população mais pobre.

Segundo Boisier (1999):

Durante dos decadas el desarrollo continuó siendo casi um sinónimo de crecimiento y el PIN agregado y sobre todo, el PIB per cápita fue la medida corriente del nivel de desarrollo. Esto contribuyó a consolidar el dominio profesional de los economistas en el tema del desarrollo, algo que generó una suerte de circularidade viciosa de reduccionismo económico, que poco há ayudado a entender la verdadera naturaleza del fenómeno y al diseño de formas eficaces de intervención promotora (BOISIER, 1999, p. 2).

Esses acontecimentos serviram para despertar o interesse de setores da sociedade, como os cientistas, em compreender e construir teorias que fossem úteis ao debate sobre desenvolvimento, para além dos mecanismos de crescimento econômico.

Portanto, com a necessidade de contornar tantos problemas vividos e acirrados no pós-guerra, tais como: pobreza, discriminação racial, miséria, disputas pelo poder bélico, e os mais diversos tipos de desigualdade, foram criados à época diversas organizações internacionais orientadas, principalmente, pelos EUA. Dentre essas instituições estava a Organização das Nações Unidas (ONU) criada em 1945 e suas diversas agências como: a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) entre outras, que tinham como propósito contribuir para melhorar às condições de vida e promover o desenvolvimento dos países signatários.

Siedenberg (2003, p. 47) comenta que “já em 1954 um grupo de cientistas sociais vinculados à ONU sugeria a necessidade de atrelar ao PIB alguns indicadores da área de saúde, educação, ocupação e habitação para melhor definir o desenvolvimento”.

Neste sentido, Oliveira (2002) define desenvolvimento e também o difere de crescimento:

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras. (OLIVEIRA, 2008, p. 40)

Diante da busca por aplicar um modelo que servisse de base para engendrar possibilidades de desenvolvimento em países pobres, e diante da riqueza econômica e da qualidade de vida alcançadas pelos países mais industrializados do planeta, comumente se relacionou desenvolvimento com industrialização. Assim, conforme cita Oliveira (2002):

Na América Latina e no Brasil, durante as décadas de 50, 60, 70, as políticas de desenvolvimento enfatizaram a necessidade de promover o crescimento do produto e da renda por meio da acumulação de capital e da industrialização baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importação. (OLIVEIRA, 2002, p. 44)

O contexto histórico que promoveu aplicações dessas políticas em países como o Brasil foi influenciado pela CEPAL, agência da ONU para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, que conforme cita Viscaíno Junior (2008) surgiu dentro do movimento ideológico, na década de 1950, em favor da hegemonia mundial do capitalismo liderado pelos Estados Unidos, e tinha como estratégia definir trajetórias de desenvolvimento que diminuíssem a pobreza e as insatisfações populares, e afastassem esses países de ideologias de desenvolvimento voltadas ao sistema socialista.

Apesar da teoria de desenvolvimento proposta pela CEPAL, de substituição de importação com base na industrialização nacional, como ocorreu no Brasil nas décadas de 1950 e 1960 não ter continuidade nas décadas de 1970 e 1980, devido à

estagnação econômica, inclusive com uma crise mundial e com o esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano, não se pode invalidar a tentativa dessa teoria de propor, mesmo que equivocadamente, com base na industrialização, ações para superar as raízes do subdesenvolvimento nos países periféricos. Porém, este modelo causou desigualdades entre os países e internamente em suas regiões, pois a industrialização não é um fenômeno que se espalha para todos os lugares. Além disso, inúmeros problemas surgiram nos países da América Latina, visto que o fenômeno da industrialização e do crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento, dentre eles destaca-se: a diminuição da qualidade de vida nas grandes cidades que sofreram com problemas relacionados à urbanização desenfreada; o aumento da poluição; a precariedade das condições de vida: na moradia, no acesso à educação, à saúde; o crescimento da violência, entre outros.

O desenvolvimento de um país, região ou uma cidade não é consequência de uma ou poucas ações que visam apenas introduzir uma determinada política econômica engessada e sem vislumbrar a melhoria das condições de vida. Assim, conforme cita Oliveira (2002):

Por muito tempo foi esquecido que as pessoas são tanto os meios quanto o fim do desenvolvimento econômico. O que importa, na verdade, mais do que o simples nível de crescimento ou de industrialização é o modo como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento econômico são distribuídos para a população, de modo a melhorar a vida de todos. (OLIVEIRA, 2002, p. 45).

Assim, novas abordagens sobre o desenvolvimento foram surgindo durante o final da década de 1980 e durante toda a década de 1990, introduzindo experiências surgidas em todas as partes do mundo, demonstrando a dimensão globalizada das estratégias de desenvolvimento em várias partes do mundo e da crescente participação das organizações sociais por uma maior participação nas decisões políticas e econômicas dos governos.

Sobre as novas abordagens do desenvolvimento, Siedenberg (2012) diz que:

A abertura de espaços nos quais a democracia e o exercício da cidadania são fomentados, bem como o empoderamento de comunidades e regiões (Friedmann, 1999) assumindo um papel ativo e criativo no desenho do seu próprio futuro indica a consolidação de um novo paradigma de ação territorial, no qual diálogos, negociações e vínculos contratuais entre os atores do desenvolvimento são uma característica básica. (SIEDENBERG, 2012, p.78)

As concepções contemporâneas sobre desenvolvimento trazem discussões acerca de noções e aspectos relacionados as localidades, à participação da sociedade civil, aos conselhos, cidades, sustentabilidade, governança local, organizações do terceiro setor, organizações em rede, cidadania, entre outros. No Brasil, conforme argumenta Siedenberg (2012) o que explica o aumento dessas abordagens sobre o desenvolvimento com características mais endógenas são:

- ✓ Capacidade de comunicação na atualidade (difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs), isso facilita a interação com às ações e políticas que estão sendo desenvolvidas em qualquer lugar do mundo;
- ✓ A lenta e ineficiente ação do Estado em lidar com as constantes e crescente demandas da sociedade, isso proporcionou que a sociedade civil passasse a tomar para si iniciativas neste sentido.
- ✓ A dimensão territorial do Brasil – As políticas públicas de caráter nacional e regional não conseguem atender com a mesma eficiência regiões e territórios distintos e com problemas específicos, além disso não conseguem alcançar uma regularidade, concomitância e complementaridade para as políticas públicas propostas por diferentes órgãos e autarquias.

## **2.1. Desenvolvimento local, endógeno e humano.**

Conforme argumenta Boisier (1999) o conceito de desenvolvimento local não possui uma definição clara, pois em comparação com o conceito de desenvolvimento regional, pode se diferenciar desse por uma questão de escala, como exemplo um município (local) em comparação a uma região produtora de um bem agrícola que perpassa o território de muitos municípios (regional).

Buarque (1999, p. 23 e 24) apud Boisier (1999, p. 10) afirma que “o desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população”.

O movimento que promoveu maior influência dos aspectos locais, internos e endógenos ao desenvolvimento de países e regiões se fortaleceu por importantes mudanças na economia internacional, motivada pelo enfraquecimento do modelo de produção industrial fordista, do baixo crescimento econômico mundial, da revolução

tecnológica, do fim do ciclo do Estado planejador com base na teoria keynesiana de gestão da macroeconomia dos países ocidentais, e o enfoque na teoria neoliberal, que retoma a ideia de um mercado mais forte e independente do planejamento estatal. Além disso, o desenvolvimento até então proposto para os países subdesenvolvidos, baseado em planos governamentais de industrialização, de cima para baixo, como realizado no Brasil, não refletiu em mudanças reais e sustentáveis nos índices de pobreza, como também, se verificaram processos de concentração industrial que promoveram uma maior concentração de renda e desigualdades regionais.

Brose (2000) reflete que:

Se fosse possível promover o desenvolvimento e reduzir a pobreza com medidas de caráter técnico, sem passar pelo tortuoso e demorado trabalho de fortalecer a cidadania e influenciar o cotidiano da política a favor da democracia e a verdadeira igualdade de direitos, isso certamente já teria sido feito. Mas, a realidade é mais complexa. Não basta apenas, por exemplo, estabilizar a moeda. (BROSE, 2000, p.19)

O modelo de desenvolvimento local endógeno, reflete uma mudança de paradigma, e torna o modelo de produção e de desenvolvimento regional exógeno, a partir de conceitos de localização industrial para induzir o desenvolvimento como o de “polo de crescimento” de F. Perroux, e das políticas de transferência de capital e tecnologia, quase que insustentáveis diante das alterações que a economia capitalista necessitava promover para continuar sua manutenção.

Segundo Barros; Silva; Spinola (2006):

A partir da década de 70, quando se registra a crise do modelo fordista de produção em massa, a “descoberta” dos distritos industriais marshalianos na Terceira Itália por Agnaldo Bagnasco, Carlos Triglia e Sebastiano Brusco; e o trabalho seminal de Michael Piore e Charles Sobel, com a proposta de um novo paradigma tecnológico, o da especialização flexível cuja forma especial seria o distrito industrial, [...] são lançadas as bases do que viria a ser conhecido como “desenvolvimento local”. (BARROS; SILVA; SPINOLA, 2006, p. 93).

Desta forma, o desenvolvimento local, conforme sinaliza Lopes (2003, p. 44), busca ser uma alternativa proativa e propositiva no contexto de internacionalização da economia mundial, da ideologia neoliberal e das diversas necessidades das populações de países que enfrentam graves problemas sociais como desemprego, exclusão social, baixo desenvolvimento tecnológico e educacional.

É neste contexto, que iniciativas que tentam adequar necessidades locais, com as possibilidades trazidas pelos setores econômicos e negócios externos, podem, a partir da utilização do potencial criativo, tecnológico, cultural, ambiental, econômico e social endógeno, ser uma ferramenta para valorizar a economia local, produzir renda e melhorar as condições de vida da população, numa perspectiva de baixo para cima, com a valorização do território.

Conforme argumenta Lopes (2003):

Os governos locais passam a surgir como um dos atores impulsionadores do processo de desenvolvimento econômico local, empreendendo iniciativas próprias e mais adequadas às particularidades de cada lugar (LIMA; LOYOLA; MOURA, 2000). Aos governos estaduais, cabem a geração de poupança pública local e a recuperação da capacidade de investimento. Aos governos municipais, cabe coordenar as ações internas à cidade, adequando-as às realidades regionais e até mundiais. (LOPES, 2003, p. 44)

É importante salientar que para autores como Brose (2000) e Amaral Filho (2001), a atuação do Estado não pode ser negligenciada, pois as questões macroeconômicas da economia são fundamentais para promover a estabilidade econômica necessária para permitir que ações de cunho mais interno, porém conectadas com a economia nacional e global, possam ter as condições mínimas de desenvolvimento.

Segundo Amaral Filho (2001):

[...] o novo papel do Estado, no desenvolvimento local/regional, tem-se baseado em um modo de intervenção pragmático, o qual não valoriza em absoluto o princípio neoliberal nem o princípio do dirigismo estatal. Quanto ao primeiro, esse não aceita a crença cega de que o mercado e os preços sejam os únicos mecanismos de coordenação das ações dos agentes. Quando ao segundo, esse não aceita o dirigismo generalista que leva à burocracia pesada, à hierarquia rígida e ao desperdício financeiro. (AMARAL FILHO, 2001, p. 270).

Brose (2000) realizou um interessante levantamento sobre casos de desenvolvimento local a partir do estudo de 103 experiências que obtiveram impactos positivos no meio rural do Rio Grande do Sul. Segundo esse autor, o desenvolvimento na sua perspectiva local, mas também humana e sustentável, qualquer que seja sua adjetivação, “depende de uma complexa, demorada e contínua interação e sinergia entre fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer” (Brose, 2000, p. 10). Desta forma, o desenvolvimento não é fruto apenas do crescimento econômico



ou das ações de um Estado centralizador e indutor de ações para o desenvolvimento de “cima para baixo”, mas das complexas e dinâmicas relações horizontais entre os diversos atores sociais que se tornam fontes de poder para gerar uma rica participação da comunidade em prol de uma melhor qualidade de vida. Contudo, este autor deixa claro o papel crucial do Estado para garantir a qualidade de vida da população.

Para Brose, o Desenvolvimento local:

[...] se refere aos processos de melhoria da qualidade de vida das pessoas no enfoque do desenvolvimento humano, levando em conta a sustentabilidade destes processos e surgindo a partir de iniciativas locais, e não de decisões federais ou estaduais. (BROSE, 2000, p.72).

Ainda conforme esse autor, citando pesquisas de Amartya Sen, prêmio Nobel de Economia em 1998, realizadas na Índia e no Paquistão, e dos experimentos fracassados de que o mercado poderia sozinho induzir o desenvolvimento, com redução da pobreza e da desigualdade social, diz que o setor público é essencial para promover processos de desenvolvimento. Nesta mesma perspectiva Lopes (2003, p. 47), argumenta que “o desenvolvimento local é também condicionado pelos fatores exógenos”, pois esses fatores têm papel fundamental para organizar as forças produtivas no interior das regiões de um país, como exemplo, ele destaca a compensação financeira intermediada pelo Governo Federal aos estados e municípios, no caso brasileiro.

Para realizar seu estudo e avaliar as experiências de desenvolvimento local no meio rural gaúcho, Brose (2000) elenca cinco dimensões que considerou fundamentais para analisar e definir os casos que, tendo ao menos duas das cinco dimensões, poderiam ser experiências locais com capacidade de promover o desenvolvimento. As cinco dimensões foram: Inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão ambiental, uso racional de recursos naturais e mobilização da sociedade. Segundo Brose (2000, p.88) “Essas dimensões permitem sistematizar de uma forma clara e objetiva as ações selecionadas, relativizando a importância do crescimento econômico e tornando operacional as abstratas conceituações do enfoque de desenvolvimento humano”.

Dentro os estudos de caso abarcado por sua pesquisa, é possível citar duas que tiveram a participação direta de ações promovidas por universidades públicas:

- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: A iniciativa da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) – Este programa foi iniciado em 1995 pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e é uma importante ação extensionista da instituição e um programa permanente da Unitrabalho - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, a qual congrega 82 universidades no país. (BROSE, 2000, p. 426).
- O Fortalecimento da Cidadania: O projeto Tribunos da Cidadania da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) em Pelotas e Canguçu – O projeto de extensão universitária “Tribunos da Cidadania” objetiva a descentralização da assistência jurídica com postos de atendimento em comunidades de baixa renda de Pelotas e Canguçu; capacitar as lideranças através de cursos de formação de Agentes Multiplicadores de Cidadania, entre outros. (BROSE, 2000, p.429).

Na perspectiva endógena do desenvolvimento, Barros; Silva; Spinola (2006) ao citarem Gonzalez (1998) denominam como desenvolvimento endógeno no Brasil:

Um processo diferente no sentido de que é voluntário e combinado, ou pelo menos conhecido, pelo conjunto de uma coletividade concreta no que se realiza um processo diferenciado daquele que ocorre em seu entorno próximo, mediante a introdução de inovações que geram valor adicionado a suas atividades produtivas e cotidianas (BARROS, SILVA; SPINOLA, 2006, p. 94).

Boisier (2004) traz importantes reflexões sobre o conceito de desenvolvimento endógeno<sup>1</sup> ao tentar buscar uma razão do surgimento desse novo termo. O autor tenta aprofundar o debate sobre os adjetivos que acompanham o conceito de desenvolvimento buscando trazer uma definição mais real e clara destes termos para além de modismos ou de uma simples tautologia. Neste sentido, Boisier levanta as

---

<sup>1</sup> Segundo Barros; Silva; Spínola (2006, p. 94) citando Baquero (1999) e Malé (2001), existem “três dimensões importantes do desenvolvimento endógeno: a primeira de caráter econômico, que permite aos empresários e agentes econômicos locais usar eficientemente os fatores produtivos e alcançar os níveis de produtividade que lhes permitem ser competitivos nos mercados; a segunda, de cunho sociocultural, na qual os atores econômicos e sociais se integram com as instituições locais formando um sistema denso de relações que incorporam os valores da sociedade no processo de desenvolvimento local endógeno; e, a terceira e última, de caráter político, que instrumentaliza, mediante as iniciativas locais, permitindo criar um entorno local que estimule a produção e favoreça o desenvolvimento”.

seguintes questões sobre o desenvolvimento endógeno: Para que? Para quem? Buscando trazer a essência desse desenvolvimento, e a partir destas perguntas ele elabora suas principais ideias sobre este conceito. Assim, para Boisier o desenvolvimento endógeno serve essencialmente ao ser humano, para torná-lo mais capaz, livre, com maior dignidade, autonomia, um ser em sua totalidade; esses devem ser o objetivo das políticas e ações que promovam o desenvolvimento. Boisier (2004, p.3) argumenta que “la intención es posicionar una concepción del desarrollo centrado en la persona humana y en sus capacidades, que sea simultáneamente pensamiento y acción”.

Segundo Boisier (2004) o desenvolvimento endógeno serve

[...] Para generar en un territorio dado las condiciones de entorno que le permiten a los seres humanos potenciarse a sí mismos para llegar a ser verdaderas personas humanas, porque, hay que enterderlo de una vez, el desarrollo no lo hace nadie sino las personas en su individualidad y en su sociabilidad. Ni el Estado, ni el capital, ni el sector privado, ni el público, pueden producir el desarrollo de las personas; sólo pueden crear las condiciones de entorno. (BOISIER, 2004, p.3)

O autor retoma uma ideia essencial que deve estar conectada com a concepção de desenvolvimento que é a liberdade como meio e fim do desenvolvimento e, conseqüentemente, o conceito de descentralização e comunidade também se tornam fundamentais para o processo de desenvolvimento endógeno, além destes, os fatores exógenos não podem ser negligenciados, pois o crescimento econômico é um fator essencial ao processo de desenvolvimento. Essa nova reorganização e preocupação do pensamento econômico, da política e da sociedade em torno do desenvolvimento local, endógeno e humano está centrada nas mudanças recentes que trazem à tona questões como a globalização, os avanços tecnológicos, a sociedade do conhecimento, o meio ambiente e das condições de pobreza e de subdesenvolvimento que vivem as nações e grandes parcelas da população mundial.

Conforme argumenta Amaral Filho (2001) existem muitas vantagens à descentralização e, por conseguinte, à perspectiva endógena do desenvolvimento. Segundo este autor os argumentos favoráveis à descentralização da ação pública estão baseados em três elementos-chaves: o da proximidade e da informação; o da experimentação variada e simultânea; e o elemento relacionado ao tamanho; ou seja, os governos locais estão mais próximos da realidade e das necessidades da sua

população em comparação aos governos centrais, portanto, podem atuar com maior eficiência.

No entanto, o poder central não perde importância no contexto do desenvolvimento endógeno, ele é um elemento de apoio ao desenvolvimento nessa perspectiva. O Estado precisa agir no sentido de superar os desequilíbrios regionais, de promover o investimento e a infraestrutura local, a geração de poupança local, de atrair investimentos, etc.

Boisier (2004) ressalta a importância da ação social e local para alcançar o desenvolvimento, sem menosprezar a importância do poder estatal:

Estas consideraciones reclaman un nuevo “contrato social” entre el Estado y la sociedad civil, con un nuevo esquema de distribución de responsabilidades sociales que coloque a la sociedad civil como el principal agente del proceso de cambio social, asociada a un Estado con un papel proactivo, no sólo interviniendo compensatoriamente. Como se dijo, el principal propósito de este “partenariado” es optimizar la intervención de la sociedad sobre los procesos de cambio de su territorio, crecimiento y desarrollo. (BOISIER, 2004, p. 13)

Lopes (2003) também faz uma interessante abordagem sobre o desenvolvimento regional/local na perspectiva endógena, para esse autor a teoria do crescimento endógeno surge com o intuito de trazer uma nova possibilidade para a questão do desenvolvimento, diferente da teoria tradicional que não trazia explicações consistentes para questões como: do crescimento econômico ao longo prazo, do aumento da desigualdade nos níveis de renda entre países e regiões, e da mobilidade dos fatores de produção.

Este modelo alternativo de desenvolvimento regional, que surge a partir das transformações econômicas e políticas que estavam ocorrendo no mundo capitalista, é marcado pela ampliação de poder dos atores locais, e na perspectiva da valorização das potencialidades socioeconômicas e humanas do território, no modelo de “baixo para cima”. Citando Boisier e Amaral Filho, Lopes (2003) elenca alguns elementos que caracterizam a perspectiva endógena do desenvolvimento: estratégias de desenvolvimento baseadas na cooperação entre indústria e ciência, articulação dos atores locais, e capacidade de inovação. Exemplos que, em certa medida, podem

apresentar estas condições e são típicos do paradigma do desenvolvimento endógeno são os distritos industriais, os clusters e os milieux innovateurs.<sup>2</sup>

Ainda conforme Lopes (2003, p. 66), no modelo endógeno, ocorre a valorização de “novos fatores de produção”, como: “[...] capital humano; ciência e tecnologia; pesquisa e desenvolvimento; conhecimento e informação, instituições e meio ambiente”, todos considerados vantagens dinâmicas do local.

O conceito de desenvolvimento humano se fortaleceu a partir dos Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) e da criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 em contraponto ao PIB per capita, tido como insuficiente para medir o desenvolvimento para além do crescimento econômico.

O primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano foi lançado em Londres no dia 24 de maio de 1990 (HAQ, 1995, p. 26). De acordo com este documento, o objetivo do desenvolvimento deveria ser criar um ambiente no qual as pessoas possam viver uma vida longa, saudável, criativa e feliz (UNDP, 1990, p. 9). Desta forma, o desenvolvimento humano pode ser definido como um processo de aumentar as escolhas possíveis das pessoas. (MACHADO; PAMPLONA, 2008, p. 62)

O primeiro relatório publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) já demonstra uma clara mudança e definição sobre o novo paradigma do desenvolvimento que estava sendo proposto mundialmente para que lideranças políticas e econômicas, cientistas e pesquisadores pudessem conhecer e discutir uma nova visão sobre o desenvolvimento mais próxima às necessidades dos países mais pobres, centrada no ser humano, entendido como fim e não um meio para o desenvolvimento, aumentando o seu bem-estar e suas capacidades (no campo da educação, da saúde, da participação política, das condições econômicas etc.).

O IDH, criado a partir dos relatórios de desenvolvimento humano, constitui-se por três pilares: renda, educação e longevidade e, conforme consta no site do PNUD, é um índice-chave dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas,

---

<sup>2</sup> Silva (2004, 103) partindo da perspectiva marshalliana expõe que o Distrito Industrial é “uma grande concentração de pequenas e médias empresas, autônomas, integradas horizontalmente, altamente especializadas, atuando numa dada fase do processo produtivo e desenvolvendo vastas redes de subcontratação, com elevada capacidade dinâmica de adaptação às modificações da procura”. O autor esclarece também que o conceito de Clusters difundiu-se, a partir dos estudos de Michael Porter, e está atrelada “à noção de competitividade das nações como derivada da competitividade das empresas instaladas no território nacional, localizadas em concentrações geográficas delimitadas dentro desse território, e compartilhando, em grupos, as externalidades positivas decorrentes das chamadas economias de aglomeração” (Silva, 2004, p. 24). Ainda conforme Silva (2004, p. 99 e 100) o conceito de Milieux innovateurs ou meio inovador é utilizado para retratar sobre os “meios para fazer nascer e difundir a inovação” no contexto do desenvolvimento territorial e neste cenário surgem “os tecnopolos, os parques de ciência e tecnologia, os centros de excelência”.

mas ele sozinho não reflete toda a complexidade inerente ao conceito de desenvolvimento humano. Outros índices também foram elaborados a fim de enriquecer ainda mais essas análises: Índice de Desigualdade de Gênero (IGD); Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

Esses indicadores foram elaborados pela ONU por meio do PNUD, programa criado em 1965 e responsável pela coordenação de ações pelo desenvolvimento humano. Esse novo paradigma reflete uma mudança de perspectiva, por entender o desenvolvimento para além de questões puramente econômicas, ao valorizar as necessidades humanas como prioritárias para alcançar o desenvolvimento, tornando o conceito mais subjetivo e complexo.

Segundo Boisier (1999):

Sería necesario esperar otra vez dos décadas para que el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), inspirado particularmente en ideas de Amartya Sen, de Mahbub ul Haq, de Richard Jolly y otros, introdujese una nueva acepción y una nueva forma de medir el desarrollo a través del concepto de un Índice de Desarrollo Humano. (BOISIER, 1999, p. 3)

A base teórica que influenciou o paradigma do desenvolvimento humano utilizado por diversas organizações internacionais, como a ONU, para apoiar a construção de novas políticas públicas de combate à pobreza e a fome nos países pobres teve como fundamento as ideias defendidas pelo economista Amartya Sen. Para Sen a qualidade de vida das pessoas deve ser considerada como o objetivo fundamental do processo de desenvolvimento. Portanto, ele considera que o crescimento econômico, através do crescimento do PIB e da renda real, não é suficiente para obter padrões de desenvolvimento que contemplem a melhoria de vida dos indivíduos, visto que a prosperidade econômica é um meio para qualificar a vida humana e não um fim em si mesmo.

A abordagem trazida por Sen para falar sobre desenvolvimento humano é denominado de “capacidades humanas” e considera a vida humana como um conjunto de “fazeres e seres” ou funcionamentos. Deste modo as capacitações refletem a liberdade que uma pessoa possui para escolher entre diversas possibilidades e modos de vida, ou seja, ser e fazer a partir de seus próprios valores, com o desenvolvimento passando a significar também um processo de expansão das

possibilidades de escolha para o indivíduo, fazendo desta perspectiva de análise uma condição que pode ser usada para entender a complexa medida da qualidade de vida.

Segundo Silva (2014) para Sen:

A concepção de desenvolvimento [...] vai além da acumulação de riquezas e ressalta que a pobreza pode ser vista como privação da liberdade e não apenas como baixa renda, ou seja, a desigualdade se dá pela privação de capacidades e oportunidades. Diante disso, o desenvolvimento será possível se pensado como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” Assim, a liberdade é considerada como o fim primordial (papel constitutivo) e o principal meio (papel instrumental) de desenvolvimento. (SILVA, 2014, p, 72)

Para Sen a noção de liberdade é crucial, por permitir que a pessoa tenha possibilidades de escolher viver a vida que deseja. Desta forma, a liberdade traz consigo o poder e a autonomia para refletir, escolher e transformar a realidade. No entanto, algumas condições externas podem diminuir o potencial trazido com a liberdade, tais como: a pobreza, as condições ambientais, as possibilidades de estudar e trabalhar, a intolerância, o regime político, entre outros. Portanto, fatores negativos precisariam ser combatidos para que a liberdade do agente não sofresse privações.

Segundo Amartya Sen:

[...] a noção básica nessa abordagem é a de funcionamentos – considerados como elementos constitutivos da vida. Um funcionamento é conquista de uma pessoa: o que procura fazer ou ser, e qualquer desses funcionamentos reflete uma parte do estado dessa pessoa. A capacitação de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete uma parte do estado dessa pessoa. Ela reflete as várias combinações de funcionamentos que ele ou ela podem atingir. Deste modo, a capacitação pressupõe uma determinada visão acerca da vida como combinação de vários “fazeres e seres”. A capacitação reflete a liberdade de uma pessoa para escolher entre diferentes formas de vida. (SEN, 2007a, p. 46)

Um importante exemplo com base na proposta de capacitações de Sen, enquanto base fundamental para a qualidade de vida, é a capacitação relacionada ao fator educação, ou seja, capacidade de ler e escrever, de cursar uma universidade, de desenvolver uma habilidade, de compreender melhor o mundo. O desenvolvimento de políticas públicas que melhorem o acesso e a qualidade da educação para todas as crianças e jovens possibilita a transformação da vida de cada indivíduo e de sua família, melhorando às estatísticas de qualidade de vida do país.

Conforme Sen (2007a):

De fato, a expansão educacional exerce uma variedade de papéis que devem ser claramente distinguidos. Primeiro, mais educação pode ajudar a incrementar a produtividade. Segundo, o amplo compartilhamento dos avanços educacionais pode contribuir para uma melhor distribuição de renda nacional agregada entre diferentes pessoas. Terceiro, um bom nível de educação pode ajudar na conversão de rendimentos e recursos para várias funções e estilos de vida. Por último (mas, nem por isso menos importante), a educação ajuda também na escolha inteligente entre diferentes tipos de vida que uma pessoa pode levar. Todas essas influências distintas podem ter importantes repercussões sobre o desenvolvimento de capacitações valiosas e assim, sobre o processo de desenvolvimento humano. (SEN, 2007a, p. 57).

Para Amartya Sen é crucial que a medida do desenvolvimento humano seja a busca por uma maior liberdade e capacitações para a vida dos seres humanos, trazendo maior significado e escolhas à vida, para além do que é proposto por uma sociedade limitada pelas condições de pobreza e outros fatores.

A educação enquanto um fator de capacitação fundamental para a vida humana e para o fortalecimento da sua liberdade vai muito além da abordagem em torno do conceito de capital humano que, conforme analisa Sen (2007a), tem relação com a maior produtividade para o trabalho e com o aumento do rendimento para as empresas e os indivíduos. Assim, a educação deve ser vista como algo maior do que o relacionado ao crescimento econômico e ao poder de consumo, ou seja, deve ser percebida enquanto um fator de expansão das capacitações humanas, que tornam as pessoas mais livres, e com a possibilidade de levar uma vida repleta de sentido, promovendo o desenvolvimento humano.

Enquanto a prosperidade econômica ajuda as pessoas a levarem vidas mais livres e plenas, da mesma maneira mais educação, cuidados de saúde, atenção médica e outros fatores influenciam positivamente as liberdades efetivas de que as pessoas desfrutam. Esses “desenvolvimentos sociais” devem ser diretamente computados como “desenvolvimentistas”, já que eles nos ajudam a levar vidas mais longas, livres e proveitosas, somando-se ao papel que eles têm na promoção da produtividade, do crescimento econômico ou das rendas individuais. (SEN, 2007b, p. 93).

Neste sentido, a expansão da capacitação, notadamente pela educação, é fundamental para a mudança social, pois contribui, dentre outros benefícios, para o desenvolvimento social, para a diminuição da desigualdade de gênero e para aumentar e qualificar a participação popular em torno das decisões políticas.

O modelo de desenvolvimento humano difundido por organizações internacionais como o Banco Mundial e a ONU, com base nas concepções de Amartya



Sen, passa por análises e críticas de autores nas áreas da economia e das ciências sociais. Mendonça (2012) afirma que este modelo, de concepção neoliberal, não é uma alternativa de enfrentamento para acabar com o subdesenvolvimento e as desigualdades no mundo, serve para melhorar alguns índices de qualidade de vida, mas não para acabar com a pobreza, a miséria e a fome.

As políticas públicas que são desenvolvidas pelos países com base neste modelo objetivam diminuir os índices de pobreza, mas não conseguem ser a solução para o problema porque, dentre outros limites e incongruências, não considera questões estruturais inerentes ao modelo econômico capitalista que dentro da sua lógica de reprodução, mantêm os países subdesenvolvidos numa condição dependente perante países mais ricos, e com pouca margem para superar os limites impostos, dentre outros: pelo baixo desenvolvimento tecnológico, pelas trocas comerciais desiguais e a dependência financeira.

Além disso, a continuidade de políticas sociais de superação da pobreza, que tem por objetivo principal promover as condições necessárias para que os indivíduos possam desenvolver suas “capacidades”, não se verifica em qualquer situação econômica e, muitas vezes, limites são impostos para os gastos públicos mesmo que isso cause danos àquelas políticas já em curso, tudo isso para não afetar um modelo de crescimento econômico que prioriza a manutenção das grandes riquezas e o aumento do lucro e diminuição dos custos, mesmo que tal ação signifique piora das condições de trabalho, através do aumento da carga horária, da exigência por maior produtividade e/ou da diminuição dos salários dos trabalhadores.

O crescimento econômico é sempre a prioridade, enquanto as políticas sociais, mais do que estarem limitadas pelas necessidades do capital, justificam-se pelas próprias especificidades, limites e potencialidades que o capital possui em cada sociedade. As instituições encarregadas de promover a justiça distributiva o fazem de acordo com as necessidades do capital e de modo a conferir o máximo de eficácia ao sistema de preços de mercado. As liberdades formais básicas é que determinam os limites que os indivíduos dispõem para realizar seus objetivos. Esta liberdade formal, entendida como função do aparato legal e das regras sociais e políticas em vigor, precede a realização dessas aspirações, sendo definidas a priori. Há aqui claramente uma posição idealista, que não condiz com os resultados produzidos no processo histórico de desenvolvimento capitalista. (MENDONÇA, 2012, p.68)

Para Mendonça (2012), os programas sociais em curso não resolvem a questão, no entanto, servem para dar condições a indivíduos ou à uma determinada parcela da sociedade de superar as condições iniciais de pobreza e exclusão, o que

é de grande mérito. Porém, essas políticas não alteram as condições que tornam recorrentes a reprodução da desigualdade e da pobreza nos países periféricos.

Neste sentido, Machado e Pamplona (2008, p.81) argumentam que a abordagem das capacidades de Sen propõe que o desenvolvimento seja focado na vida que as pessoas levam e nas suas possibilidades de escolha, por meio de uma expansão de capacidades individuais, mas, no entanto, não propõe mudanças estruturais na ordem econômica internacional, na qual se inserem esses indivíduos, dentro dos mecanismos de reprodução do capitalismo. Assim, para esses autores, a “audácia cautelosa” de Amartya Sen na formulação de sua abordagem torna-se conveniente no âmbito de uma organização multilateral como o PNUD, e num contexto que busca a construção de consensos entre diferentes países, com forças e necessidades diferentes. A abordagem das capacidades de Sen pode ser considerada mais plausível para tratar do desenvolvimento nos países pobres, garantindo certo grau de aceitação e apoio junto aos países receptores de recursos, e sem criar oposição direta aos países doadores.

O filósofo István Mészáros em seu livro “A educação para além do capital”, parte do pressuposto de que para a educação cumprir o seu papel de libertar, transformar e conscientizar o homem para a construção de uma sociedade mais justa e humana é necessário romper com a ordem capitalista, a qual impossibilita a real emancipação do homem, pois o transforma em um mecanismo para o lucro do mercado, ao realizar um trabalho alienado e submisso, condição necessária para continuidade da reprodução do capital. Assim, Mészáros traz uma interessante reflexão nesse sentido:

[...] Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está ela a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal da emancipação humana [...] ou será, pelo contrário, a adoção pelos indivíduos, em particular, de modos de comportamento que apenas favorecem a concretização dos objetivos reificados do capital? (MÉSZÁROS, 2008, p. 47 e 48).

Assim, conforme os ensinamentos desse autor, para afastar-se deste modelo que estabelece como prioridade o lucro e o acúmulo de riquezas, a partir da alienação do indivíduo e da expansão da fome, das desigualdades sociais e da pobreza da maioria, seria necessário que a educação rompesse com o poder hegemônico dos

valores mercantis do sistema capitalista, construindo uma consciência humana e libertadora que busque um mundo mais justo a todos.

Seguindo outra lógica, a abordagem das capacitações humanas de Sen ao argumentar sobre o poder da educação, que é fator fundamental para o desenvolvimento humano, ressalta que esta possui grande influência na expansão e no desenvolvimento de diversas capacidades dos indivíduos. Desta forma, a educação além de contribuir para o desenvolvimento econômico, aumenta a mobilidade social, é essencial para reduzir a pobreza e a exclusão, promove mais autonomia e participação na vida comunitária, eleva a renda e, portanto, contribui para a transformação social.

Pinheiro (2012) ao realizar uma análise sobre a abordagem das capacidades de Sen, diz que:

[...] os citados estudos internacionais fornecem evidências empíricas de que a relação positiva entre o crescimento econômico e o aumento da expectativa de vida é magnificada quando o crescimento é apoiado por um conjunto de políticas públicas voltadas para o aumento das oportunidades sociais, tais como as políticas de educação básica, saúde, seguridade social, reforma agrária etc. Vale dizer, os países que cresceram com base em um sólido conjunto de políticas sociais (como é o caso geral dos países do Leste e do Sudeste Asiático nos últimos trinta anos), experimentaram um aumento da expectativa de vida de suas populações maior do que o de países que cresceram sem uma devida preparação social (Índia e Paquistão, por exemplo). Portanto, a experiência internacional nos apresenta indícios de que a expectativa e a qualidade de vida das populações são afetadas mais diretamente por certas políticas sociais (educação e saúde, dentre outras) do que pelo crescimento econômico puro e simples. (PINHEIRO, 2012, p.36)

Portanto, construir e ampliar políticas públicas no sentido de fortalecer a educação, dentre outras políticas sociais, desde o ensino infantil até o ensino superior, seria essencial para promover o desenvolvimento humano e conseqüentemente melhorar a vida das pessoas em qualquer país independente do regime político ou econômico.

A educação para todos é parte essencial deste processo, visto que, desta forma, a melhoria da qualidade de vida<sup>3</sup> será sentida em toda a parte. Nesse caminho,

---

<sup>3</sup> O conceito de qualidade de vida é abordado por diversas ciências e concebido de diversas formas, como sinônimo de saúde; satisfação com a vida, etc. As diversas definições também podem atribuir fatores subjetivos e objetivos, tornando-o ainda mais complexo. Conforme cita Pereira, Teixeira e Santos (2012, p. 244) os conceitos mais aceitos de qualidade de vida buscam incluir uma multiplicidade de dimensões. “O principal exemplo que pode ser citado é o conceito preconizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no qual qualidade de vida reflete a percepção dos indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas ou, ainda, que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a auto realização, com independência de seu estado de saúde físico ou das condições sociais e econômicas (OMS, 1998)”.

a educação superior tem um papel fundamental pois, proporciona a formação mais qualificada do indivíduo; agrega conhecimento científico às necessidades da sociedade, e estabelece uma atitude de reflexão e de transformação perante questões no campo social, econômico, ambiental, político, cultural, tecnológico, ou seja, sua presença torna-se fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

## **2.2. Desenvolvimento e educação superior.**

Qual o papel das universidades na sociedade? O que se esperar da educação superior diante da globalização e de um mundo com antigos e novos problemas: como a pobreza, a fome, a desigualdade, os conflitos por poder, por religião, as questões ambientais, entre tantos outros, que precisam de soluções para que o desenvolvimento social, humano e sustentável seja alcançado.

É fácil perceber diante da vasta literatura sobre o tema do desenvolvimento que a educação é um elemento chave para que qualquer país ou região possa melhorar seus índices de qualidade de vida da população.

Os benefícios da educação superior podem ter um caráter individual (melhoria do rendimento e da produtividade, aumento dos cuidados com a saúde, e da participação comunitária) e social (redução da pobreza, abertura para debates conflituosos na sociedade: ambiental, de gênero, raça, etnia, etc.), avanço científico e tecnológico, busca por liberdades individuais e coletivas, vantagens econômicas, ou seja, a atuação das universidades na sociedade pode ser vista em vários campos e através de várias ações: no ensino, na pesquisa, na extensão, no desenvolvimento tecnológico, na formação para o trabalho e para a ação cidadã - tudo isso são mecanismos para o desenvolvimento local e humano.

Segundo Santos (2013, p. 33), a partir de um estudo realizado sobre desenvolvimento local focado na presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro Salobrinho em Ilhéus, observa-se a importância da universidade porque a mesma é “fonte de conhecimento, de cultura e de compreensão política” como também é locus para a transformação da sociedade. Além disso, pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais através dos projetos de Estado desenvolvidos via universidade, como também através dos seus projetos de pesquisa e extensão. Mas, ainda segundo Santos (2013) a própria presença da universidade já

cria um ambiente para a atração de investimentos comerciais, favorecendo o desenvolvimento econômico e contribuindo para a transformação do espaço geográfico, provocando alterações ambientais, na ocupação humana, na estrutura urbana, no comércio local, entre outros.

A GUNI (*Global University Network for Innovation/ Rede Universitária Global para a Inovação*) criada pela UNESCO, pela Universidade das Nações Unidas (UNU) e pela Universidade Politécnica da Catalunha (UPC) em 1999 após a Conferência mundial da UNESCO sobre educação superior que ocorreu em 1998, é um exemplo da importância das universidades, pois o ensino superior foi colocado como um bem público e um direito humano com importância fundamental para a promoção do desenvolvimento.

Contudo, diante de tantos desafios que as sociedades precisam enfrentar, a educação sozinha não pode resolver todos os problemas, mesmo porque sofre influências da forma como a economia, a política e a sociedade se organizam para estabelecer o modo de vida nos diferentes espaços, além de refletir de certo modo a relação das pessoas e organizações com o meio ambiente e o modelo de desenvolvimento que almejam.

De qualquer maneira, as universidades são singulares na sociedade, à medida que têm alta densidade de capacidade de administração, criação e disseminação de conhecimento. Em um momento de desafios globais, as universidades estão bem posicionadas para trabalhar com questões de desenvolvimento social e humano local e globalmente. O papel do ensino superior determinará o lugar do conhecimento para superar esses desafios. Por sua vez isso influenciará o papel da IES e suas oportunidades nesta época de mudança. (ESCRIGAS; et al, 2009, p. 7)

Por tanto, a educação superior quando mantém o seu principal papel de formação e de produzir e disseminar o conhecimento, poderá também desenvolver a sua função crítica e reflexiva perante a sociedade, além de aprimorar responsabilidade social, contribuindo na busca por um caminho mais sustentável ao desenvolvimento local como também global.

A responsabilidade social das universidades, que implica sua relevância, constitui a ligação entre o conhecimento gerado no contexto da sua aplicação e as necessidades locais e globais. Seu objetivo fundamental é o de promover a utilidade social do conhecimento, dessa forma contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida. A relevância vai além do atendimento das necessidades do desenvolvimento econômico. Ela requer uma perspectiva de mão dupla entre universidade e sociedade, a qual envolve multiplicar os

usos críticos do conhecimento na sociedade e na economia. (HERREIRA, 2008 apud ESCRIGAS; et al, 2009 p. 7)

A universidade deve desenvolver o tripé ensino, pesquisa e extensão. Segundo ressalta Sobrinho (2005, p. 78) “São as universidades públicas as que mais produzem pesquisas e inovações tecnológicas que aumentam a produtividade geral e estão voltadas ao atendimento de problemas e necessidades que as sociedades apresentam”. Assim, no ramo da pesquisa é possível construir e aliar projetos de responsabilidade social das instituições com o desenvolvimento local, mesmo que isso signifique ir contra as necessidades do mercado, do lucro e da produtividade. Atualmente, esses aspectos possuem grande influência sobre a universidade, como exemplo: o mercado pode influenciar demasiadamente a escolha dos cursos e currículos e influenciar no desenvolvimento de projetos de pesquisa que tenham maior relevância para o mercado capitalista, porém as universidades públicas devem ir além e orientar a produção do conhecimento para o combate à pobreza e à desigualdade e promover o desenvolvimento.

Neste quesito é fundamental aliar os objetivos e a missão da universidade com a realidade e as necessidades da sociedade do entorno, não esquecendo da conexão (instituição-sociedade) com o mundo globalizado. As agendas de pesquisa podem refletir os desafios sociais, econômicos, humanos e ambientais que mais afligem a coletividade, no entanto, é essencial que a universidade busque a cooperação com outras instituições para desenvolver ações que promovam redes de parcerias que considere e conecte o conhecimento local/global, tendo em vista que, em um mundo globalizado, os problemas locais só podem ser devidamente analisados e resolvidos quando se considera que a dinâmica que envolve os problemas atuais tem ramificações de natureza global.

Assim, os projetos de pesquisa desenvolvidos nas instituições precisam estar conectados aos problemas que atingem a toda comunidade, tais como: drogas, questões ambientais, conflitos sociais, segurança pública, saúde, entre outros.

É essencial aumentar a habilidade de estabelecer um compromisso entre pesquisa e prática em questões relacionadas ao desenvolvimento humano e social. Sistema de P&D (pesquisa e desenvolvimento) em países em desenvolvimento deveriam promover a pesquisa para a maior compreensão de sua própria situação e de seus problemas. Conforme alguns autores indicaram, um dos maiores erros no passado foi aplicar soluções importadas a problemas locais. Países em desenvolvimento deveriam incumbir-se da sua própria pesquisa competitiva; pesquisa enfocando a aplicação local de

recursos globais de conhecimento e pesquisa de “problemas órfãos”<sup>4</sup>. (ESCRIGAS; et al, 2009, p. 13)

O fortalecimento do campo de pesquisa também é fundamental para elevar a influência da universidade perante a sociedade, pois a pesquisa tem papel fundamental no atual contexto em que o conhecimento e o desenvolvimento de soluções para as questões que mais afligem os seres humanos perpassam também pelo crescimento da ciência em seus diversos campos: tecnologia, meio ambiente, ciências sociais, biologia, psicologia, etc.

Segundo Santos (2013):

A abundância de pesquisas realizadas nas instituições ajuda na autonomia e no crescimento da nação, criando a possibilidade de independência científica e tecnológica, além de ajudar nas políticas de melhoria das condições de vida das pessoas. (SANTOS, 2013, p. 39).

O papel da extensão para o desenvolvimento local, social e humano já é intrínseco aos seus objetivos, a perspectiva é levar o conhecimento produzido nas instituições de ensino para dentro da comunidade e vice-versa.

Segundo Coelho (2010) o conceito de extensão universitária passou, a partir da década de 1980, a considerar os aspectos ligados a concepção social e acadêmica da função social da extensão (para além dos conceitos de extensão como assistencialismo e prestação de serviço), valorizando a responsabilidade social das instituições.

[...] considerar-se a extensão como uma função social da universidade e como um processo educativo que relaciona os diversos saberes numa íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social. Tem como princípios a relação dialógica entre universidade e sociedade, a incorporação da extensão às práticas de ensino e de investigação (concedendo-lhe o mesmo nível de importância), promove a interdisciplinaridade e a troca de saberes, a integração do pensar e do fazer e a relação teórico-prática na produção do conhecimento com a realidade social. (COELHO, 2010, p. 31 e 32)

Segundo consta na página da Pró-reitoria de extensão da UFRB na internet, a extensão universitária é:

---

<sup>4</sup> . “Problemas órfãos” significa aquelas temáticas que abarcam assuntos negligenciados pelo mercado, porque não são considerados lucrativos, mas são de interesse social.

[...] um processo educativo, artístico, cultural e científico promovido pelas universidades para estabelecer uma relação mais direta com outros segmentos da sociedade, dando retorno para a população com ações de ensino, pesquisa, extensão. É um modo de a universidade realizar e participar, em conjunto com outros setores da sociedade, de programas e projetos que promovam a superação das desigualdades sociais e o desenvolvimento regional e sociocultural. (UFRB, 2016a).

Porém, o maior desafio ainda é construir soluções com a sociedade participando de todo o processo, e isso é essencial para obter resultados realmente satisfatórios que resulte em uma melhor qualidade de vida e aumente as capacidades humanas daqueles que estão envolvidos nos projetos de extensão. Da mesma forma, a sociedade civil pode também levar o seu conhecimento para a universidade através da criação de parcerias, desta forma, a instituição estará mais conectada e preparada para produzir conhecimento socialmente relevante com implicação direta para o desenvolvimento local, numa direção mais humana do processo. Conforme cita Santos (2013):

A universidade e a localidade em que está inserida precisam se relacionar, articulando ideias e propostas com vistas a uma reciprocidade de benefícios. Pensar a instituição sem considerar seu contexto regional significa deixar de fora toda uma ideia de que a formação da universidade depende da região onde está lotada e que tem como função propiciar o desenvolvimento regional e nacional (SANTOS, 2013, 13).

A universidade vive as tensões sociais e a partir disso produz mudanças em seu sistema, neste contexto, reflete as contradições que são construídas a partir dos conflitos surgidos na sociedade, mas consegue com um certo grau de autonomia que lhe é característica proporcionar respostas para os anseios advindos dos diversos grupos sociais e por isso é uma instituição tão peculiar e importante para a ciência, a cultura e para a educação mundial. No entanto, as contradições são inerentes ao contexto social, e a intelectualidade acadêmica precisa se aproximar da sociedade para conseguir entender e refletir sobre os acontecimentos e agir sobre eles.

A relação conflituosa entre as necessidades sociais versus econômicas causa grande conflito e debates nas instituições de educação superior, principalmente, nas universidades públicas que no Brasil e, em outras partes do mundo, gozam de prestígio e detêm um campo de pesquisa mais desenvolvido e atuante. Assim, atender os diversos interesses e lidar com essas contradições não tem sido uma tarefa fácil para a universidade no mundo globalizado, pois, o poder econômico exerce grande



influência nas decisões políticas em nível local e mundial e o conhecimento detém grande potencial econômico na atualidade. É através da tecnologia que vem ocorrendo importantes transformações em diversos aspectos da vida humana, com reflexos diretos no campo da economia e da produção da riqueza.

Para Milton Santos, o atual período técnico-científico e informacional no qual vivemos, do qual a técnica está unida com a ciência, tornando-se cada vez mais um dado que carrega conteúdo informacional, tem tornado o mercado cada vez mais global e em conjunto - técnica, informação, ciência e tecnologia - formam a base mais imprescindível para a existência do mercado global e da “produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato” (SANTOS, 2009, p. 238). Nesse sentido, espaços dotados de maior conhecimento possuem mais força e recursos, pelo menos os de caráter econômico e produtivo, para superar possíveis dificuldades locais ou naturais, alcançando retornos mais lucrativos em relação a regiões ou locais desprovidos de instrumentalização técnica e científica.

Neste sentido, a universidade tem grande relevância por ser um espaço de produção do conhecimento (crucial para a adaptabilidade e transformação das bases de reprodução do capital). Mas, precisa ser também, um espaço de reflexão dos impactos e desdobramentos da revolução tecnológica e da globalização na cultura, na qualidade de vida, no desenvolvimento, na economia, na política, no mercado, no consumo e na ciência, tanto em espaços locais como mundiais.

Cada vez mais o conhecimento vem se associando à utilidade, à aplicação, à finalização. Da mesma forma, é crescente a vinculação dos pesquisadores a núcleos de redes de poder constituídas pelo grande capital. Crescentes exigências e urgências são colocadas à universidade à medida que as sociedades se tornam mais desenvolvidas e mais complexas, que as esferas do poder se tornam mais competitivas, que o conhecimento se multiplica e que as microdimensões da vida vão se modificando, sobretudo em razão da incorporação das novas tecnologias (SOBRINHO, 2005, p. 34-35)

As contradições do mundo globalizado induzem a criação de novas demandas sociais e provoca alterações nos objetivos e no sentido da própria existência e prática das universidades. Portanto, diante dos impactos positivos e negativos do avanço tecnológico e da globalização em todo o mundo, às universidades são provocadas a se posicionarem diante de questões como a ética em desenvolvimento de pesquisa, sobre o crescente quadro de desigualdades sociais, degradação ambiental, aumento da violência e deterioração dos direitos humanos em uma vasta porção do planeta. É neste cenário de desafios e tentativa de construção de uma sociedade mais

sustentável que as universidades devem caminhar, ou seja, precisam ir além das exigências que o mercado capitalista impõe. Assim, para não servir apenas às regras de competitividade econômica essas instituições precisam abrir ao diálogo por meio de redes com outras instituições nacionais e globais e com a sociedade, a fim de tornarem-se mais fortes e preparadas para lidar com um mundo em constante transformação e repleto de problemas.

A educação em qualquer de seus níveis, mas, de modo especial, a educação superior, está totalmente mergulhada nas contradições da globalização, especialmente no que tem relação com o que constitui o seu fenômeno central: as contradições do mercado global. A economia é a dimensão primordial da fase atual da globalização, o mercado se tornou razão central da sociedade, e competitividade é a palavra-chave desse fenômeno. Mesmo quando se conclama o valor da cooperação, é no sentido de ampliação da competitividade que se o faz. (SOBRINHO, 2005, p. 61-62)

Diante deste quadro de grande desigualdade, no qual grande parte da população mundial está à margem dos benefícios da globalização e sente a exclusão do processo de mundialização da economia devido em parte ao processo de negação das condições para elevar as capacidades humanas, inclusive através do conhecimento e do acesso à educação, as universidades tendem a se fragilizar e não dar conta de responder as demandas sociais cada vez mais complexas e contraditórias (SOBRINHO, 2005). No entanto, o fortalecimento das universidades e a distribuição mais igualitária do conhecimento, tanto em países pobres quanto em países ricos, são essenciais para construir um ambiente que possa favorecer um processo de desenvolvimento e inclusão social, pois como já foi mencionado anteriormente, a educação é um elemento fundamental para a transformação de pessoas e do meio social.

A educação superior passa agora a ter suas responsabilidades e sua importância elevadas, pois, embora não seja a única, é a principal fonte geradora de riquezas, dado que ainda é uma das mais importantes instâncias de produção e disseminação de conhecimentos e da capacidade de aprender e utilizar as novas aquisições ao longo da vida. [...] Mas, é fundamental que os conhecimentos se transformem em desenvolvimento da sociedade e elevação da vida humana, em geral, e não se privatizem como bens individuais. (SOBRINHO, 2005, p. 80)

Perante a perspectiva de entender a educação enquanto um direito social com poder de desenvolver as capacidades humanas, seus valores e possibilidades, com benefícios individuais e coletivos, é fundamental fortalecer a universidade pública,

instituição que historicamente simboliza o saber, a arte, a capacidade humana para criar, descobrir e refletir sobre seus próprios valores, além de ser o principal centro de desenvolvimento da ciência no mundo.

A educação superior tem tido tradicionalmente um papel de grande importância na transformação das sociedades como consequência da ação consciente de cidadãos bem formados do ponto de vista técnico e ético. Sua responsabilidade aumenta tremendamente hoje. O potencial formativo, intelectual e moral das instituições educativas, seu cabedal técnico e científico, sua capacidade de criticar e de criar soluções precisam das garantias de autonomia e liberdade, sobretudo para que se coloquem com maior propriedade a serviço dos valores acadêmicos e sociais, isto é, dos princípios normativos e das necessidades gerais da sociedade. (SOBRINHO, 2005, p. 107)

Diante dos diversos compromissos que a universidade abarca na atualidade se faz necessário agir com equilíbrio perante as exigências dos diferentes atores que influenciam o viver e agir dessas instituições. A universidade pública é o lócus da formação de profissionais qualificados para o mercado e fonte de pesquisa e de desenvolvimento de produtos e tecnologias essenciais para a economia, mas também deve voltar-se para as necessidades da sociedade e valer-se de sua essência que é promover o enriquecimento da vida humana e o desenvolvimento social por meio da valorização das culturas, da democracia, da cidadania, da emancipação humana: intelectual, moral, econômica e política.

Santana (2012) ao pesquisar sobre o papel da UFRB na produção do espaço urbano-regional das cidades do Recôncavo Baiano traz uma análise geral das diversas compreensões sobre a função das universidades.

Segundo Wanderley (1991), existem várias concepções sobre o papel das universidades na sociedade. Para alguns, a universidade é o espaço para criação e divulgação do saber e formação de profissionais capacitados para o mercado; outra corrente entende, ainda, a universidade como um dos aparelhos ideológicos e privilegiados da formação social capitalista; outros entendem que dentro desse modo de produção capitalista a universidade deve ter autonomia suficiente para que os intelectuais engajados nas lutas sociais possam colaborar na conquista da hegemonia da sociedade civil. Outra corrente de pensamento muito presente nas universidades contemporâneas é a que vê na educação uma espécie de mola propulsora do desenvolvimento e da mudança social. Pela citação do plano de criação da UFRB que foi feito acima, esta parece ser a corrente de pensamento que permeia a fundação desta instituição, visto que pretende ser um vetor de “desenvolvimento socioeconômico” no Recôncavo Baiano. (SANTANA, 2012, P.15)

Santos (2013, p.19) argumenta que “as universidades crescem e desenvolvem não só devido a necessidade de se produzir conhecimento [...], mas também visando buscar alternativas de melhoria de vida dos cidadãos e do desenvolvimento da sociedade”. Assim, o conhecimento precisa ser concebido como um bem público que agrega valores essenciais para a vida em comunidade e que gera desenvolvimento.

Na atual proclamada “sociedade do conhecimento”, o crescimento econômico está vinculado ainda mais com o desenvolvimento científico e tecnológico, no entanto, a forma desigual de acesso aos fatores de geração de riqueza entre pessoas, lugares e nações é uma das causas que geram processos de desigualdade socioeconômica. Neste sentido, o acesso desigual ao conhecimento e aos processos de geração e reprodução da ciência e da tecnologia também instauram dinâmicas que geram desigualdades e exclusão.

Neste contexto, países como o Brasil que ao longo do tempo têm sofrido com problemas gerados por crises econômicas e políticas, com reflexos históricos nas condições de pobreza e desigualdade social, têm um desafio ainda maior para criar condições estruturais e desenvolver uma cultura de ciência e tecnologia no país e, conseqüentemente, gerar processos de inovação necessários as constantes e rápidas mudanças do mercado e da sociedade.

Neste contexto, a inovação tecnológica é tida como fundamental para o crescimento e o desenvolvimento de uma sociedade que está cada vez mais competitiva. Desta forma, a capacidade de pensamento e criação do ser humano torna-se fundamental e a universidade amplia-se enquanto uma organização essencial para o surgimento de ambiente inovador, pois é o lócus do processo de ensino e de aprendizagem e do processo de transformação e construção de uma sociedade aberta à inovação e preparada para interagir com esse ambiente.

Segundo Frantz (2012):

Para Schumpeter, assim como para os economistas clássicos, as inovações tecnológicas que o empresário introduz no processo produtivo encontram-se disponíveis em algum lugar da sociedade numa reserva interminável e crescente, seja nas universidades ou junto aos inventores. (FRANTZ, 2012, p.289)

De uma outra perspectiva Lopes (2003) faz uma análise do desenvolvimento a partir da inserção e dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) para o espaço local. O autor apresenta uma discussão com base em autores

da economia clássica que já ressaltava desde Smith, a relação existente entre educação e desenvolvimento econômico, o que levou à construção da Teoria do Capital Humano, que estabelece o potencial que a educação pode ter para o desenvolvimento de um país, porém numa perspectiva mais focada na produtividade e no aumento da renda. Assim, “Investimento em capital humano são, portanto, os gastos que provocam um aumento da capacidade produtiva das pessoas”. (LOPES, 2003, p. 93) e o resultado desta qualificação seria uma contribuição para o crescimento da economia, com melhoria da renda per capita e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida desses indivíduos.

Segundo Barros; Henrique e Mendonça (2000a), a educação é essencial para aumentar a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Além disso, segundo esses autores, a educação promove a igualdade, aumenta a mobilidade social, reduz a taxa de mortalidade infantil, reduz o crescimento populacional, aumenta a renda per capita e aumenta as exportações de produtos manufaturados. Nessa mesma linha de pensamento, Psacharopoulos (1992) afirma que a educação contribui tanto para o crescimento econômico quanto para o bem estar social. (LOPES, 2003, p. 95)

A educação superior, portanto, possui tantos desafios, como importância e valor incalculável para a sociedade e para o desenvolvimento dos seres humanos. As universidades precisam ser fortalecidas para que possam contribuir de forma efetiva e qualitativa com a melhoria da vida das pessoas, tanto no campo individual quanto na vida em comunidade.

### 3. Perfil do Recôncavo Baiano.

O Recôncavo é uma região historicamente construída e geograficamente localizada ao redor da Baía de Todos os Santos, que possui, ao longo de toda sua extensão, diferentes unidades fisiográficas, com grandes diferenças sub-regionais, mas com características culturais, sociais, econômicas e históricas em interação.

O conceito de região é complexo e polissêmico, delimitar espaços sempre foi algo de grande debate e discussões na Geografia, a depender da corrente de pensamento seguida. Segundo Costa (2010),

O conceito de região, e por extensão, os processos de regionalização, epistemologicamente falando, são moldados dentro de um amplo continuum, desde a visão mais racionalista que percebe a região como mero construto do nosso intelecto, espécie de artifício ou instrumento que permite o entendimento das “partes” do espaço geográfico, até abordagens mais realistas, em torno de fenômenos socioespaciais efetivos, tanto no sentido mais objetivo e/ou funcional, referindo-se à organização de espaços econômicos a partir de sua incorporação na divisão inter-regional do trabalho, quanto no sentido das realidades imateriais, simbólicas, através, por exemplo, da manifestação de identidades regionais no contexto de nossos espaços vividos. (COSTA, 2010, p. 91).

A região é compreendida como espaço em constantes interações e transformações, a partir das dinâmicas locais e globais. Sendo que o espaço é visto como resultado da interação entre sistema de objetos (fixos) e sistema de ações (fluxos), conforme Santos (2009). Considera-se, também, que as regiões, diante de um contexto de globalização, estabelecem relações horizontais, caracterizadas por relações de proximidades com o local e o seu entorno, e relações verticais, que estabelecem fluxos de interações com localidades mais distantes.

Segundo Santos (1959) apud Brandão (2007):

O Recôncavo foi sempre mais um conceito histórico que mesmo uma unidade fisiográfica [...]. [Aos] caracteres fisiográficos correspondeu uma diferente utilização do solo, que, ainda hoje [1959], de certo modo perdura. Os solos pobres do cristalino serviram a culturas alimentares, tanto no norte quanto no sul. Os tabuleiros terciários foram o habitat ideal para o fumo. A série Santo Amaro deu o fôfo massapê, onde há quatrocentos anos se planta incessantemente a cana-de-açúcar. Esta, aliás, em período de maior procura, desbordou seu limite ecológico e avançou por áreas diferentes, sobretudo as da formação São Sebastião, mas tem recuado, conquanto as usinas continuem guardando essas terras como reserva de lenha para suas fornalhas. A unidade do Recôncavo provinha e provém [1959] das relações mantidas de longa data entre suas várias porções com vocação e atividade diferentes (Recôncavo canavieiro, Recôncavo fumageiro, Recôncavo

mandioqueiro e da cerâmica, sem falar nas zonas pesqueiras beirando mais proximamente o litoral, e do Recôncavo ao norte da cidade, servindo-a de lenha e carvão vegetal) [parêntesis no original]. Salvador presidia a esse espaço, coordenando as suas funções diretoras. (SANTOS, 1959, p. 62 apud BRANDÃO, 2007, p.53).

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), atualizou em 2014 os limites intermunicipais baianos para a definição dos Territórios de Identidade<sup>5</sup> da Bahia (TI). Nesse processo atualizou-se o limite geográfico do TI do Recôncavo Baiano, o qual compõem-se de 19 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

No entanto, devido à complexidade inerente à definição de limites de uma região, tendo em vista as diferentes possibilidades e perspectivas que podem ser utilizadas, outros limites são encontrados quando se trata do Recôncavo Baiano.

Porém, os limites aqui utilizados são os adotados pela SEI. Atualmente a UFRB está instalada em 4 cidades dessa Região: Cruz das Almas (sede), Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro (instalada em 2013), além de Feira de Santana (Território de Identidade Portal do Sertão) e Amargosa (Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá).

O Recôncavo Baiano a partir das décadas de 1940 e 1950 passou por longos processos de reestruturação devido às crises relacionadas a produção da cana-de-açúcar, causadas, em parte, pela concorrência com o açúcar produzido na Europa e a crise advinda do modelo de produção baseado no sistema escravista, juntamente com as dificuldades do setor fumageiro, a partir de 1920, e a falta de modernização na administração das atividades e das técnicas agrícolas de produção.

O sistema produtivo, direcionado e dependente do mercado internacional, deixava os produtores à mercê das decisões e do controle externo. Além disso, devido ao processo de industrialização e modernização nacional (portos, ferrovias, introdução de energia elétrica, ampliação da linha telegráfica) novas estruturas e equipamentos

---

<sup>5</sup> Com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar. Fonte: [www.seplan.ba.gov.br](http://www.seplan.ba.gov.br)

também foram inseridos nesse espaço alterando toda a sua organização urbana, social e econômica até então estabelecida.

Este período áureo teve, um dia, que findar para construir outra conjuntura marcada pela escassez. Este ponto de vista é construído a partir do momento em que o Recôncavo Baiano perde a centralidade econômica. Um dos principais motivos da perda desta centralidade econômica se dá com a abolição da escravatura, a interrupção da navegação de cabotagem, a queda da produção de fumo, a construção da BR-101, sendo que esta centralidade é transferida para a região de Feira de Santana. Devemos considerar outros aspectos, como o surgimento da indústria e os avanços tecnológicos, a exemplo do surgimento do automóvel e outras inovações tecnológicas. (CORREIA, 2015, p. 139).

Em 1950, foi inaugurada a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) após a descoberta de petróleo na Bahia, alterando-se a base econômica do Recôncavo, ou parte dele, e com isso velhas estruturas de poder foram rompidas, iniciando um novo ciclo econômico, até então baseado numa agricultura que se encontrava em crise. No entanto, em outros subespaços da região, praticavam-se diferentes atividades econômicas, voltadas ao mercado interno, tais como: a criação de gado e plantio de mandioca, livres das crises que atingiam a monocultura. (BOMFIM, 2006)

A história mostra que o Recôncavo nunca se configurou como uma região homogênea, seus ciclos de crescimento econômico, especialmente localizados e elitizados, não se transformaram em um processo de desenvolvimento regional e foi responsável por manter a maior parte da sociedade marginalizada e empobrecida.

Na década de 1970, ocorreu o asfaltamento da BR 101, alterando os principais fluxos (produtos, pessoas, relações comerciais) do Recôncavo, que passaram a ocorrer via BR 101, principalmente, e BR's 324 e 116, estabelecendo a ligação do Nordeste com a produção industrial do sul e sudeste e o litoral com o interior. Esses acontecimentos mudaram o eixo dos fluxos econômicos e de migração da população do Recôncavo, além de contribuir para a estagnação de importantes cidades da região como Cachoeira e Santo Amaro, principalmente após a desativação do Porto São Roque-Paraguaçu, e o fortalecimento de outras como a cidade de Santo Antônio de Jesus, beneficiada com a proximidade do equipamento rodoviário. (SANTANA, MARENGO, 2012).

Autores como Pedrão (1997) consideram que a rede urbana do Recôncavo Baiano foi a primeira a se instalar no Brasil desde os primórdios da colonização no século XVI, articulando a região produtora a Salvador e ao comércio exterior, e que, apesar de se apresentar como uma região mais



densa do Estado, e das diversas iniciativas do poder público na modernização de parte da infra-estrutura, como é o caso da rede de transportes, ainda assim o Recôncavo não conseguiu produzir alterações significativas que lhe permitissem alterar o quadro social no qual se encontra: de marasmo e pobreza, como afirma. (BONFIM, 2006, p. 26)

A partir da década de 1970, através de ações do Estado foram estimulados alguns setores na área agroindustrial no Brasil e na Bahia. O Recôncavo recebeu investimentos no setor da citricultura, especialmente na produção da laranja, com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Mais recentemente, o setor da avicultura também tem crescido nessa região com a instalação de importantes complexos agroindustriais. No entanto, essas iniciativas, juntamente com o processo de industrialização nacional, resultando na implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari em 1978, não foram suficientes para constituir vetores de desenvolvimento para toda a região do Recôncavo, mas apenas zonas de crescimento, sem integração. (BONFIM, 2006).

Atualmente, alguns indicadores sociais e econômicos ajudam a compreender a realidade e a dinâmica regional e o seu nível de desenvolvimento. Índices elaborados por instituições como a SEI e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) trazem informações relevantes.

A SEI passou a construir, a partir de 1990, dois importantes índices para acompanhar a evolução da realidade econômica e social dos municípios baianos em intervalos menores do que o censo, com periodicidade de 10 anos, elaborado pelo IBGE.

- **Índice de Performance Social (IPS):** composto por INS – Índice do Nível de Saúde; INE – Índice do Nível de Educação; ISB – Índice da Oferta de Serviços Básicos, IMT – Índice do Mercado de Trabalho.
- **Índice de Performance Econômico (IPE):** o qual é composto por: INF – Índice de Infraestrutura; IPM – Índice do Produto Municipal; ICE – Índice de Corrente de Comércio Exterior; IIF – Índice de Independência Fiscal.

Segundo a SEI (BAHIA, 2014, p.12) o objetivo é “nortear o bom emprego de recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais historicamente presentes no Estado da Bahia”.

A média dos índices é 5.000. Assim, ao analisar o IPE de 2010, verifica-se que, dos 417 municípios da Bahia, 68% têm índice abaixo da média e 31,2% acima. Conforme SEI (BAHIA, 2014, p. 17) “apenas três municípios apresentaram o indicador superior a 5.300, sendo estes: São Francisco do Conde (5.585), Salvador (5.572) e Camaçari (5.450)”, isso pode ser explicado pela maior concentração de atividades econômicas na região onde encontra-se esses municípios - atividades relacionadas a indústria petroquímica, automotiva e o comércio.

Ao se analisar o Produto Interno Bruto (PIB), verifica-se que em 2011 o PIB da região do Recôncavo era de R\$ 7.780, 81 (em milhões) e o PIB per capita era de R\$ 13.423,80, sendo que São Francisco do Conde (na época de análise desses resultados os municípios de São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé ainda eram considerados municípios do T.I do Recôncavo) e Santo Antônio de Jesus possuíam os maiores PIB e PIB per capita da região, enquanto que a região metropolitana de Salvador tinha no mesmo período um PIB de R\$ 66.518,19 (em milhões) e PIB per capita de R\$ 19.157,98, com Salvador detendo o maior PIB e Candeias o maior PIB per capita. (BAHIA, 2013).

Com relação ao IPS a Bahia, em 2010, apresentou 250 municípios com valores abaixo da média (59,95%) e 167 acima (40,05%) e “apenas três municípios apresentaram o indicador acima de 5.200: Lauro de Freitas (5.287), Madre de Deus (5.228) e Salvador (5.219)” (BAHIA, 2014, p. 17). Os municípios com maior performance social (IPS) apresentam maior oferta no atendimento dos serviços básicos, maiores rendas e elevados indicadores de educação. (BAHIA, 2014, p. 19).

Ao se analisar os mesmos índices por Territórios de Identidade (TI), o TI do Recôncavo apresentou em 2010, 14 municípios com IPS menor que 5000 e 6 com índice maior que 5.000. Para o IPE, o TI do Recôncavo, apresentou 9 municípios abaixo da média e 11 acima (incluindo São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé e sem contar Salinas das Margaridas), e conforme tabela 1:

Tabela 1 - IPS e IPE do Recôncavo

TI	IPS		IPE	
	< 5000	> 5000	< 5000	> 5000
Recôncavo / Total de Municípios				
20	14	6	9	11

Fonte: BAHIA, 2014

Assim, é possível se inferir, ao analisar os índices dos municípios do Recôncavo, que a região precisa de políticas públicas que atendam as diversas carências que a população enfrenta com relação ao acesso aos serviços básicos (água potável, energia), educação e saúde, e ao problema da fraca geração de renda e emprego formal.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), os municípios do TI do Recôncavo apresentam a seguinte situação, apresentada na tabela 2.

Tabela 2 - IDHM dos municípios do Território de Identidade do Recôncavo – 2010.

Município	Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	IDHM - Renda	IDHM - Longevidade	IDHM – Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Bahia	0,660	0,663	0,783	0,555
Cabaceiras do Paraguaçu	0,581	0,525	0,763	0,490
Cachoeira	<b>0,647</b>	<b>0,615</b>	<b>0,762</b>	<b>0,577</b>
Castro Alves	0,613	0,591	0,774	0,504
Conceição do Almeida	0,606	0,578	0,805	0,479
Cruz das Almas	<b>0,699</b>	<b>0,659</b>	<b>0,796</b>	<b>0,650</b>
Dom Macedo Costa	0,632	0,598	0,795	0,531
Governador Mangabeira	0,643	0,594	0,754	0,594
Maragogipe	0,621	0,582	0,793	0,518
Muniz Ferreira	0,617	0,581	0,761	0,531
Muritiba	0,660	0,629	0,796	0,573
Nazaré	0,641	0,637	0,777	0,532
Salinas	0,617	0,575	0,729	0,561
Santo Amaro	<b>0,646</b>	<b>0,626</b>	<b>0,772</b>	<b>0,559</b>
Santo Antônio de Jesus	<b>0,700</b>	<b>0,677</b>	<b>0,815</b>	<b>0,622</b>
São Felipe	0,616	0,565	0,787	0,525
São Félix	0,639	0,582	0,769	0,583
Sapeaçu	0,614	0,602	0,735	0,522
Saubara	0,617	0,563	0,738	0,565
Varzedo	0,586	0,581	0,753	0,461

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2016

Nota: Em negrito os índices dos municípios onde a UFRB está localizada.

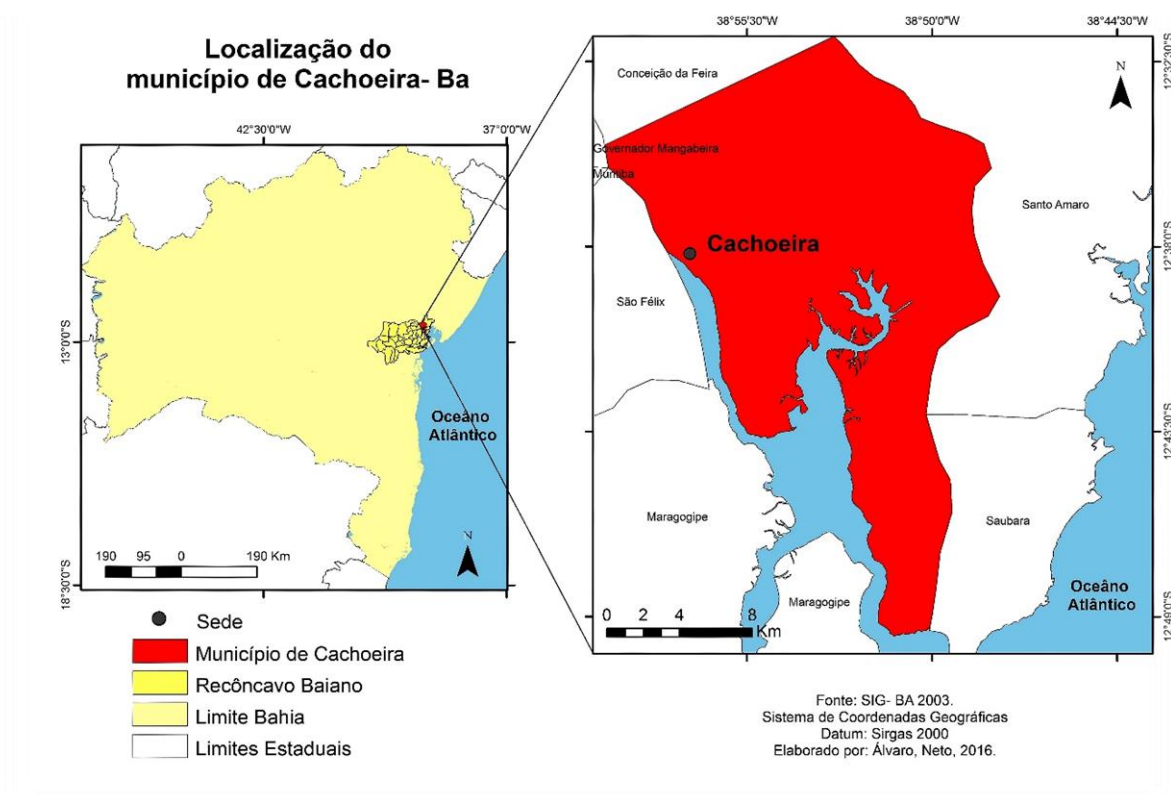
O IDHM é uma adaptação metodológica do IDH, ao nível municipal. Ambos os índices agregam as dimensões saúde, educação e renda, mas diferindo na composição de alguns indicadores. O IDHM assim como o IDH não abrange todos os aspectos do desenvolvimento humano, mas sintetiza três importantes dimensões: saúde, educação e renda. A maioria dos municípios do território do Recôncavo estão posicionados na faixa entre 0,600 – 0,699 que corresponde a um Médio Desenvolvimento Humano. Destaca-se o município de Santo Antônio de Jesus, que possui campus da UFRB, e encontram-se na faixa correspondente a Alto Desenvolvimento Humano (0,700 - 0,799), acima da média do Estado. Os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu e Varzedo estão dentro da faixa de municípios com Baixo Desenvolvimento Humano (0,500-0,599).

O Recôncavo apresenta inúmeros desafios, entre eles: a questão ambiental, as desigualdades sociais, a pobreza, a questão cultural e turística, a falta de emprego e renda, a necessidade de fortalecimento e diversificação do setor produtivo, os quais podem ser temáticas para uma atuação mais participativa da UFRB, fortalecendo sua importância para a região, tornando-se, ainda mais, um mecanismo transformador do espaço nas cidades em que situa-se, contribuindo para o seu desenvolvimento.

### **3.1. O município de Cachoeira/Ba.**

Cachoeira está localizada na região do Recôncavo Baiano, a 111 km da capital de Salvador e 46 km de Feira de Santana. Ocupa uma área de 395 km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 81, 03 hab./ km<sup>2</sup>. (IBGE, 2016). O município possui quatro distritos – Belém, Murutuba, Santiago do Iguape e Capoeiruçu e limita-se com os municípios de Santo Amaro da Purificação e Saubara, Conceição da Feira, São Félix, Maragogipe, Governador Mangabeira e Muritiba. Cachoeira apresenta um clima tropical úmido, com temperatura elevadas, a média anual de 25,4<sup>o</sup>, o relevo é caracterizado pela presença de formações do tipo tabuleiro e na hidrografia destaca-se o rio Paraguaçu.

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Cachoeira - Ba



Fonte: ÁLVARO, Neto, 2016.

### 3.1.2. Cachoeira: Pré e pós tombamento pelo IPHAN

A história de Cachoeira remete ao século XVI, no período de ocupação da Baía de Todos os Santos pelos Portugueses. A cidade foi sendo construída a partir do plantio da cana-de-açúcar e também do fumo, cultura altamente adaptada ao clima e solo do Recôncavo Sul, entre outras culturas, em terras próximas à Vila. Cachoeira exerceu também um importante elo de ligação, como entreposto comercial com grandes armazéns, entre o litoral e o sertão via rio Paraguaçu, exercendo grande influência na interiorização do Estado. Também possuiu um importante entroncamento do transporte ferroviário, consolidando a cidade como um grande centro comercial do Recôncavo. Além disso, se destacou por ser rota de exportação via porto fluvial/marítimo dos diamantes da Chapada Diamantina, e por comercializar produtos como gado, algodão, ouro etc. A Vila de Cachoeira foi elevada à categoria de cidade em 1837 e recebeu o título de “Cidade Heróica” porque teve grande destaque na luta pela Independência do Brasil em 1822.

Cachoeira exerceu até meados do século XIX grande influência econômica, sendo considerada uma das cidades mais ricas e populosas do país e, até meados do século XX, exerceu um papel articulador na Região e no Estado, perante outras cidades do Recôncavo. Porém, as crises da agroindústria açucareira e fumageira, a chegada da Petrobras em meados do século XX (Cachoeira não fazia parte dos municípios produtores) e, posteriormente, à mudança na estrutura dos transportes, com o asfaltamento da BR 101 e BR 324, localizados distantes da estrutura urbana de Cachoeira, alterou o modo de transportar mercadorias, causando uma nova crise na economia da cidade, devido ao esvaziamento do seu porto marítimo e a desarticulação do transporte ferroviário.

Milton Santos, em 1959, já definia o Recôncavo como “a Região de cidades da Bahia”, pois o número de aglomerados urbanos nessa região sempre foi considerável. Para o autor, no contexto de redes de cidades do Recôncavo naquele período (décadas de 40 e 50), Santo Amaro, Nazaré e Cachoeira representavam importantes aglomerados urbanos e historicamente a cidade de Cachoeira sempre foi um importante entreposto comercial de mercadorias do Sertão baiano para o porto de Salvador, seja pelo transporte marítimo/fluvial, através da Baía de Todos os Santos ou do Rio Paraguaçu, seja pela ferrovia que passa dentro da mancha urbana de Cachoeira. Naquele período, a cidade de Cachoeira, segundo Santos, em 1959, ocupava a 5<sup>o</sup> posição na estrutura hierárquica da rede urbana do Recôncavo e era considerada uma capital sub regional, enquanto Santo Antônio de Jesus ocupava a 7<sup>o</sup> posição e era considerada um centro local. (SANTANA, 2012, p.70 e 71).

Desta forma, a cidade de Cachoeira já foi considerada um centro de importância regional e estadual, mas hoje é considerada um centro local, e Santo Antônio de Jesus, que foi diretamente beneficiada pela BR 101, atualmente é considerada um centro sub-regional A, conforme classificação das redes urbanas por centros de influência feita pelo IBGE<sup>6</sup>. (IBGE, 2008).

Paralelo ao poder econômico vivido por Cachoeira, se construiu na cidade: igrejas, casarões, sobrados, prédios públicos, que hoje formam um rico cenário arquitetônico e paisagístico na Cidade. Tais construções demonstravam o tamanho da

---

<sup>6</sup> O IBGE (2008) realizou um trabalho em que classificou as cidades em centros de influência. Nesse trabalho intitulado de REGIC – Região de Influências das Cidades elaborou-se uma proposta de regionalização do país por regiões de influência das cidades, com base na hierarquia urbana. Com base nesta classificação, verifica-se a posição das cidades que possuem campus da UFRB: Feira de Santana (Capital regional B), Santo Antônio de Jesus (Centro sub regional A), Cruz das Almas (Centro sub regional B), Amargosa (Centro de zona B), Santo Amaro da Purificação (Centro local) e Cachoeira (Centro local).

riqueza que a elite da época desfrutava, baseada na exploração da mão-de-obra escrava.

Por conta do seu patrimônio arquitetônico, em estilo predominantemente Barroco, a Cidade passou a ser contemplada com medidas de preservação: em 1938 o Conjunto do Carmo (composto pela Igreja do Carmo, Convento e a Casa de Oração da Ordem Terceira) foi Tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, em 1939, foi a vez da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, entre outros. (RODRIGUES, 2009).

No entanto, o tombamento pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Cachoeira só se realizou em 1971.

Inicialmente, isso não incluiu o amplo e rico patrimônio material e imaterial que possuía o Município, advindos de sua diversidade étnica e cultural, deixando de abranger nesse processo o patrimônio, a cultura e toda influência histórica do povo negro e indígena. (RODRIGUES, 2009).

A partir da década de 1980, surgiram políticas públicas estaduais de financiamento do potencial turístico da Cidade, com base na sua riqueza material e imaterial, iniciando um processo de desenvolvimento, ou no máximo de crescimento econômico, por meio do investimento em turismo cultural, incluindo, nesse processo, não só o acervo arquitetônico, mas também o turismo étnico.

Na década de 1980 o Governo da Bahia começa a estruturar a exploração da atividade turística no litoral baiano e em suas imediações. Devido ao seu conjunto arquitetônico preservado desde o período colonial e a sua proximidade de Salvador, Cachoeira torna-se um dos principais roteiros turísticos do Estado da Bahia. Contudo a cidade sofre com a sazonalidade do mercado turístico, além da falta de investimentos e políticas públicas voltadas para a profissionalização e linearidade do turismo local. Assim, a economia do município permanece incipiente durante toda a década de 1990. (FERNANDES; OLIVEIRA, s.d, p. 10)

Porém, só mais recentemente, a partir do Programa Monumenta, que Cachoeira passou a receber maiores investimentos relacionados com as políticas públicas na área da cultura e do patrimônio, iniciando uma maior dinâmica econômica advinda do incremento de recursos e do turismo na cidade. O Programa Monumenta, do Governo Federal, para preservação de cidades históricas de responsabilidade do IPHAN, iniciou suas ações na Cidade em 2002, recuperando inúmeros imóveis públicos e privados. A previsão de investimento foi de R\$ 24 milhões, com

financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e apoio da – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Além disso, o patrimônio imaterial de Cachoeira também passou a ser mais protegido, com o reconhecimento e tombamento de Terreiros de Candomblé e reconhecimento dos grupos de samba de roda do município como patrimônio imaterial pelo IPHAN e pela UNESCO. Outro investimento importante na área do patrimônio histórico e cultural veio do Governo do Estado da Bahia junto com o Ministério do Turismo: o Programa de Ação do Turismo Étnico Afro da Bahia, com o objetivo de potencializar o turismo nesse segmento, contribuindo para fortalecer a economia com base no turismo que se tem desenvolvido na cidade. (HENRIQUE, 2009).

Ao tratar sobre esses programas, que têm fortalecido a economia de Cachoeira e também reorganizado o espaço e a vida na cidade, Henrique (2009) alerta para o fato de que os benefícios dessa reestruturação tendem a ser apropriados por uma pequena parte da sociedade, deixando à margem a população mais carente, visto que no capitalismo os espaços são produzidos pela lógica do lucro e seguindo as regras do mercado. Portanto, as políticas públicas precisam ser planejadas para incluir e beneficiar toda a comunidade evitando sua apropriação por uma minoria, que nesse caso se dá, principalmente, devido ao processo de especulação imobiliária.

### 3.1.3. Cachoeira: Pré e pós UFRB/CAHL.

Outro importante fator responsável por dinamizar a economia da cidade de Cachoeira foi a instalação de um Centro da UFRB que, juntamente com outras políticas públicas, como o programa Monumenta, impulsionaram a retomada do crescimento na cidade a partir do início do século XXI. Em Cachoeira se instalou o Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL com 10 cursos de graduação e 2 cursos de pós-graduação. O Centro possui 1.803 alunos ativos na graduação e 128 no mestrado (dados obtidos em consulta ao Sagres<sup>7</sup> da UFRB em julho de 2016), são 123 servidores docentes e 39 servidores técnicos-administrativos. A chegada de novos servidores e estudantes na cidade criou várias demandas, como: transporte, alimentação, impressão, papelaria, moradia, lazer, etc., alterando a estrutura do comércio e dos serviços até então existentes em Cachoeira.

---

<sup>7</sup> SAGRES - Sistema de Automação e Gerência do Ensino Superior.



Figura 2 - Fachada do prédio de Aulas do CAHL.



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

As transformações foram no sentido de atender as necessidades dos novos consumidores e usuários, resultando em um processo de modernização dos espaços e alterando o cotidiano dos seus antigos moradores. Em Cachoeira é perceptível, desde a instalação do CAHL, a abertura de pequenos estabelecimentos comerciais, supermercados, restaurantes, novas casas de aluguel, franquias, etc.

Figura 3 - Centro de Cachoeira



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Figura 2 - Fachada de uma nova franquia inaugurada em Cachoeira



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Nesse processo, a depender da forma como a política pública se apresenta no local, isso pode acarretar benefícios apenas para uma parte da cidade e dos seus moradores ou de investidores vindos de fora, ocasionando a exclusão da maioria. Isso demonstra a importância do processo de elaboração das políticas públicas, a fim de amenizar as contradições e o surgimento de resultados divergentes do que foi planejado.

Assim, para que aconteça um processo de desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano, indo para além do crescimento econômico, o qual é percebido com a chegada da universidade em cidades como as do Recôncavo Baiano, é necessária uma atuação da própria Instituição no sentido de se relacionar melhor com a cidade e seus moradores, identificando e atuando sobre os conflitos e contribuindo com ações que promovam o desenvolvimento local.

#### 3.1.4. Perfil Econômico

Com base em fontes de dados de instituições oficiais como: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; e TCM – Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia apresenta-se um retrato superficial da situação econômica do município de Cachoeira nos últimos anos, principalmente a partir do início do século XX, período que marca a

retomada do crescimento econômico da cidade, devido à chegada da UFRB em 2006 e o incremento de políticas públicas na área de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, especificamente o Programa Monumenta. Além desses, no início do ano 2000 instalou-se no município de Cachoeira, a uma distância de aproximadamente 5km da sede municipal, o polo de curtimento e acabamento de couro da Mastrotto Brasil S/A, localizado na BR 101, Km 201, em Capoeiruçu.

Se comparamos o PIB de Cachoeira no ano de 2013 com relação ao ano de 2000 é possível constatar um forte crescimento, da ordem de 532%, conforme tabela 3. Com relação a 2005, o crescimento foi de 175%. Em relação aos dados de PIB Per Capita, os valores encontrados, a partir de 2010, mostram um crescimento de 4% desse índice comparado a 2013. Assim, ao se analisar os dados da tabela 3, é notável o crescimento do PIB de Cachoeira ao longo dos anos, demonstrando que o município vive em novo período, de ascensão econômica.

Nota-se, também, um crescimento substancial do setor de serviços durante todo o período demonstrado, comparando o ano de 2013 com o de 2005, o crescimento foi de 84%, isso sem contar os serviços públicos - assim como ocorre no Brasil o setor terciário tem significativa participação no crescimento do PIB de Cachoeira.

Tabela 3 - Valor Adicionado, PIB e PIB Per Capita a preços correntes do município de Cachoeira, Estado da Bahia, entre 2000 – 2013 em mil reais.

Ano	Valor Adicionado bruto a preços correntes				Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	PIB	PIB Per Capita (R\$ 1,00)
	Agropecuária	Industria	Serviços	Administração, saúde, e educação públicas e seguridade social			
2000	13.186	6.952	38.054	-	3.300	<b>61.492</b>	-
2005	10.973	50.092	70.077	-	10.169	<b>141.310</b>	-
2010	18.107	178.364	84.183	52.316	17.610	<b>350.581*</b>	10.943,68
2013	24.409	129.132	128.985	80.158	25.956	<b>388.640*</b>	11.349,14

Fonte, IBGE (2016)

\* NOTA: Os dados do Produto Interno Bruto dos Municípios para o período de 2010 a 2013 (série revisada) têm como referência o ano de 2010, seguindo, portanto, a nova referência das Contas Nacionais.

A agropecuária do município de Cachoeira compõe-se, principalmente, pelas lavouras de cana-de-açúcar, mandioca, cítricos, maracujá, dendê, coco-da-baía, cacau, batata-doce, além da extração de madeira/lenha e da castanha de caju etc. A

produção de animais compõe-se, principalmente, pelas aves, bovinos, ovinos, suínos e seus derivados leite e ovos, além da aquicultura (ostras, vieiras e mexilhões) e alevinos.

No setor industrial, destaca-se uma fábrica de beneficiamento e exportação de couro, as indústrias de couro para calçados, algumas fabricas de charutos, laticínios, e derivados da cana-de-açúcar.

No entanto, é o setor terciário, incluindo a prestação de serviços públicos, que mais contribui para o crescimento da economia local. O município dispõe de uma universidade pública, a UFRB/CAHL, e uma faculdade particular – a Faculdade Adventista da Bahia, 1 hospital público, escolas públicas e particulares, serviços de hotelaria, farmácias, lojas de calçados, vestuários, perfumaria e construção, lojas de conveniências, supermercados, bares e restaurantes. O turismo cultural (visitação ao patrimônio arquitetônico, festas populares, religiosas e literária etc.) é uma das principais fontes de geração de renda local (a Cidade é Patrimônio Histórico Nacional).

As Tabelas 4, 5 e 6 demonstram o crescimento econômico e financeiro do município de Cachoeira, a partir de 2006. Na tabela 4, demonstra-se as receitas orçamentárias do município de Cachoeira e, especificamente, a receita corrente tributária, proveniente da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, a qual configura-se como uma importante fonte de arrecadação de receitas do Município para o custeio de suas finalidades públicas. O crescimento da receita corrente tributária do ano de 2010 em relação à 2006, ano de funcionamento da UFRB em Cachoeira, foi de 169%. Em 2015 observa-se uma forte queda da receita tributária quando comparado a 2010, o que pode ser um reflexo da crise econômica que o país tem atualmente enfrentado.

Tabela 4 - Finanças públicas: receita orçamentária corrente e corrente tributária em Cachoeira 2006; 2010; 2015 em reais.

ANO	Receitas orçamentárias correntes	Receitas corrente Tributária
2006	20.684.197,38	1.140.458,40
2010	33.670.167,67	3.068.611,17
2015	54.293.347,36	1.846.458,33

Fonte: IBGE, 2016 e TCM-BA, 2016

A tabela 5 demonstra um crescimento dos números de empresas e de pessoal ocupado, com carteira assinada, no ano de 2010 quando comparado ao ano de 2006

e uma queda em 2014, tanto do número de empresas como do número de empregados na economia formal.

Tabela 5 - Cadastro de empresas e pessoal ocupado em Cachoeira Bahia, 2006; 2010; 2014.

ANO	Estabelecimentos locais	Pessoal ocupado total
2006	420	3.100
2010	699	3.911
2014	466	3.873

FONTE: IBGE, 2016.

Com relação às operações bancárias no Município, não houve um aumento no número de instituições bancárias entre 2006 e 2015, mas ocorreu um crescimento substancial das operações bancárias, como: operações de crédito, poupança e depósito a prazo, em todo o período contido na tabela 6. Isso revela uma melhora do desempenho da economia de cachoeira ao longo desses últimos anos.

Tabela 6 - Instituições financeiras e operações bancárias em reais, Cachoeira Bahia 2006; 2010; 2013; 2015.

ANO	Instituições financeiras	Operações de crédito	Poupança	Depósito à prazo
2006	3	20.136.254	21.463.798	3.362.049
2010	3	43.129.358	44.363.601	10.636.414
2013	3	67.475.863	70.147.816	14.501.985
2015	3	83.775.696	85.203.579	17.805.661

Fonte: IBGE, 2016.

A tabela 7 apresenta o IPE - Índice de Performance Econômica e o IPS - Índice de Performance Social do município de Cachoeira. Esses dois índices, como já esclarecido anteriormente, são indicadores elaborados pela SEI, com o objetivo de ter informações socioeconômicas dos municípios baianos em espaço de tempo menor do que os dados censitários do IBGE, que são atualizados decenalmente. Segundo a SEI (BAHIA, 2014) os índices IPE e IPS são elaborados com o objetivo de sintetizar informações sobre a realidade atual desses municípios servindo de subsídio para a tomada de decisão dos gestores públicos, além de contribuir para a avaliação e monitoramento das políticas públicas.

Tabela 7 - Índice de Performance Econômica e Social, Cachoeira, Bahia, 2002-2010.

ANO	IPE	Ranking	IPS	Ranking
2002	5026,65	46	5072,69	33
2004	5044,26	37	5102,33	21
2006	5027,42	48	5080,93	32
2008	5001,9	116	5072,69	33
2010	5053,94	36	5096,54	20

Fonte: BAHIA, 2014.

Conforme visualizado na tabela 7, o município de Cachoeira apresentou em 2010 seus melhores índices (IPE e IPS) e melhor posição no ranking com relação aos anos anteriores, pois alcançou um IPE de (5053,94), colocando-se na 36ª posição entre os 417 municípios do Estado e IPS de (5096,54), ficando na 20ª posição do ranking. O ranking demonstra a posição de Cachoeira com relação aos outros municípios da Bahia, em um determinado ano, no que se refere à cobertura de serviços básicos oferecidos à população. Vale ressaltar que o IPS e o IPE não são índices para mostrar o nível de desenvolvimento das cidades, servem apenas para classificar os municípios com a finalidade de retratar a sua capacidade em oferecer serviços básicos (na área de saúde, educação, infraestrutura, geração de renda e emprego etc.) à população, em termos quantitativos.

### 3.1.5. Perfil demográfico e Social

Conforme, tabela 8, em 2010 viviam 32.026 pessoas no município, a projeção estimada para 2015 foi de 34.536 pessoas. Entre 2000 e 2010, a população de Cachoeira cresceu a uma taxa média anual de 0,52% e a taxa de urbanização do município diminuiu de 52,05% para 51,17%, verifica-se que existe um equilíbrio entre a proporção de habitantes da zona urbana e da zona rural do município. As mulheres em 2010 representavam 51,75% da população e os homens 48,25%.

Tabela 8 - Censo demográfico Cachoeira - Bahia, 2000 e 2010

ANO	População	Masculino	Feminino	Rural	Urbana
2000	<b>30.416</b>	14.885	15.531	14.585	15.831
2010	<b>32.026</b>	15.453	16.573	15.639	16.387

Fonte: IBGE, 2016.

A taxa de envelhecimento (razão entre a população de 65 anos ou mais de idade com relação à população total) em Cachoeira passou de 7,09% em 2000 para 7,40% em 2010, sendo que a maior proporção da população concentra-se na faixa entre 15 e 64 anos de idade, representando 67,15% da população em 2010, com 21.504 pessoas, conforme Tabela 9.

Tabela 9 - Estrutura Etária da população e índice de envelhecimento 2000 e 2010, Cachoeira, Bahia.

Estrutura Etária	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	9.362	30,78	8.151	25,45
15 a 64 anos	18.899	62,14	21.504	67,15
65 anos ou mais	2.155	7,09	2.371	7,4
Índice de envelhecimento	7,09	-	7,4	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2016.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Cachoeira, em 2010, foi de 0,647 (Tabela 10), colocando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). Cachoeira ocupa a 3.172ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM e a 43ª posição entre os 417 municípios do estado da Bahia. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi Longevidade, com 0,762 de índice, seguida de Renda (0,615), e de Educação (0,577). O IDHM do Estado da Bahia nesse mesmo ano foi de 0,660, sendo que a dimensão renda foi de 0,663, longevidade 0,783 e educação 0,555, assim, o índice da dimensão Educação do IDHM de Cachoeira foi maior que a do Estado.

A taxa de crescimento do IDHM de Cachoeira entre 2000 e 2010 foi de 25,39%, o índice passou de 0,516 em 2000 para 0,647 em 2010. Nesse período, foi a dimensão Educação, em termos proporcionais, que mais contribuiu para o crescimento do IDHM do município, passando de 0,375 em 2000 para 0,577 em 2010. A dimensão longevidade - a esperança de vida ao nascer - passou de 65,51 anos em 2000 para 70,72 anos em 2010 e a dimensão renda a uma taxa média anual de crescimento de 4,49%, entre 2000 e 2010, passando de R\$ 239,23 em 2000 para R\$ 368,11 em 2010.

Tabela 10 - IDHM (renda, longevidade e educação) em Cachoeira em 1991, 2000 e 2010

ANO	IDHM	RENDA	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO
1991	<b>0,399</b>	0,481	0,585	0,226
2000	<b>0,516</b>	0,546	0,675	0,372
2010	<b>0,647</b>	0,615	0,762	0,577

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2016.

A tabela 11 mostra o número de alunos que frequentavam o ensino infantil, fundamental, médio e superior na cidade de Cachoeira nos anos 2000 e 2010. Em 2010 houve um crescimento de 7% no número total de alunos, o maior aumento foi no ensino superior, em 2010, entraram 1.033 alunos a mais no ensino superior na cidade de Cachoeira com relação ao ano 2000. O único nível de escolaridade em que houve uma redução de alunos frequentando a escola, no período analisado, foi no ensino fundamental.

Tabela 11 - Pessoas que frequentavam escola ou creche em Cachoeira, Bahia, 2000 e 2010

Ano	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior de graduação	Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado
2000	10.589	109	951	533	105	7.049	1.478	352	13
2010	11.374	313	1.142	724	391	5.664	1.616	1.385	140

Fonte: BAHIA, 2016.

Outros dados retirados do site Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2016) e SEI (BAHIA, 2016) também trazem informações relevantes sobre a evolução da condição de vida da população de Cachoeira entre o ano de 2000 e 2010. Assim:

#### *Educação:*

- A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade reduziu de 20% em 2000 para 15,9% em 2010, houve uma redução de analfabetos, mas são índices ainda muito elevados. (A taxa de analfabetismo da população urbana reduziu de 13,4% para 12,6% e a rural reduziu, no mesmo período, de 27,8% para 19,6%)



*Saúde e Vulnerabilidade Social:*

- A mortalidade infantil passou de 40,57 por mil nascidos vivos em 2000 para 25,2 por mil nascidos vivos em 2010.
- A parcela da população em domicílios com acesso a água encanada e banheiro passou de 50,92% em 2000 para 72,45% em 2010.

*Trabalho e Renda:*

- A população economicamente ativa ocupada aumentou de 55,24% em 2000 para 64,65% em 2010. A população economicamente ativa que estava desocupada reduziu de 18,84% em 2000 para 11,90% em 2010 (a População em Idade Ativa de Cachoeira era de 27.147 em 2010 e a População Economicamente Ativa era de 14.956 pessoas. Sendo que desses, 18,96% trabalhavam no comércio e 36,27% no setor de serviços).
- O índice de Gini (instrumento usado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos - quanto mais próximo de zero, menor será a desigualdade) passou de 0,59 em 2000 para 0,56 em 2010.
- A vulnerabilidade à pobreza reduziu de 75,77% em 2000 para 60,25% em 2010.

A implantação da UFRB em Cachoeira, em 2006, dinamizou a economia e trouxe diversas externalidades positivas para a Cidade. Uma universidade, além de promover investimentos, elevar a renda, a poupança e trazer recursos financeiros para a cidade, também é capaz de elevar e disseminar o conhecimento, promover a cultura e a arte, como também favorecer a participação política da comunidade, além de contribuir com inúmeras mudanças no modo de produzir, pensar e agir da sociedade. Todas essas contribuições são capazes de promover a melhoria de fatores como: educação, saúde, trabalho e renda, consciência política e comunitária, condições ambientais, entre tantos outros fatores que são fundamentais para o desenvolvimento humano no âmbito local. Por tudo isso, o efetivo compromisso da UFRB com o local é tão importante e necessário, principalmente diante de um país cheio de desigualdades e contradições e, especificamente, por conta das precárias condições econômicas e sociais em que ainda vive parte da população do Recôncavo e da cidade de Cachoeira.

#### **4. Políticas públicas de expansão da educação superior no Brasil.**

A recente expansão da educação superior no Brasil, a partir do primeiro mandato do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) (2003-2007), foi construída a partir de ações no sentido de aumentar o número de matrículas na educação superior e garantir a democratização do acesso. A ação do Estado foi norteadas por políticas públicas no sentido de resolver, entre outros, o problema do atraso produtivo e tecnológico que o país enfrentava devido ao baixo nível de acesso da maior parte dos jovens brasileiros à educação superior. Neste sentido, foram implementados programas como: o Programa Universidade para Todos - PROUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior - FIES, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, a Universidade Aberta do Brasil - UAB, o Sistema de Seleção Unificada - SISU, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs. Esses programas objetivavam contribuir para atender as metas do Plano Nacional de Educação - PNE, lei n. 10.172 de janeiro de 2001, que, entre outros, visava prover até 2010 a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária entre 18 a 24 anos. (ARRUDA, 2011).

As ações e programas implementados no governo Lula, resultaram na expansão do setor privado, mas também no aumento das vagas na rede pública. Tal situação decorre das pressões sociais por mais educação para as classes menos favorecidas, mas também do poder exercido pelo mercado sobre ações desenvolvidas pelo Estado. Assim, da necessidade de tornar o setor produtivo brasileiro mais competitivo, dentro do contexto da administração neoliberal, o qual passa a ditar o sistema capitalista mundial e influenciar o papel exercido por Estados-nações como o Brasil, o governo Lula implementa seu projeto para a educação superior, intitulado – Uma escola do Tamanho do Brasil – que, primeiramente, direcionou recursos e esforços no sentido de expandir cursos e vagas na educação superior via iniciativa privada e, posteriormente, via setor público, especialmente com a criação do Reuni em 2007.

Mancebo; Vale e Martins (2005, p.34) ao discutirem as políticas de expansão da educação superior entre os anos de 1995 e 2010, ressaltam a grande expansão

do setor privado no cenário de crescimento da educação superior, cujo número de matrículas cresceu 347,15%, entre 1995 e 2010, já no setor público a expansão no mesmo período foi de 134,58%. Os autores, ao apresentarem tais índices, ressaltam que isso é, em parte, resultado do contexto internacional, marcado pelas políticas neoliberais e a globalização, mas também devido à perpetuação de um discurso ideológico que tenta explicar a condição do Brasil, país marcado pelas desigualdades e pela pobreza, como resultado da baixa educação recebida por seus cidadãos. Assim, o discurso serviria, às vezes, muito mais como lobby do mercado educacional para conseguir expandir o setor, sem, no entanto, oferecer qualidade ou ao menos cursos e produção científica que permitissem resultados mais significativos para o desenvolvimento das cidades ou da nação.

No retrospecto realizado verificou-se, por fim, um argumento que é reiterado em todas as situações abordadas e que necessita, portanto, de respostas. Segundo ele, há uma relação positiva entre educação e desenvolvimento, daí todo o esforço para a expansão da educação superior. Esse argumento, que advém nos anos de 1950, com as teorias do capital humano, e que já foi sobejamente contestado por diversos autores no campo crítico, permanece de pé e é, até hoje, dominante, quando governantes e mídia, sob a batuta do capital, advogam mudanças, reformas e, no caso aqui em análise, a expansão de sistemas de ensino. (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015, p. 47).

Mais adiante, os autores ressaltam que a questão do desenvolvimento não pode ser explicada unicamente pela situação dos padrões educacionais de uma sociedade. O processo histórico da produção da desigualdade, construído a partir das desiguais relações comerciais entre nações, das guerras, da escravidão, da colonização etc., fornece explicações mais reais e profundas para esse fato, do que as do mero discurso político e/ou de viés mercadológico nos faz, por vezes, acreditar e que direciona o processo de elaboração das políticas públicas para o interesse privado.

Traçando uma abordagem sobre os conceitos de políticas públicas, Arruda (2011, p. 503) cita várias definições, entre elas: “Azevedo (1997) pontua que as políticas públicas constituem o “Estado em Ação” e que elas revelam o projeto de sociedade em implementação”. Assim, Arruda (2011) após considerar os conceitos de políticas públicas de autores como Muller e Surel, e Azevedo, esclarece que:

Dessa forma, considerando a existência de uma demanda reprimida pleiteando o ingresso na educação superior, incorpora-se a agenda das

prioridades do governo Luís Inácio Lula da Silva, a preocupação em torno da política de expansão da educação superior e de ampliação do acesso que se voltam tanto para o setor privado quanto para o setor público, priorizando a democratização da educação superior de grupos sociais tradicionalmente excluídos desse nível de ensino. (ARRUDA, 2011, p. 503)

O entendimento sobre políticas públicas ainda é muito impreciso. A depender da concepção teórica e política à qual esteja inserida, a política pública pode ser entendida como o resultado de uma ação do Estado visando ao bem comum ou o resultado da atuação de diversos atores num determinado espaço, com interesses comuns ou até dispares.

Heidemann (2014) cita dois importantes autores ao tratar sobre conceitos de Políticas Públicas (PP), o cientista político Thomas R. Dye e William Jenkins. Assim, para Dye “(1972, p.2) a “política pública é tudo o que os governos escolhem fazer ou deixar de fazer”” (HEIDEMANN, 2014, p.31) e para Jenkins, conforme análise de Howlett e autores, “a *policy-making* é um processo dinâmico e [é], em geral, o resultado de “um conjunto de decisões inter-relacionadas”. (HEIDEMANN, 2014, p.32). Esse autor afirma que:

A oferta de bens e serviços para a sociedade é feita por política pública e por política privada. É verdade que tudo o que os governos fazem é política pública, conforme postula Dye. Mas nem toda política pública é realizada de forma exclusiva, plena e satisfatória por governos. Em outras palavras, toda a ação de mudança praticada na sociedade por força de lei ou por regulação pública é política pública, independentemente de serem públicos ou privados seus agentes implementadores. (HEIDEMANN, 2014, p. 33).

Assim, o conceito de política pública vai além do sentido clássico no qual o governo era o único agente de políticas. Outros atores ou *public policy-makers* (empresas, associações, sindicatos, igrejas, universidades etc.) entram na arena pública e realizam, junto com o governo, o processo da política pública: montagem da agenda política, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação, conhecidas como etapas do ciclo ou estágios de *pollicy-making*.

Os autores Lascoumes e Galès (2012) ressaltam que a concepção de política pública atribuída apenas a ação estatal está ultrapassada, visto que, outros atores, tais como: organizações não-governamentais, associações e instituições econômicas, têm forças para influenciar a concepção e as diretrizes de determinada política pública, tais como: de educação, de emprego e renda, de saúde, de moradia etc. Para os autores, o termo mais correto para expressar essas interações seria *ação pública*,

no lugar de políticas públicas, o qual estaria mais restrito a intervenção estatal e não daria conta de expressar a atuação de outros atores públicos e privados. Assim, diferentemente, o termo ação pública tenderia a considerar a arena de atuação dos mais diversos atores que se entrelaçam no convívio social.

Os autores afirmam que:

Mais do que o enfrentamento caso a caso dos desafios sociais, as políticas públicas são ações coletivas que participam da criação de determinada ordem social e política, da direção da sociedade, da regulação de suas tensões, da integração dos grupos e da resolução dos conflitos. (LASCOUMES; GALÈS, 2012, p. 31).

Conforme Lascoumes e Galès, a concepção de política pública no entendimento da Ciência Política clássica, na década de 1970, a partir da visão *top down* (de cima para baixo), era de que o Estado teria o papel central na construção e condução das políticas públicas. Por outro lado, a perspectiva sociológica *bottom up* (de baixo para cima), seguida pelos autores, defende que a política pública é resultado das inter-relações entre os diversos grupos, individuais e coletivos, que agem diretamente sobre a construção e os rumos da ação política, ou seja, a visão de um Estado único condutor do bem comum é equivocada, visto que existem diversos grupos e estratégias que ditam e conduzem as decisões da ação pública.

[...] A ação pública contribui para as transformações sociais, a resolução dos conflitos, a conciliação entre diferentes grupos de interesse. Mas ela também visa à repartição dos recursos, à criação ou compensação das igualdades. A interação entre autoridades públicas e atores sociais mais ou menos organizados é um aspecto central das políticas públicas. Ao propor uma sociologia política da ação pública não estamos afirmando que a sociedade é forçosamente estruturada pelo elemento político, mas que ela o é em parte – notadamente pela via das políticas públicas. (LASCOUMES; GALÈS, 2012, p. 52).

Outra interessante análise sobre as políticas públicas que trazem esses autores está inserida no argumento de que o problema público é, antes de tudo, uma construção política a partir dos desafios públicos que estão em destaque pelos diferentes grupos que compõem a estrutura social. Assim, um problema passa a ser importante quando atores interessados passam a inscrevê-lo nos diversos espaços públicos.

Um problema torna-se público a partir do momento em que os atores sociais estimam que algo deve ser feito para mudar uma situação. Ele torna-se político a partir do momento em que a solução almejada só pode ser dada pelo público. [...] A fortiori, o problema torna-se público quando a autoridade estatal se apropria de determinado desafio e o inscreve em sua agenda de ação. (LASCOUMES; GALÈS, 2012, p. 52).

Azevedo (2004) considera a educação uma política pública de corte social e, portanto, insere-se num contexto onde atuam diversas forças (políticas, econômicas, culturais etc.) que influenciam a condução das ações implementadas pelo Estado para gerir a educação. Por exemplo, a partir da década de 1970, a abordagem neoliberal direcionou algumas decisões que influenciaram o rumo que a política educacional tomou no Brasil a partir daquele momento. A crise econômica mundial no início dos anos 1970, o processo de globalização, a crise fiscal do Estado e as novas ideologias para a sua atuação, de agente indutor para regulador, induzidas pelo pensamento neoliberal, influenciaram a visão sobre o papel da educação na sociedade. Nesse momento de reestruturação capitalista e da crescente importância advinda da ciência e tecnologia para o setor produtivo, a educação tornou-se essencial para a produtividade no trabalho e, conseqüentemente, para o crescimento do lucro, transformando a educação em um fator central no cenário capitalista mundial.

Conforme esclarece Azevedo (2004):

Inspirada nas formulações de Pierre Muller e Bruno Jobert, afirmo que as políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória do Estado em que têm curso. Constroem-se, pois, a partir das representações sociais que cada sociedade desenvolve a respeito de si própria. Segundo essa ótica as políticas públicas são ações que guardam intrínseca conexão com o universo cultural e simbólico ou, melhor dizendo, com o sistema de significações que é próprio de uma determinada realidade social. As representações sociais predominantes fornecem os valores, normas e símbolos que estruturam as relações sociais e, como tal, fazem-se presentes no sistema de dominação, atribuindo significados à definição social da realidade que vai orientar os processos de decisão, formulação e implementação das políticas (AZEVEDO, 2004, p. XIV e XV).

Assim, a educação pública tem sido direcionada por decisões que são influenciadas por todas as transformações que o mundo e o Brasil vêm passando, principalmente, no contexto das crises econômicas, de restrições das políticas públicas, mas também pelo surgimento de novas forças de resistência ao desmonte dos direitos sociais surgidas no âmbito da própria sociedade civil, além da crise ambiental e da revolução científica e tecnológica. Assim, tudo isso ajuda a explicar o

atual direcionamento da educação básica, como também, compreender o modelo de expansão das instituições públicas e privadas de educação superior no Brasil nos últimos anos.

Portanto, ao considerar a implantação de ações, via Estado, para a condução das políticas públicas de educação torna-se preciso compreender o projeto de sociedade que está em curso, o qual é realizado a partir dos diversos setores que constituem o meio social e que, a partir de jogo de forças, podem criar ou tornar um problema socialmente relevante, fazendo com que suas ideologias conduzam as ações do Estado perante uma determinada política pública.

Conforme esclarece Azevedo (2004):

Na sociedade, portanto, a influência dos diversos setores, e dos grupos que predominam em cada setor, vai depender do grau de organização e articulação destes grupos com ele envolvidos. Este é um elemento chave para que se compreenda o padrão que assume uma determinada política e, portanto, porque é escolhida uma determinada solução e não outra, para a questão que estava sendo alvo de problematização. (AZEVEDO, 2004, p. 63)

Nesse sentido, a recente expansão da educação superior perpassa por tais condicionantes, que orientaram a tomada de decisão e conduziram a definição e formulação das atuais políticas públicas de educação superior no Brasil. Assim, tem-se as políticas voltadas ao mercado (aumento de vagas e financiamento público em instituições privadas), quanto aquelas mais voltadas à expansão das instituições públicas e à inclusão social (cotas, bolsas, políticas de permanência qualificada) que passaram também a fazer parte da política de expansão da educação superior a partir do primeiro governo Lula. Assim, tais medidas refletem o foco dado a educação, e aos problemas da qualidade, equidade e eficiência da educação superior no Brasil, considerados entraves para o desenvolvimento econômico e social do país. Conforme consta no Plano Nacional de Educação (2001-2011):

Nenhum país pode aspirar a ser desenvolvido e independente sem um forte sistema de educação superior. Num mundo em que o conhecimento sobrepuja os recursos materiais como fator de desenvolvimento humano, a importância da educação superior e de suas instituições é cada vez maior. Para que estas possam desempenhar sua missão educacional, institucional e social, o apoio público é decisivo. (BRASIL, 2001, p.33)

O governo federal, nesse período, desenvolveu algumas ações para as políticas públicas de educação superior, no sentido de tornar o país mais preparado

para se colocar diante dos novos desafios do desenvolvimento nacional. Para tanto, entre as ações planejadas, criou-se novos cursos, campus e universidades, principalmente no interior do país e, nesse processo, concretiza-se a criação da UFRB

#### **4.1. O REUNI e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB**

As desigualdades sociais e regionais são marcas conhecidas da história brasileira desde o início da sua formação enquanto Estado-nação, e essa condição tem reflexos nítidos sobre a situação da educação superior brasileira, de caráter elitista e concentrador. O Plano Nacional de Educação 2001-2011 (BRASIL, 2001), tratou desses problemas e definiu algumas ações para combater tal injustiça que continuamente se perpetua. Assim, dentre os objetivos e metas, constam:

- Prover, até o final da década [passada], a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população na faixa etária de 18 a 24 anos;
- Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de oferta existentes entre as diferentes regiões do País.
- Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à educação superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino. (BRASIL, 2001, p. 35).

Objetivando efetivar tais metas, o governo federal implementou diversas políticas públicas, dentre elas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que foi uma das ações que integraram o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, o qual pode ser entendido como um plano executivo do PNE e compõe a política nacional para a educação. O PDE tem como expressão principal enfrentar as desigualdades de oportunidades educacionais tendo em vista a relação existente entre educação e desenvolvimento, seja no âmbito social, econômico, regional ou local. (BRASIL, PDE, 2007). A partir da concepção sobre educação superior contida no PDE foram (re)elaboradas políticas públicas como: o REUNI, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o



Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Conforme Arruda (2011, p. 506), “para o MEC o REUNI é uma forma de incentivar as universidades públicas a retomarem seu papel estratégico e contribuir com o desenvolvimento econômico e social do país” e objetivou:

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior. (BRASIL, REUNI, DIRETRIZES GERAIS, 2007, p.10)

A expansão da Rede Federal de Educação Superior se iniciou em 2003 e elevou os números de municípios atendidos pelas universidades de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011, sendo criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi. (BRASIL, REUNI, EXPANSÃO, 2010).

Todas as 54 universidades federais existentes optaram em participar do programa iniciado em 2008, incluindo a UFRB e a Universidade Federal do ABC (UFABC), criadas em 2005, dentro do Programa de Expansão Fase I das Universidades Federais. Após a elaboração e aprovação pelos seus respectivos conselhos superiores das propostas de expansão e reestruturação, e posterior envio ao MEC, foi elaborada uma pactuação de metas e de fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados a cada instituição, vinculando os repasses ao cumprimento das metas que estabeleciam, entre outras, a ampliação da oferta de ensino superior com qualidade e equidade, a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%, a flexibilização de currículos e o combate à evasão. (BRASIL, REUNI, DIRETRIZES GERAIS, 2007). Atualmente, o país conta com 63 universidades federais, sendo que 18 foram criadas a partir de 2003. (BRASIL, PORTAL BRASIL, 2016).

O REUNI, enquanto política pública com grande viés democratizante e territorial, priorizou a expansão de novas universidades e campi no interior do país, a fim de minimizar o grande déficit existente no acesso à educação superior por jovens com pouca possibilidade de cursar uma faculdade longe da sua região de origem ou nas universidades das capitais dos Estados, fato esse que resultava em um processo de ruptura na formação de pessoas que gostariam de ampliar a sua formação e

também de jovens com grande potencial para áreas necessárias ao país, mas que deixavam os estudos devido à falta de recursos econômicos.

No entanto, apesar de possuir méritos significativos para o crescimento da educação superior pública no Brasil, esse programa teve muitos problemas de execução ao longo dos anos e não escapou de críticas por parte do meio acadêmico.

O relatório do primeiro ano do REUNI, publicado em 2009 pelo MEC, já apontava algumas dificuldades encontradas na execução do programa, como: problemas no processo de contratação docente, dificuldades na oferta de cursos noturnos, atrasos na conclusão de obras, readequação de projetos institucionais. Além disso, grupos estudantis e sindicatos dos servidores das universidades apontavam para a deterioração do trabalho docente, e da qualidade do ensino nas universidades, visto que as mesmas não estariam sendo aparelhadas, na mesma proporção do crescimento de cursos e vagas, com os recursos necessários para a manutenção satisfatória dos processos de ensino, pesquisa e extensão. Ainda, também foi motivo de críticas a falta de tempo para a discussão do programa com a comunidade acadêmica e a sociedade, sobre os cursos que poderiam melhor atender os diversos contextos regionais.

Segundo aponta Arretche (2012) apud Vargas (2014):

As dificuldades dizem respeito à complexa operação de práticas de descentralização político-administrativa bem sucedidas, em função de um traço sociocultural marcado pela relação entre sociedade e poder, no Brasil, que revelaria de um lado um aparelho de Estado agigantado, lento, corrupto e ineficiente, e de outro uma sociedade sem poder local e desorganizada. Essas dificuldades podem estar associadas, por sua vez, com um federalismo mal absorvido e implantado, em disputa com poderes locais e às voltas com a mal ajustada dinâmica da centralização e da descentralização na política brasileira. (ARRETCHÉ, 2012 apud VARGAS, 2014, p. 291).

Os problemas apresentados precisam de uma maior atenção dos atores locais, mas também de um maior cuidado do gestor público na concepção das políticas públicas, principalmente quando se trata de ações de grande extensão e que implicam em grandes mudanças no status quo, como é o caso do REUNI. Nesses casos, as ações estarão expostas a diversos tipos de situações, muitas vezes, não previstas no processo de formulação e execução da política pública.

#### 4.1.2. UFRB: História, processo de implantação e plano de gestão

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia originou-se pela Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), incorporando todos os discentes e a estrutura do seu quadro de pessoal. (UFRB, PDI 2010-2014). A Escola de Agronomia da UFBA instalou-se na cidade de Cruz das Almas em 1943. Inicialmente, esta instituição se localizava no município de São Francisco do Conde e tinha como objetivo dar suporte técnico à agroindústria açucareira.

A interiorização de universidades na Bahia iniciou-se apenas a partir das décadas de 1960 e 1970 por meio das instituições estaduais, entendidas como organizações de apoio ao desenvolvimento econômico e à modernização do Estado. Portanto, a UFRB é a primeira universidade federal do interior do Estado.

Segundo consta no sítio da UFRB na internet e nos documentos oficiais da Universidade que versam sobre a história de implantação da Instituição, a criação da Universidade resulta da mobilização do povo do Recôncavo que já clamava por uma universidade desde a época do Brasil Império. A UFRB começou a ser concretizada a partir de 2002 e em 2003 começaram a ser realizadas audiências públicas em algumas cidades da região a fim de mobilizar a sociedade e tratar sobre a criação de uma universidade no Recôncavo.

A história de criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) teve seu início no ano de 2002, por meio de mobilização da sociedade civil da Região, conjugada com a iniciativa do Reitor da UFBA, professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, que no dia 7 de outubro, propôs a criação da UFRB, em reunião da bancada de deputados federais e senadores baianos. (UFRB, PDI 2010-2014, 2009, p.11).

A implantação da UFRB no Recôncavo Baiano se insere a partir de uma ação estatal que esperava promover o desenvolvimento regional e local das cidades, e da sua zona de influência. Segundo consta no documento que tratou da criação da UFRB, intitulado: “UFRB subsídios para a criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia” (UFBA, 2003), a Universidade foi proposta com o formato multicampi para atender a articulação do saber científico com a complexa realidade do Recôncavo, entrelaçando a Universidade e seus campi aos aspectos socioespaciais e ao contexto econômico, político, cultural, histórico e ambiental de cada subespaço regional.

No projeto previu-se unidades da UFRB nas cidades de Cruz das Almas (sede), Amargosa, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro da Purificação – todas em funcionamento – e, também, nas cidades de Nazaré das Farinhas e Valença, que até o momento não se concretizaram.

Conforme esclarecem Santana e Marengo (2012) as cidades que receberam centros de ensino da UFRB possuem alguma capacidade de polarização na região (possuem mesmo que de forma incipiente algum tipo de Arranjo produtivo Local - APL em desenvolvimento). Por exemplo, a cidade de Santo Antônio de Jesus é um centro polarizador devido a importância do setor terciário, considerado uma atividade motriz. Outro exemplo, é a cidade de Cachoeira onde o turismo, mesmo que desenvolvido precariamente, é uma atividade econômica essencial ao município e com potencial efeito polarizador.

O foco de atendimento dessas mesorregiões deve-se principalmente à perspectiva de descentralização dos polos educacionais das capitais no sentido de permitir o acesso das populações mais distantes ao ensino superior público, e como política dinamizadora de APL (Arranjo Produtivo Local) e desenvolvimento regional. (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p. 185)

Na medida em que criaram-se novas dinâmicas: com a instalação da UFRB e seus equipamentos, com a vinda de pessoas (servidores públicos e alunos), de recursos financeiros, com a expansão da rede elétrica, de comunicações e de transporte e, conseqüentemente, com o surgimento de novas funcionalidades em estruturas e equipamentos tradicionais ou abandonados, a vida nesses espaços é reestruturada, implicando em uma nova configuração, trazendo dinamismo para a economia local, porém, criando tensões e conflitos socioculturais.

Santana (2012) ressalta que a instalação da UFRB causa conflitos de interesses entre diversas lideranças políticas locais daqueles municípios que lutam para sediar um núcleo da universidade. Lideranças econômicas, políticas e sociais passam a promover uma ação de mobilização da população para dar visibilidade a questão, visto que a instalação de uma instituição universitária é entendida, por parte dos grupos de interesse, como um elemento de desenvolvimento e de dinamização da economia e da estrutura urbana local, podendo então trazer diversos tipos de benefícios a localidade.

Estas lideranças político-partidárias sempre vinculam a presença da universidade na cidade ao dito “desenvolvimento local e regional” e a um efeito imediato sobre a dinâmica econômica das cidades. Muitos destes políticos partidários têm o apoio de outras lideranças da sociedade civil: professores, associações, sindicatos, as quais, por sua vez, mobilizam a opinião pública a fim de reivindicar para si um campus. (SANTANA, 2012, p.68)

Contudo, Santana e Marengo (2012), ao comentarem sobre o processo de implantação da UFRB questionam o processo de supervalorização dos imóveis na cidade de Santo Antônio de Jesus, criando uma situação de exclusão da população mais empobrecida, e sobre isto os autores questionam se houve alguma referência da implantação do campus no plano diretor da cidade, que servisse de apoio para ações que pudessem lidar com as possíveis consequências deste fato.

E sobre a escolha dos cursos da UFRB na cidade de Santo Antônio de Jesus, os autores acrescentam que:

Depois do estabelecimento da instituição em si, questiona-se como a universidade se estabelece e, neste ponto, se abre um “leque” de problematizações que devem ser, senão solucionadas, ao menos discutidas e pensadas. A primeira delas diz respeito aos tipos de cursos que foram abertos no campus da UFRB em Santo Antônio de Jesus e que são fornecidos pelo Centro de Ciências da Saúde [...]. Pergunta-se, quanto à abertura dos referidos cursos, se ela foi discutida previamente com a população diretamente interessada e se os mesmos são uma demanda real da região. [...] Afinal, em uma cidade historicamente voltada para o comércio e os serviços, deve-se pensar que tipo de cursos universitários seriam realmente úteis para a população da cidade e da região. (SANTANA; MARENGO, 2012, p. 49)

Mesmo passados os principais problemas relacionados ao processo de criação e de adaptação das cidades que receberam a UFRB, após 10 anos de início de suas atividades ainda permanecem muitos desafios de uma Instituição que tem como alguns dos seus princípios, conforme colocado na página de apresentação da UFRB na internet:

- ✓ Cooperação com o desenvolvimento socioeconômico, científico, tecnológico, cultural e artístico do Estado e do País e compromisso com o desenvolvimento regional;
- ✓ Criação de marcos de reconhecimento social, oriundos dos serviços especiais prestados no atendimento da população. (UFRB, 2016b).

A preocupação com o desenvolvimento da região onde está inserida, demonstra que a implantação da UFRB deve ser entendida enquanto uma política pública que busca, por meio da expansão e interiorização do ensino superior, ser um mecanismo para dinamização e o desenvolvimento da Bahia, do Recôncavo Baiano e das cidades onde os campi se instalaram. No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRB consta que a Universidade:

Deve contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades e aprofundar a integração da universidade com os municípios do Recôncavo e do Estado da Bahia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural. (UFRB, 2009, p. 14 e 15).

Desse modo, pensar na interação desta instituição com a sociedade e com o seu espaço de atuação é extremamente útil no sentido de fazer desta Universidade um importante agente de desenvolvimento e sucesso para o Recôncavo Baiano, visto que, o projeto de implantação da UFRB não se caracteriza propriamente enquanto uma política de desenvolvimento regional pensada para o Recôncavo. A criação da UFRB insere-se dentro de um projeto nacional para melhorar os resultados da educação superior no Brasil, concebido de “cima para baixo”, fruto da política do REUNI do governo federal. Ainda sobre a implantação dessa política nacional no contexto local, Santana e Marengo (2012) analisam que:

Não se pode esquecer que as ações verticais vindas das instâncias políticas federais dificilmente se realizam intactas nos lugares, visto que precisam ser negociadas com os agentes locais. As ações verticais encontram solidariedades locais – horizontalidades – que tanto podem oferecer atritos, obstáculos, ao desenvolvimento dessas ações, como não. De qualquer modo, o projeto nunca se concretizou intacto – o que se tornaria extremamente desorganizador daquelas horizontalidades preexistentes e, presumivelmente, impraticável – mas se realiza modificado, adaptado às conveniências de uma elite local, ou das elites locais, e readaptado às necessidades daqueles que vivem no ambiente. No fim, o que se vê, as paisagens resultantes, assim como as dinâmicas que se animam, não traduz uma ordem local, tampouco uma ordem distante, mas sempre uma ordem possível (SANTOS, 2008), resultado da interação entre ambas. É dessa forma que se pode questionar o quanto é estratégico, para o desenvolvimento regional pensado pelo governo federal, o estabelecimento destes campi nas cidades referidas e o quanto é dependente de conveniências políticas locais, que não são tão integradas assim, como se pode presumir. (SANTANA; MARENGO, 2012, p. 47 e 48)

Assim, ao longo da história de constituição do Recôncavo diversas e sucessivas dinâmicas externas organizaram a região, inclusive ditando as atividades

endógenas dos diferentes subespaços que a compõem, num esforço de complementaridade para atender as necessidades exógenas. Foi o que se viu desde o período colonial, no Recôncavo açucareiro, fumageiro, e também com a extração do petróleo. Períodos que foram marcados pela exploração da mão-de-obra local, pela manutenção de privilégios da elite, pela dependência regional frente ao capital e ao mercado estrangeiro, à margem da pobreza da maior parte da população e da fragmentação que caracterizou a vida econômica e social dos diversos subespaços regionais.

Portanto, diante desses desafios, a UFRB precisa desenvolver ações que tragam mais integração com a Região e com as cidades onde seus campi foram instalados, assim, para além de ter sido um projeto exógeno, a Universidade, conforme consta no site e nos documentos oficiais de implantação da Instituição, poderá ser um mecanismo da matriz de desenvolvimento socioeconômico regional. Contudo, suas ações na área do ensino, pesquisa e extensão precisam estar integradas e direcionadas ao desenvolvimento da ciência nacional, mas também, às reais necessidades do Recôncavo e de suas cidades, tornando-se, efetivamente, um vetor do desenvolvimento social, econômico e cultural da região, conforme a mesma se propõe.

No presente, a UFRB possui a seguinte configuração territorial:

- Centros de Ensino:

1. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) – Cachoeira.
2. Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) - Feira de Santana.
3. Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) - Cruz das Almas
4. Centro de Ciências da Saúde (CCS) - Santo Antônio de Jesus.
5. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) - Cruz das Almas.
6. Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) - Santo Amaro da Purificação.
7. Centro de Formação de Professores (CFP) - Amargosa.

Atualmente, são ao todo 43 cursos de graduação, nas diversas áreas do conhecimento e 17 cursos de pós-graduação (2 doutorados, 12 cursos de mestrado, 2 especializações e 1 residência). (UFRB, 2016c).

A dotação orçamentária da Universidade em 2015 foi de R\$ 196.154.759 desse total, o valor para custeio e investimento foi de R\$ 69.658.128 (UFRB, 2016d).

Segundo consta no Relatório de Autoavaliação Institucional publicado em 2016 pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em 2015 a UFRB teve três semestres (2014.1, 2014.2, 2015.1) devido ao atraso no calendário acadêmico motivados por greves e paralisações. (UFRB, 2016e).

Conforme informações abaixo é possível conhecer um pouco da UFRB no contexto atual.

A tabela 12 informa a relação de vagas e o número de alunos da graduação entre 2014 e 2015.

Tabela 12 - Números de vagas ofertadas, ociosas, alunos ingressantes, matriculados e formados na graduação 2014- 2015.

Ano	Vagas ofertadas	Alunos Ingressos	Vagas Ociosas	Alunos Matriculados	Alunos Formados
2014	3.318	2.817	1.841	7.661	828
2015	3.120 <sup>1</sup>	3.043	1.719	8.270	412 <sup>2</sup>

Fonte: UFRB/CPA, 2016e.

1. Dados do SISU 2015 e editais de processos seletivos 2015.

2. Dados de 2015.1.

Segundo consta no Relatório de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFRB, de 2014, a menor efetivação de matrículas (diferença entre vagas ofertadas e alunos ingressos ou vagas preenchidas) é um fato observado em outras instituições que utilizam o SISU – Sistema Unificado de Seleção, por meio do qual instituições públicas oferecem suas vagas para candidatos de todo o país participarem do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, mecanismo de seleção nacional que a Universidade aderiu e por meio do qual realiza a seleção dos seus alunos. Uma possível explicação para esse fato é que esse sistema que é nacional, pode fazer com que candidatos de qualquer canto do país optem por se inscrever em universidades muito distantes da sua região, assim o candidato mesmo aprovado poderá não efetivar a inscrição por falta de condições para mudar e permanecer na nova cidade. Além disso, o candidato poderá optar por cursos que estejam dentro da



pontuação obtida no ENEM, o que necessariamente, não se configura o real desejo ou objetivo do aluno, podendo inclusive realizar outras seleções até fazer a troca de curso ou mesmo de universidade.

Outro dado do Relatório de Gestão da PROGRAD (UFRB, 2014) revela que a procura pelos cursos da UFRB foi realizada, principalmente, por alunos de escolas públicas (61% em 2014.1 e 56% em 2014.2) - a universidade adota o sistema de cotas em diferentes modalidades - e dentre esses, a maioria foi de estudantes inscritos na modalidade que agrega o perfil: candidatos de cor preta ou parda, baixa renda e oriundos de escola pública. Segundo esse documento: “Este perfil reflete as características socioeconômicas da população do Recôncavo da Bahia, bem como, confirma a característica inclusiva desta Universidade já registrada em outros documentos oficiais da Instituição” (UFRB, 2014b, p. 36). Também se constata que o perfil de origem dos alunos matriculados na UFRB é, em sua maioria, do Estado da Bahia com 93,70% referente ao semestre de 2014.1 e 96,13% dos alunos matriculados em 2014.2. Segundo relatório da CPA (UFRB, 2016e) em 2015, os estudantes da Bahia representavam 93,03% do total de alunos da instituição. Isso representa a importância que a universidade assume na formação de profissionais que poderão suprir a carência de pessoal qualificado em diversas áreas, tanto no Recôncavo como em outras regiões do Estado.

Em relação ao Programa de Apoio Qualificado - PPQ, que visa garantir auxílio financeiro para a permanência e a diplomação do aluno em condições de vulnerabilidade socioeconômica, conforme política pública federal, a UFRB concedeu em 2014 um total de 2131 auxílios e em 2015 foram 2407 em diferentes categorias: auxílio alimentação, creche, deslocamento, moradia, etc.

Em relação à pesquisa, a UFRB possuía 772 projetos de pesquisa cadastrados em 2014 e 790 em 2015 e nesse último ano estavam cadastrados 153 grupos de pesquisa certificados pela UFRB com cadastro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em relação a bolsa acadêmica direcionadas a pesquisa, foram ofertadas entre 2015/2016 um total de 367 bolsas para os alunos de graduação em diversas modalidades de iniciação científica (PIBIC – UFRB, CNPq, FAPESB, Ensino Médio/CNPq, Ações Afirmativas/CNPq; PIBIT – CNPq) e do Programa Ciência Sem Fronteiras. Segundo o relatório da CPA (UFRB, 2016e):

A UFRB compromete-se com a produção do conhecimento, tendo em vista a participação na melhoria de vida da sociedade que a financia. Para tal, entende-se que o fortalecimento da pesquisa, ao lado da inovação tecnológica, agrega valor aos processos, produtos e serviços produzidos no Recôncavo, fomentando intensamente o processo de inclusão social. (UFRB, 2016e, p.141)

A extensão universitária significa um elo importante entre a universidade e a sociedade, interagindo o saber acadêmico com outros conhecimentos, fator essencial para a aproximação e o diálogo entre a universidade e as comunidades do Recôncavo Baiano. Segundo o relatório da Comissão Própria de Avaliação (CPA) (UFRB, 2016e) a Pró- Reitoria de Extensão da UFRB tem desenvolvido ações de implantação e difusão de políticas públicas com impacto no desenvolvimento regional e nacional, na promoção da cidadania e de interação com a comunidade, a exemplo:

- Formação de gestores culturais no território do Recôncavo – resultando em aprovação de projetos como: ponto de cultura e biblioteca comunitária;
- Visibilidade da cultura raiz, com a Caminhada Cultural do Recôncavo;
- A formação de alfabetizadores, tradutores e intérpretes de LIBRAS;
- A formação de agricultores familiares no conhecimento científico sobre as ervas, com produção e distribuição do produto no mercado consumidor;
- Projeto RONDON – Projeto de integração social, coordenado pelo Ministério da Defesa, envolvendo a participação voluntária de estudantes da Universidade na busca de soluções para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes;
- Apoio à criação da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Sociais – INCUBA/UFRB, ligada à UNITRABALHO – Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS).

Com relação às atividades de extensão desenvolveu-se - entre programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços - um total de 300 ações extensionistas no ano de 2014 e 284 ações em 2015, assim, houve uma redução de 5,33% comparado com 2014. As áreas que mais desenvolveram atividades foram: a Educação, seguidas das áreas de Saúde, Cultura e Arte. (UFRB, 2016e). Assim, a UFRB necessita desenvolver mecanismos para aumentar suas ações na área de

extensão, devido a sua importância para a formação acadêmica e para o enriquecimento institucional, e estabelecer medidas para uma maior participação de outras áreas temáticas, tais como: Trabalho, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção, etc.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRB também realizou uma pesquisa, para compor o Relatório Parcial I do Ciclo Avaliativo 2015-2017, de caráter inicial, numa primeira tentativa de avaliação formal visando medir o nível de satisfação da população com a Universidade nos quesitos: contribuição da Universidade ao desenvolvimento do município; e relevância dos cursos para a comunidade/município.

A pesquisa foi realizada com 107 entrevistados, entre 17 e 68 anos, durante os meses de fevereiro e março de 2015 nas cidades que possuem campus (Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus), no entanto, nenhum respondente informou residir na cidade de Cachoeira (para mais informações sobre a metodologia dessa pesquisa e o perfil dos entrevistados consultar o referido relatório).

Os resultados mostraram que 30,19% dos entrevistados estão satisfeitos e 4,72% insatisfeitos no quesito contribuição da Universidade ao desenvolvimento dos municípios. Com referência à relevância dos cursos para os municípios, 25,71% estão satisfeitos e 7,62% insatisfeitos. Além disso, a pesquisa perguntou se os entrevistados conheciam algum projeto coordenado pela UFRB, nessa questão 28,97% responderam sim, e 71,03% afirmaram que não conheciam. Os projetos mais citados foram: Centro de Referência da Petrobrás, Cata Renda (reciclagem), Horta nas Escolas, Tecelando, Cidade em Foco, além dos atendimentos do Hospital Veterinário. Os entrevistados também sinalizaram a necessidade da UFRB ter uma maior aproximação com a comunidade local através de ações extensionistas e de parcerias com o município.

Também solicitou-se aos entrevistados que citassem três palavras que pudessem traduzir os aspectos/impactos positivos da contribuição da UFRB na comunidade. As palavras mais citadas, em ordem alfabética, foram: capacitação, conhecimento, crescimento, cultura, desenvolvimento, economia, educação, emprego, inclusão, oportunidade, participação, renda, socialização e sustentabilidade. Com relação a três palavras que traduzissem os aspectos negativos, as mais citadas foram: aumento do custo de vida, criminalidade, drogas, violência. A CPA (UFRB, 2016e, p.190) acredita que a gestão central e os Centros de Ensino devem pensar em

ações para enfrentar os aspectos que trazem uma imagem negativa para a Instituição, contribuindo assim para uma maior inserção da Universidade nas comunidades locais e na região.

## **5. Estudo de caso: A UFRB em Cachoeira - ensino, pesquisa e extensão.**

As universidades públicas podem contribuir e até mesmo liderar diferentes agentes na escala regional e local para o propósito de construir ações que venham gerar oportunidades para elevar o desenvolvimento humano, principalmente, através da participação ampliada da sociedade civil e da difusão do conhecimento em prol de uma melhor qualidade de vida para toda a sociedade. A implantação de uma universidade em um município ou região pode contribuir de diversas formas para o processo de desenvolvimento:

- ✓ Formação de profissionais qualificados e cidadãos engajados com os problemas da comunidade;
- ✓ No desenvolvimento de pesquisas científicas que atendam aos interesses e necessidades locais e regionais em conexão com o desenvolvimento científico e tecnológico nacional e global;
- ✓ Na parceria da comunidade acadêmica com a comunidade local: buscando uma relação mais próxima e participativa;
- ✓ Por meio dos investimentos que são inerentes a própria instalação e manutenção da instituição no local e as repercussões socioeconômicas da sua presença;
- ✓ No desenvolvimento de programas e projetos sobre questões como: economia, cultura, tecnologia, meio-ambiente, saúde, educação, violência, entre outros.
- ✓ Ao desenvolver políticas públicas junto com o Estado e os municípios, o setor produtivo e a sociedade como um todo, buscando a melhoria da qualidade de vida da população. (SOBRINHO, 2005; SANTOS, 2013).

Assim, a universidade poder atuar de forma mais eficiente e qualitativa dentro do seu contexto territorial, contudo, precisa efetivamente querer estar presente e engajar a comunidade acadêmica nessa missão. Vale salientar, que a universidade deve cumprir sua missão e objetivos de forma que o ensino, a pesquisa e a extensão estejam indissociáveis, conforme artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Portanto, a universidade exerce importante papel dentro da

sociedade, principalmente no contexto regional e local, formando pessoal qualificado para o mercado de trabalho e o setor produtivo, produzindo e disseminando ciência e tecnologia e contribuindo com a sociedade de forma direta e interdependente por meio da extensão (através de projetos, cursos, eventos, apoio para a formação de cooperativas, associações e incubadoras de empresas e de empreendimentos solidários etc.)

A UFRB nos documentos oficiais de criação, implantação e também no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (PDI 2010-2014), destaca o compromisso da instituição com o desenvolvimento socioeconômico regional, por conta disso foi criada no modelo multicampi. Atualmente, possui centros de ensino em 6 cidades baianas, sendo que 4 cidades são consideradas pertencentes ao Território de Identidade denominado Recôncavo Baiano (Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus), segundo a SEI (BAHIA, 2016).

O modelo multicampi da UFRB, com [atualmente são sete] centros, em [atualmente em seis] municípios, tem como objetivo principal explorar o potencial socioambiental de cada espaço do Recôncavo bem como servir de pólo integrador, tendo como base de sustentação o compromisso com o desenvolvimento regional e a adoção de políticas afirmativas de inclusão social. (UFRB, 2007, Relatório de Gestão, p.14 e 15).

A UFRB começou a ser gerida independente da UFBA, a partir do 2º semestre de 2006, iniciando com 15 cursos de graduação. O orçamento autorizado para a Universidade, durante o exercício de 2006, considerando os Recursos do Tesouro e Outras Receitas (Convênios e Transferências da UFBA), resultou em R\$17.726.378,00 (dezesete milhões, setecentos e vinte e sete mil e trezentos e setenta e oito reais). (UFRB, 2006, Relatório de Gestão).

A cidade de Cachoeira recebeu o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), que inicialmente ofereceu três cursos de graduação: Comunicação, História e Museologia (as aulas começaram em 16/10/2006). Ao total, o CAHL possuía 123 alunos ativos no semestre de 2006.2, com 23 docentes (9 com doutorado e 14 com mestrado) e 5 técnicos administrativos, conforme Tabela 13.

Tabela 13 - Número de alunos, docentes e técnicos administrativos na UFRB e no CAHL, 2006.

SEMESTRE 2006.2	UFRB	CAHL
Alunos	455	123
Docentes	147	23
Técnicos Administrativos	104	5

Fonte: UFRB, 2006, Relatório de Gestão.

O curso de Comunicação iniciou suas atividades de pesquisas à época nas seguintes linhas: Comunicação Empresarial no Recôncavo Baiano, Representações Sociais da Cultura e Economia Criativa. O Curso de Graduação em Museologia e o Museu de Arte Sacra do Recôncavo iniciaram alguns projetos como: Projeto Vinhetas de Museus do Estado da Bahia, em parceria com o Curso de Comunicação do CAHL, e o Projeto Educação Patrimonial no Ensino Fundamental e Médio de Cachoeira e São Félix.

O período de janeiro a dezembro de 2007 correspondeu ao primeiro exercício regular da UFRB, o orçamento autorizado no exercício de 2007, totalizou R\$43.232.407,00. No entanto, houve paralização das obras no Campus de Cachoeira, face à restauração e ampliação das edificações do Quarteirão Leite Alves, realizadas por intermédio do Programa Monumenta, para a implantação do Centro de Artes, Humanidades e Letras, inviabilizando a consecução do orçamento destinado ao CAHL. Nesse período, o centro possuía 236 alunos nos cursos de Comunicação, História e Museologia do total de 1.619 alunos de toda a UFRB. (UFRB, 2007, Relatório de Gestão).

Em 2008 a UFRB iniciou o seu projeto do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com o objetivo de expandir as vagas para estudantes de graduação. Os recursos disponibilizados no exercício totalizaram R\$ 64.704.429,56, na forma de créditos autorizados no orçamento (R\$ 55.934.218,00) e transferências (R\$ 8.770.211,56). A parcela mais significativa das transferências (R\$ 6.588.278,62) constituiu-se de créditos destinados a execução do projeto REUNI.

No processo seletivo de 2008, a UFRB disponibilizou 1.420 vagas em 22 cursos de graduação. Previa-se a matrícula de 3.048 alunos mas, se realizaram 2.153 matrículas (71%). O CAHL matriculou 435 alunos, representando 20% do efetivo da UFRB. (UFRB, 2008, Relatório de Gestão). Nesse ano, ofereceu-se mais três cursos de graduação: Serviço Social; Ciências Sociais; Cinema e Audiovisual.

Em 2009, deu-se continuidade a implantação da UFRB dentro do Programa Brasil Universitário. No CAHL, em Cachoeira, investiu-se R\$ 99.547,53 reais. (UFRB, 2009, Relatório de Gestão). O Centro ofertou sete cursos de graduação, incluindo o curso de História noturno, e efetivou a matrícula de 727 alunos, representando 21% do efetivo da UFRB, além de 87 docentes e 13 técnicos administrativos. A entrega do prédio do Centro manteve-se atrasada, dificultando o funcionamento das atividades acadêmicas. Esse fato demonstrou as dificuldades enfrentadas para se fornecer uma

estrutura física adequada que garantisse o crescimento do CAHL e a realização de todas as suas funções, visto que, atualmente, ainda enfrenta problemas de infraestrutura e espaço, no entanto, esses problemas também são causados por outras questões, tais como: relacionadas a gestão da máquina pública federal, aos problemas envolvendo licitações e contratações, a execução do orçamento.

Em 2010, o CAHL dispôs de recursos totais empenhados no valor de R\$ 3.624.883,00 para dar continuidade ao seu processo de implantação em Cachoeira, incluindo a construção da residência universitária. Nesse ano, ofereceu-se mais dois cursos: Artes Visuais e Tecnologia em Gestão Pública, além de Serviço Social noturno, totalizando 08 cursos de graduação, com o preenchimento de 529 vagas por meio do ENEM. Foram as primeiras entradas de alunos por esse tipo de seleção, realizado em 2009, depois da adesão da UFRB ao processo. Ao todo, se matricularam 1.078 alunos no Centro, no semestre de 2010.2, de um total de 4.932 alunos em toda a UFRB. Com relação aos servidores, existiam 101 docentes e 30 técnicos-administrativos em 2010. (UFRB, 2010, Relatório de Gestão).

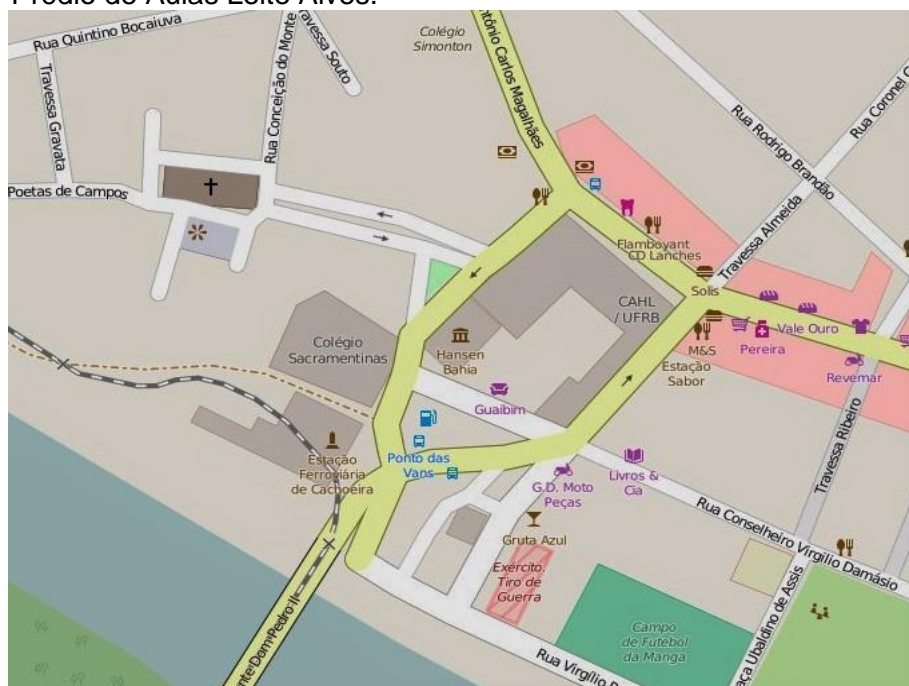
Mais recentemente, em 2014, a UFRB contou com 8.960 alunos matriculados, sendo que desses 1935 estavam no CAHL. Nesse ano, o Centro já contava com 10 cursos de graduação, após a implantação do curso de Comunicação social com habilitação em Publicidade e Propaganda, criado em 2013, e ministrado na cidade de Santo Amaro, e o curso de Licenciatura em Ciências Sociais criado em 2014 (UFRB, 2014, Relatório de gestão). Entre os servidores registrou-se 88 docentes e 27 técnicos-administrativos (UFRB, 2016g). Na pós-graduação, o Centro criou o Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, em 2011; e em 2014, o Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Nesse ano também houve o cadastrado de 14 projetos de pesquisa e desenvolveu-se 105 atividades de extensão, com a participação de público da ordem de 24.902 pessoas.

Atualmente, o CAHL funciona no centro da Cidade, em três prédios:

1. O quarteirão Leite Alves (prédio de aulas), antiga Fábrica de Charutos Leite Alves, fundada em 1856. O prédio foi cedido pela Prefeitura de Cachoeira para a instalação da UFRB.



Figura 3 - Representação gráfica da localização do CAHL/UFRB – Prédio de Aulas Leite Alves.



Fonte: OpenStreetMap, 2016.

2. O prédio Ana Nery (prédio administrativo); e
3. Fundação Hansen Bahia.

Os três prédios foram restaurados com recursos do Programa Monumenta. O centro possui os seguintes cursos de graduação:

Quadro 1 - Cursos de Graduação do CAHL.

Nome do Curso	
1	Artes Visuais
2	Ciências Sociais (Bacharelado)
3	Ciências Sociais (Licenciatura)
4	Cinema e Audiovisual
5	Comunicação Social – Jornalismo
6	Comunicação Social – Publicidade e Propaganda
7	Licenciatura em História (Diurno e Noturno)
8	Museologia
9	Serviço Social (Diurno e Noturno).
10	Tecnologia em Gestão Pública

Fonte: UFRB, 2016f.

Além de dois Cursos de Pós-graduação stricto sensu em funcionamento:

1. Mestrado Acadêmico em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento;

2. Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

O Centro também desenvolve, em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um Doutorado Interinstitucional (Dinter), de Serviço Social com discentes da UFRB e UFBA. Atualmente, em janeiro de 2017, foi aprovado pela CAPES o Mestrado em Comunicação.

Com relação à pesquisa, no Centro, atualmente, existem 35 grupos de pesquisa cadastrados (consulta à página do CAHL na internet em julho de 2016). São eles:

Quadro 2 - Grupos de pesquisa do CAHL.

(continua)

Área de Conhecimento	Grupos de Pesquisa
Ciências Humanas	Corpo e Cultura
	Corpo, Socialização e Expressões Culturais
	Educação, Sociedade e Diversidade
	Gênero, raça e subalternidade
	Grupo de Estudo e Pesquisa em Política e Sociedade (GEPPS)
	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Educação para as Relações Etnicorraciais, Educação Patrimonial e Ensino de História
	Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas GEPM
	Grupo de Pesquisas em Conflitos e Segurança Social – GPECS
	Memória, processos identitários e territorialidades no Recôncavo da Bahia (MITO)
	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Recôncavo da Bahia
	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, com ênfase em Filosofia Moderna e Contemporânea
	Observatório Social da Juventude
	Políticas públicas: desafios da gestão democrática
	Práticas culturais, religiosidade e imaginário
Recôncavo Arqueológico	

Quadro 2 - Grupos de pesquisa do CAHL.

(conclusão)

Área de Conhecimento	Grupos de Pesquisa
Ciências Sociais Aplicadas	ARCCO - Grupo de Estudos em Arte, Cultura e Comunicação
	Comunicação, Economia, Política e Sociedade - CEPOS - Capitulo Cachoeira
	Comunicação, identidades e memória
	Desenvolvimento Regional, Políticas Sociais, Turismo e Cultura
	CIPÓS - Grupo de Estudos e Pesquisa - Cidadania e Políticas Sociais
	Grupo de Estudo e Pesquisa Cultura Científica, Gênero e Jornalismo
	Grupo de Estudos da Mídia
	Grupo de Trabalho e Pesquisa em Serviço Social na Educação – GTSSSEDU
	Natureza, Trabalho, Ontologia Social e Serviço Social – NATOSS
	Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural
	Núcleo de Pesquisa em Experiência, Comunicação e Audioculturas (ECA)
	Percurso Expográfico, Pesquisa, Patrimônio e Memória
	Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional
	TelenS - Grupo de Pesquisa e Extensão Telejornalismo, Narrativas e Sociedade
	TRAPPOS - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trajetórias Participativas e Políticas Sociais
Linguística, Letras e Artes	GAAP - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Arte, Audiovisual e Patrimônio
	Grupo de Estudos e Práticas em Documentário
	LACIS - Laboratório de Análise e Criação em Imagem e Som
	Núcleo de Pesquisa em Dramaturgia
	[Re]image - Grupo de Pesquisa em Artes Visuais

Fonte: UFRB, 2016f.

Até o momento, 12 projetos de pesquisa do CAHL, com início em 2016, se encontravam cadastrados no sistema de pesquisa da UFRB, conforme mostra o quadro 3.

Quadro 3 - Projetos de pesquisa do CAHL cadastrados de janeiro a julho de 2016 e com início em 2016

Projetos de Pesquisa	
1	A ornamentação e o programa iconográfico das igrejas da Ordem Primeira e Terceira do Carmo de Cachoeira/BA
2	Escola Livre de Gestão Social
3	Galeria Recôncavo
4	Encenação, Enquadramento e Narrativa no Cinema
5	Documentação do Acervo Arqueológico do LADA
6	Artes visuais e patrimônio em Cachoeira - BA: a cidade monumento como espaço de construção coletiva e multidisciplinar de conhecimento
7	A moda no Jornalismo Cultural: Entretenimento, Crítica e Arte
8	A educação no Recôncavo da Bahia: instituições, sujeitos e práticas (Séc. XIX e XX)
9	O Efeito do Planejamento Marketing sobre o Desempenho de Negócios
10	Desnaturalização de processos curatoriais: gênese, singularidades e “discursos” nos espaços museológicos de história natural.
11	Memória, fazeres, saberes e cultura material em Cachoeira e São Félix no século XX
12	A situação do Ensino de Sociologia no Recôncavo da Bahia

Fonte: UFRB, 2016f.

Com relação às atividades de extensão em 2016, até o mês de julho, se encontravam cadastradas as seguintes atividades, (ver quadro 4):

Quadro 4 - Atividades de extensão do CAHL de janeiro a julho de 2016

(continua)

Modalidade	Atividade de Extensão
Curso	II Oficina de elaboração de anteprojeto de TCC
	Curso – A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional
	Oficina de formação no SUAS – Introdução ao provimento de serviços, indicadores e gestão financeira
	O Ensino da História da Escravidão na Escola
	Arte Contemporânea, Instituições Museais e Práticas Curatoriais
	Curso de Conservação e Restauração de Arte Sacra
	Ensino de História e Literatura: trabalhando contos afro-brasileiros em sala de aula
	Cores em movimento: introdução a técnicas de animação
	Oficina de Cinema – Leitura Crítica e Criativa
	III Curso de edição de áudio como competência profissional em rádio

Quadro 4 - Atividades de extensão do CAHL de janeiro a julho de 2016.

(continuação)

Modalidade	Atividade de Extensão
Evento	Mostra por um cinema negro feminino
	Seminário Você na REDE
	I Ciclo Aquendendo! Babado, Fecharção e Transformismo
	Oficina de Criação Publicitária – Palestra com Ruy Barreto
	Exposição de Artes Visuais “Koshas”
	Seminário – Serviço Social e Direitos Sociais
	Exposição e performances Imagens Vivas
	II Cine Arte
	III Cine Estética
	Exposição poéticas do cotidiano
	Seminário Você na REDE em Santo Antônio de Jesus
	Debate do Projeto de Lei 867/15 – Escola sem Partido
	Contação de Histórias na Escola
	VII Seminário de Arqueologia do CAHL/UFRB
	III Encontro Nos Caminhos da Gestão Pública
	Seminário Cinema Negro Brasileiro
	Lattes e plataformas de pesquisa: noções básicas
	I Ciclo de Oficinas Sonatório
	IV Março Mulher Lésbica
	Diálogo sobre Lesbianidade Negra
	Evento Comemorativo ao Dia do Assistente Social da UFRB: Socialização das experiências de estágio supervisionado em Serviço Social".
	Patrimônio, Diversidade Paisagística e Ressignificação dos Espaços Urbanos
	1º Seminário Diálogos e interfaces das Licenciaturas do CAHL: Desafios e potencialidades da docência no século XXI
	O Serviço Social e o trabalho com famílias: desafios para o exercício profissional
	Encontro Novos olhares sobre a Gestão Pública: Segurança Pública no Recôncavo
	Ciclo de Debates: 10 anos do curso Museologia da UFRB
	II debate do curso de História sobre a base nacional curricular comum
	Viva São João V
	Visita técnica à Rádio Sociedade da Bahia em Salvador
	III Cine Arte
	IV Cine Estética
	Encontro sobre Polo de Confecção de Moda Afrobrasileira – Exposição Vozes
	II Seminário Cinema Negro Brasileiro
	II Semana de Diversidade Sexual, Gênero e Combate a LGBT*Fobia de Muritiba – II SEDIVERGEM
	Ciclo de Formação do LEHRB 2016: oficinas de ensino de história e suas interfaces
	Roda de conversa: Machado Pais e as muitas juventudes
	Comunicação, Informação e Redes Sociais – Relato de Experimentos
	Encontro sobre Polo de Confecção de Moda Afrobrasileira – Exposição Vozes
	Exposição de Fotorjornalismo múltiplas realidades
	Exposição Poéticas do Cotidiano em Cruz das Almas
	I Fórum de Pesquisa do CAHL
	P/alestra sobre a Exposição Minhas Yás
Ciclo de conferência o cinema e os desafios do real: documentário e feminismo	

Quadro 4 - Atividades de extensão do CAHL de janeiro a julho de 2016.

(conclusão)

Modalidade	Atividade de Extensão
Prestação de serviço e consultoria	Script Doctor do Núcleo de Dramaturgia
Programa	Grupo de trabalho de Serviço Social na educação – GTSSEDU 2016-2017 “Brincadeira de Negão”: Subjetividade e Identidade de Jovens Homens Negros na Escola Pública em Cachoeira/São Félix (BA)
Projeto	Requalificação da Exposição do Museu Municipal de Mucugê-Bahia
	Imaginários do mangue: ação e formação cinematográfica nas comunidades quilombolas do Vale do Iguape
	Vivenciando o patrimônio do Recôncavo: ações educativas para a popularização do conhecimento arqueológico
	Projeto de restauro e conservação de Arquivos Municipais (Cachoeira e São Félix)
	Estudo de Público em Instituições Culturais do Recôncavo: Atelier do Mimo, Cine Theatro Cachoeirano, Instituto Roque Araújo, Arquivo Público Municipal de S. Félix e Nudoc/CAHL
	O jovem e a escola: capacitação docente e construção de boas relações no ambiente escolar
	Grupo e trabalho sobre envelhecimento populacional no Recôncavo – GTENPO
	Fotografias do Recôncavo
	Juventude (s), educação e projetos de vida: diálogos com/de/para jovens das escolas de ensino médio do Recôncavo da Bahia
	Produção e manutenção do Site do Curso de Jornalismo
	Pessoas com Deficiência no Cinema - debates sobre respeito, direitos e inclusão
	Cineclube LEHRB
	Mídia e Saúde – Interfaces
	Irmandade da Boa Morte de Cachoeira e suas interfaces
	Publicação

Fonte: UFRB, 2016f.

Ao se realizar uma análise sobre a produção científica e extensionista do CAHL é fácil visualizar uma ligação direta dessas atividades com a cidade de Cachoeira e o Recôncavo. Dos 35 grupos de pesquisa do CAHL, em torno de 15 grupos têm conexão direta com questões referentes à região do Recôncavo e à cidade de Cachoeira, principalmente com relação a temáticas no âmbito patrimonial, histórico, político, de gênero, raça, cultura e arte, trabalho, violência, educação e saúde. Da mesma forma, ao se listar os projetos de pesquisa e extensão cadastrados no CAHL em 2016, a grande maioria tem relação direta com a região do Recôncavo, isso demonstra, de certa forma, a conexão que os cursos de graduação, a produção científica e as atividades extensionistas do centro mantêm com o território, o que pode, inclusive, trazer benefícios para a população local.

Porém, ainda existem muitas questões a serem exploradas. É necessário aumentar a produção científica, extensionista e a pós-graduação no Centro. O CAHL

realizou apenas 22 projetos de pesquisa em 2015. Com relação a atividades de extensão, foram apenas 4 projetos de extensão no mesmo período. Além disso, o CAHL ainda não possui curso de doutorado.

Contudo, caso ocorra avanços nessas áreas, isso poderia fomentar a pesquisa e a produção científica no Centro e, com um maior apoio, fortalecer as atividades extensionistas, além do desenvolvimento de parcerias com outras instituições e empresas públicas e/ou privadas. Desse modo, a UFRB/CAHL poderiam conseguir maior proximidade com a comunidade e, com isso, contribuir ainda mais para melhoria da qualidade de vida no Recôncavo, especificamente em Cachoeira. Desta forma, a Universidade estará cumprindo a sua função social e, de fato, estará trazendo retornos positivos à sociedade, para além da formação de recursos humanos, do crescimento econômico e da valorização da cultura local.

## 6. A UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira: a percepção das lideranças locais

### 6.1 Aspectos Metodológicos

O percurso metodológico definido para a consecução dessa pesquisa visou abranger os objetivos traçados, para melhor esclarecer o problema da pesquisa e alcançar um resultado satisfatório, mediante a utilização de métodos científicos coerentes ao objeto de estudo.

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa na modalidade estudo de caso. Para Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) com base em Turato et al (2008):

A abordagem qualitativa aplica-se ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam (TURATO et al, 2008 apud CAVALCANTE; CALIXTO e PINHEIRO, 2014, p. 14).

Uma pesquisa qualitativa, na modalidade estudo de caso, deve se balizar por critérios e escolhas que se situam a partir dos seguintes questionamentos: quais questões estudar? quais dados são relevantes? quais dados coletar? como analisar os resultados?

Segundo Godoy (1995):

Algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Portanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. (GODOY, 1995, p.21)

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que visa analisar um ambiente, um objeto focal, dentro de um contexto real de vida, objetivando compreender fenômenos sociais complexos.

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico,



bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações. (VENTURA, 2007, p. 384)

Quanto aos objetivos propostos, esta é uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Segundo Assis Menezes (2009):

O estudo de caso pode ser exploratório, descritivo ou analítico. O exploratório objetiva a obtenção de informações preliminares acerca de determinado objeto. Com relação à característica descritiva, o estudo de caso objetiva descrever o que está sendo investigado, estudado, ou seja, o objeto focal. (ASSIS MENEZES, 2009, p. 133)

Esta dissertação se apresenta como um estudo de caso sobre o papel da UFRB no âmbito do desenvolvimento local do município de Cachoeira. Para alcançar os objetivos propostos se realizou levantamento bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo. No trabalho em campo realizou-se entrevistas semiestruturadas, as quais foram submetidas a uma avaliação criteriosa por meio da técnica de análise de conteúdo, junto às lideranças locais, ligadas à UFRB e ao município de Cachoeira: empresários, líderes de associações e representantes de setores como educação e cultura; e da gestão da UFRB.

Primeiramente, realizou-se o levantamento bibliográfico visando entender a questão do desenvolvimento local a partir das melhorias da condição de vida, segundo critérios do desenvolvimento humano, com enfoque no papel da educação pública, especificamente de nível superior. Nesse viés, direcionou-se a análise para o papel das universidades públicas dentro desse contexto, buscando-se entender o papel da UFRB no desenvolvimento da região do Recôncavo e, principalmente, de Cachoeira.

Em seguida, realizou-se a pesquisa documental. Nesse momento se consultou diversos documentos produzidos pela UFRB: relatórios de gestão, plano de desenvolvimento da instituição, dados publicados, dados do censo do IBGE, relatórios emitidos por instituições públicas, o que permitiu realizar o levantamento de diversas informações confiáveis sobre diferentes aspectos relacionados à UFRB, ao CAHL e ao município de Cachoeira.

Na pesquisa de campo o instrumento utilizado para coleta de dados foram entrevistas semiestruturadas, com perguntas abertas e fechadas (para a confecção de dois gráficos, figura 10 e 11, houve a readequação da escala de análise das respostas dos entrevistados, para estar conforme estabelece a escala de likert), junto com um pequeno questionário, visando obter-se dados sobre os participantes e

informações úteis para a melhor compreensão do ambiente de investigação. A aplicação de entrevistas foi fundamental na pesquisa porque contribuiu para o esclarecimento do fato investigado, tendo em vista que, este método, possibilitou captar a percepção<sup>8</sup> dos atores locais e gestores da UFRB sobre a contribuição da Universidade para o desenvolvimento local em Cachoeira. Para tanto, aplicou-se entrevistas semiestruturadas aos gestores da UFRB/CAHL e às lideranças locais do município de Cachoeira.

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados. (BONI; QUARESMA, 2005, p.72)

Para a definição dos entrevistados buscou-se junto à comunidade identificar as lideranças locais, delimitando a aplicação das entrevistas entre pessoas que vivem ou trabalham no município há pelo menos 10 anos, dado que a UFRB foi criada em 2005, excetuando os gestores da Universidade, por não se enquadrarem nesse critério temporal.

### **6.1.2 Cenários e atores de investigação**

Para realizar a pesquisa em campo sobre as ações da UFRB no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, que perpassam pela questão do desenvolvimento local no município de Cachoeira, realizou-se entrevistas com lideranças locais, vinculadas aos setores econômico, social e religioso, incluindo os gestores da UFRB.

Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB e as entrevistas ocorreram entre os dias 17 de agosto e 10 de outubro de 2016, na cidade de Cachoeira, principalmente, e nas cidades de Cruz das Almas e Feira de Santana.

Para cada setor, identificou-se os líderes que foram entrevistados em função de sua atuação e conhecimento local/regional, considerando o amplo nível de acesso

---

<sup>8</sup> A percepção pode ser compreendida como fruto da relação entre sujeito e meio, com a capacidade de organizar e interpretar os acontecimentos do ambiente. Segundo DAVIDOFF (1983 apud MATOS; JARDILINO, 2016, p.26) "A percepção é o processo de organizar e interpretar os dados sensoriais recebidos para desenvolver a consciência de si mesmo e do ambiente".

às informações que possuam nas respectivas instituição e função. Se aplicou, no mínimo, 3 entrevistas por setor, o que possibilitou a coleta de informações necessárias para compreender o papel da UFRB, percebido pela visão desses atores, diante da perspectiva do desenvolvimento local e regional, na atualidade.

Assim, se aplicou 18 entrevistas semiestruturadas, respeitando a não identificação dos informantes que receberam códigos, sendo G 1, G 2 e G 3, G4 para os gestores representantes da Universidade, e C1, C2, C3, C4, C5, C6, C7, C8, C9, C10, C11, C12, C13 e C14 para os representantes da Comunidade.

Esses setores foram agrupados conforme organização abaixo:

1. Gestores da UFRB e do CAHL: reitor ou vice-reitora, pró-reitor, direção do centro e gestores de ensino, pesquisa ou extensão.
2. Setor econômico: comerciantes e empresários, entre outros
3. Setor social: presidentes de associações e instituições sociais, culturais e educacionais; e pessoas de destaque na cidade.
4. Setor religioso: representantes de igrejas e religiões

Em seguida, para a interpretação e análise dos dados obtidos, se utilizou a técnica de análise de conteúdo, pautando-se na análise temática, ou itens de significação, por meio do processo de categorização de termos que possam permitir: “a classificação dos elementos de significação constitutivos das mensagens”. (BARDIN, 2016, p. 43). O intuito é alcançar um conhecimento satisfatório sobre a atuação da UFRB no âmbito das ações institucionais, face às demandas locais do município de Cachoeira.

Para Bardin (2007) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. Desta forma, a técnica é composta por procedimentos sistemáticos que proporcionam o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) permitindo a realização de inferência de conhecimentos (CAVALCANTE, CALIXTO e PINHEIRO, 2014, p. 14)

Para que seja realizada sem cair em erros comuns, como a análise ser direcionada pelos valores do entrevistador ou se pautar exatamente pelo texto, essa técnica deve pautar-se pela interpretação, análise e reanálise da informação ou do texto, buscando o significado da mensagem, a partir de sua ligação com

conhecimentos anteriormente obtidos, considerando o contexto histórico e social sob o qual a informação foi produzida.

Segundo Bardin (2016) a técnica de Análise de Conteúdo pode ser resumida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2016, 48)

Ainda sobre esta técnica:

A análise de conteúdo como conjunto de técnicas se vale da comunicação como ponto de partida. Diferente de outras técnicas como a estocagem ou indexação de informações, crítica literária, é sempre feita a partir da mensagem e tem por finalidade a produção de inferências. Produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo; confere ao método relevância teórica, implicando pelo menos uma comparação onde a informação puramente descritiva sobre o conteúdo é de pouco valor. Um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria. Segundo este ponto de vista, produzir inferência, em análise de conteúdo significa, não somente produzir suposições subliminares acerca de determinada mensagem, mas em embasá-las com pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e com as situações concretas de seus produtores ou receptores. Situação concreta que é visualizada segundo o contexto histórico e social de sua produção e recepção. (CAMPOS, 2004, p. 613)

A análise de todo material produzido para esta pesquisa se realizou em fases, dentro da técnica da Análise do Conteúdo, a partir da abordagem indutiva-constructiva:

1. Fase preparatória - Envolve a leitura inicial ou flutuante do material obtido com as entrevistas, com o intuito de tirar as primeiras impressões e significados gerais, sem a necessária sistematização.
2. Levantamento das unidades de análise (ou análise temática) – São partes do material coletado (frases, parágrafos, sentenças) fundamentais para alcançar os objetivos da pesquisa. Nesse momento estão em evidência a relação entre os objetivos do estudo, as teorias que compõem a fundamentação teórica do trabalho, e a própria vivência do pesquisador com as unidades de análise que foram escolhidas como essenciais. O texto será fragmentado

dentro da perspectiva do pesquisador e deverão ser compreendidas e interpretadas mesmo fora do contexto da mensagem original.

3. Fase de Categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) – Nesse momento são classificados por aproximação os diferentes elementos que compõe as unidades de análise, a partir do critério semântico (categorias temáticas). Os critérios para o agrupamento dos dados (síntese da informação) leva em conta a frequência de aparição e a relevância ou significado que os mesmos possuem para atender aos propósitos da pesquisa.

4. Após o processo de categorização e apresentação dos resultados por operações estatísticas simples tornou-se possível realizar análises, inferências e interpretações, que resultou em novos conhecimentos e significados, os quais trouxeram uma relevante contribuição aos objetivos desta pesquisa.

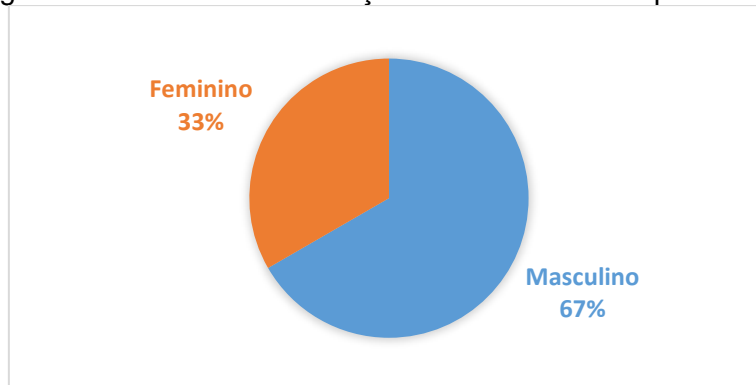
Nesse contexto, buscou-se o aprofundamento na análise das entrevistas, no intuito de conhecer e interpretar a realidade por meio da comunicação transmitida pelos entrevistados (suas informações, os argumentos, as ideias), levando em conta o contexto de realização da pesquisa e a discussão dessas informações correlacionadas com toda fundamentação teórica contida no trabalho. Se apresentará os dados de forma escrita, através de textos e gráficos para que possam ser visualizados e compreendidos de forma clara e fácil.

## **6.2 Caracterização das Lideranças**

Entrevistou-se lideranças locais do município de Cachoeira e gestores da Universidade, no total 18 pessoas com presença nos setores econômicos, sociais (educação e cultura), religioso e gestores da UFRB. A identificação das lideranças se realizou por meio da indicação de moradores locais, priorizando pessoas com mais de 10 anos, trabalhando ou residindo no Município, com exceção dos gestores da UFRB.

A maioria dos entrevistados são do gênero masculino, conforme figura 4.

Figura 4 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por Gênero

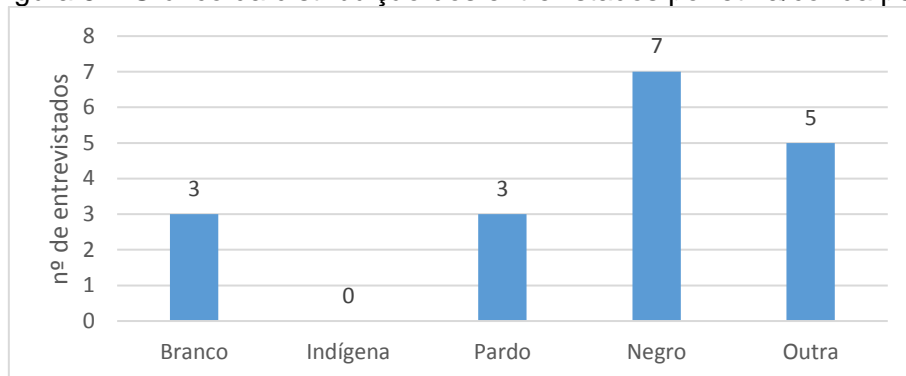


Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

Com relação a etnia/cor da pele a maioria se declarou negra (7 pessoas), figura

5:

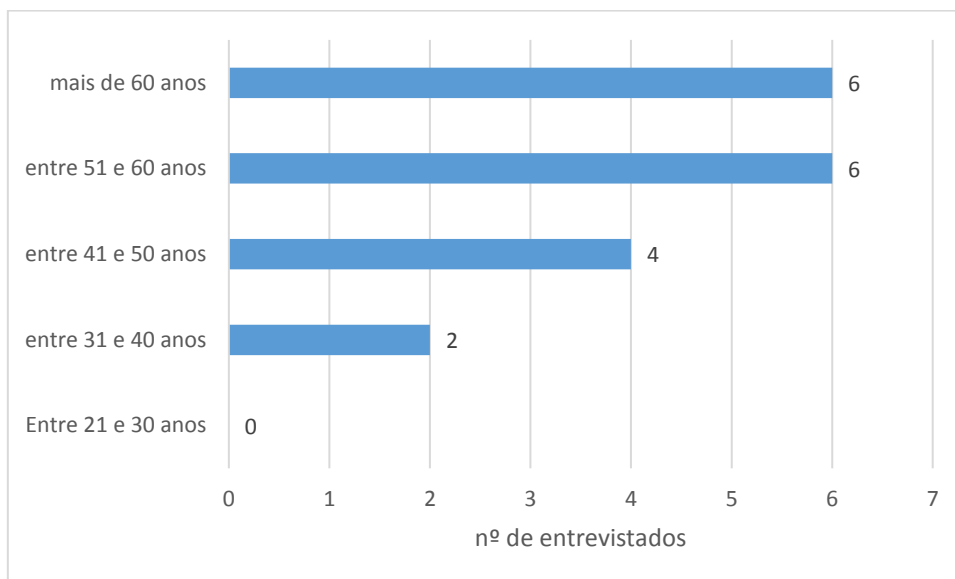
Figura 5 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por etnia/cor da pele



Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

A faixa etária da maioria das lideranças corresponde a pessoas com mais de 50 anos; 12 respondentes. Ver Figura 6.

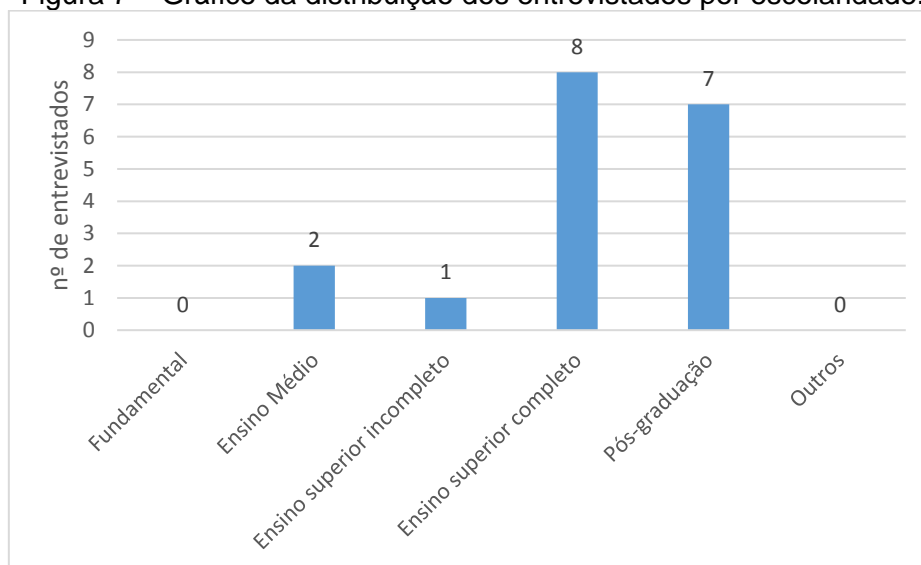
Figura 6 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por idade.



Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

No que se refere a escolaridade das lideranças, 15 possuem ensino superior e pós-graduação, conforme Figura 7:

Figura 7 – Gráfico da distribuição dos entrevistados por escolaridade.



Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

### 6.3 Análise e Resultados

As universidades públicas são símbolos do conhecimento científico e formação de capital humano, mas também agregam diversas outras funções que são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. Notadamente, a sua presença gera diferentes processos de produção, transformação e ressignificação do espaço, principalmente em escalas locais e regionais.

As instituições de ensino superior, por meio das funções básicas de ensino, pesquisa e extensão são responsáveis por contribuir na resolução de diversas demandas da sociedade, principalmente do seu entorno, tais como: arte e cultura, economia e produção, tecnologia e inovação, educação, saúde coletiva, meio ambiente e sustentabilidade, direitos humanos, entre outras tantas questões que envolvem a possibilidade de participação dessas instituições. Além disso, as universidades públicas detêm grande aporte orçamentário e, pelo alto valor de recursos que movimenta, às vezes maior do que os orçamentos de pequenas e médias cidades do Brasil, elas são capazes de modificar economias locais, acrescentando renda e gerando empregos. Além disso, ocorre um aumento de pessoas em circulação no local onde se instalam, principalmente de estudantes e servidores, os quais contribuem ainda mais para o aumento da renda local. Esse fato é perceptível no município de cachoeira no qual dados retirados de órgãos como o IBGE, apresentados no capítulo 3 desta dissertação, mostram o aumento da arrecadação municipal e da movimentação financeira em Cachoeira nos últimos anos.

Segundo autores como Sen, Boisier, Lopes e Brose o desenvolvimento na perspectiva humana e local perpassa pela melhoria de diversos indicadores como renda, educação, participação popular, conhecimento e inovação, principalmente, quando leva-se em conta as demandas e os recursos do território: o perfil produtivo, tecnológico e inovativo; político, institucional e participativo; ambiental, social e educacional; todos, são fundamentais para criar condições de desenvolvimento em sentido amplo: econômico e humano. Nesse sentido, a presença de uma universidade pública pode agregar importantes contribuições para o desenvolvimento local, conforme analisa autores como Santos (2013) e Sobrinho (2005). Quando tratamos sobre o perfil demográfico e social do município de Cachoeira no capítulo 3 apresentamos alguns dados que também retratam o avanço do município em alguns setores sociais importantes, inclusive houve uma avanço do IDHM municipal, com



melhoria dos seus três componentes: renda, longevidade e educação, como também maior acesso da população à educação superior.

Na análise do conteúdo das falas de todos os entrevistados é notória a importância da UFRB/ CAHL, principalmente para a economia local, como pode ser observado nos seguintes discursos:

Eu vejo que a universidade agregou à cidade um valor econômico considerável, nós sabemos que o município teve um grande declínio nos últimos anos e com a vinda da universidade é notório que a economia foi aquecida [...] (C9)

Então a primeira influência é a econômica, as pessoas não refletem sobre isso mas Cachoeira recebe uma leva de estudantes a cada semestre, pessoas que vêm de fora e o menor número é daqui e de São Félix, o maior número vem de fora, essas pessoas fazem com que a moeda circule e quando a moeda circula existe desenvolvimento, então as vendas são maiores em todos os setores, farmácias, mercado, o que você imaginar, restaurantes, nos fins de semana, então a Universidade deu esse novo aspecto à cachoeira. [...] (C1)

Oh se eu for definir a própria chegada da Universidade já é um marco de desenvolvimento, o que eu acho um desafio é a gente quantificar o impacto econômico, porque você gerou trabalho e emprego e renda localmente, você gerou serviços porque você deixa o capital, recursos localmente, então isso é inevitável na dimensão econômica, numa dimensão educacional social e política a própria presença da Universidade no acesso ao ensino superior e principalmente na formação e implicação desse conhecimento com essa realidade que tá em processo de construção não tem como você negar, eu acho que em termos desses últimos 10 anos eu acho que foi o maior impacto que o Recôncavo teve, eu acho que tem uma ausência de estudos mais expressivos que possam não só quantificar mas qualificar, porque nós não temos noção de como é que isso em todas as dimensões desse impacto, que não é só no Recôncavo é também nos territórios circunvizinhos, não tem, e precisa a gente trazer isso porque muitas vezes há uma cobrança do papel da Universidade que eu acho muito injusta, porque as pessoas tem que saber exatamente qual é o papel da Universidade. [...] (G4).

Vários autores comentam sobre a relação existente entre universidade e dinamismo econômico local.

Os gastos relacionados ao funcionamento das universidades públicas – da instituição com manutenção e investimentos; de professores e funcionários; e de alunos oriundos de outras localidades – constituem-se uma fonte de dinamismo para as economias locais. O emprego e a renda gerada com tais gastos podem precipitar uma inflexão no desenvolvimento econômico local. (LOPES, 2003, p. 27 e 28).

As lideranças do município, ao relacionar a presença do CALH/UFRB e o desenvolvimento de Cachoeira, citam mudanças, principalmente nos seguintes aspectos:

1. Econômicos – novos comércios e aumento nas vendas e no consumo;
2. Melhoria da renda familiar;
3. Maior acesso dos jovens da região ao ensino superior – formação profissional;
4. Dinamismo cultural - valorização da cultura local;
5. Restauração de prédios e casas e;
6. Aumento do conhecimento da comunidade local sobre aspectos sociais e políticos e ao saber científico.

Essas opiniões vão em direção ao pensamento de autores que ressaltam as diversas funções da educação superior para a atualidade, Sobrinho (2005, p. 134) diz que “a educação superior não cria somente riquezas materiais (bens e serviços negociáveis). Ainda mais importante, também cria e amplia valores imateriais, como formação, cultura, desenvolvimento intelectual”.

Vale ressaltar que Cachoeira, nos últimos anos, elevou seu PIB e PIB per Capita, aumentou os valores financeiros das transações bancárias e, também, obteve crescimento no IDHM, inclusive com a elevação do componente renda, isso resalta o momento de dinamismo econômico, vinculado principalmente a implantação da UFRB no Município.

Vale ressaltar, que em 2005 – ano de início das atividades da UFRB no município – houve o maior índice de crescimento do PIB, 15,40% em relação a 2004, seguido de 10,41% em 2006. O ano de 2007 teve o menor índice de crescimento do período, 3,83% [...]. Contudo, em 2008, registrou um crescimento na ordem de 7,40%. Tais valores, proporcionaram ao município, de 2004 a 2008, uma taxa de crescimento médio anual de 9,26%. Nesta tendência de crescimento do PIB no intervalo de 2004-2008, o setor Serviços destaca-se na avaliação da taxa de crescimento médio absoluto: 13,58% serviços, seguido pela indústria 5,44% e agropecuária 1,61%(FERNANDES; OLIVEIRA, 2012, p. 12).

No entanto, uma parte significativa dos representantes da comunidade, (9 entrevistados) ressaltaram alguns aspectos negativos que consideram ser

decorrentes da presença da Instituição e/ou deveria ser objeto de atenção da comunidade acadêmica:

1. Aumento da violência (mortes por arma de fogo) decorrente do crescimento do tráfico de drogas, consumo de drogas.
2. Falta de uma relação mais próxima entre Universidade e Comunidade, pouca comunicação e fraca interação do CAHL/UFRB com as demandas locais;
3. Aumento do custo de vida, dos aluguéis e da especulação imobiliária; e
4. Choque de costumes entre a comunidade local com o público da Universidade, causando relações conflituosas.

É perceptível, analisando as falas dos entrevistados, que ainda existe um distanciamento do CAHL/UFRB em relação à cidade, de forma ampla, dos 14 entrevistados, representantes da comunidade, 13 apontaram como fraca ou ruim relação existente entre Universidade e a Comunidade de Cachoeira. Primeiramente, cita-se a frágil interação da Universidade com projetos locais (ONGs, associações, prefeitura), também são citados os poucos projetos que a universidade mantém com a população, especificamente os entrevistados consideram que as ações da universidade estão direcionadas e localizadas em setores específicos da sociedade, negligenciando a diversidade do contexto social existente e a amplitude geográfica da cidade, onde algumas regiões ficam à margem da atuação de bons projetos vindos da Instituição.

Outro dado levantado, diz respeito a posição da UFRB diante do aumento do consumo de drogas e da violência decorrente do tráfico em Cachoeira. Para alguns representantes da Comunidade, a Universidade falha em não abrir uma discussão ampliada, com a participação da sociedade, sobre esta questão no Município e em toda a Região. Para esses entrevistados é papel da Universidade, enquanto instituição de ensino que tem a missão de formar pessoas com valores éticos e humanos, debater essa situação de forma ampliada, visto que tem sido motivo de preocupação para a comunidade e tem afetado a própria Instituição. No entanto, vale ressaltar que essa questão não é de competência da universidade resolver, pois, é um problema público que envolve várias instâncias governamentais, porém, a UFRB pode propor uma ampla discussão em parceria com outros órgãos municipais, estaduais e federais

na tentativa de favorecer o debate público e a construção de políticas públicas que possam contemplar alternativas para o enfrentamento deste problema.

Um outro dado relevante refere-se ao aumento do custo de vida e de preços de casas e terrenos na cidade, o que gera um deslocamento dos mais pobres para regiões mais distantes do centro, afastando a população dos novos serviços advindos da instalação da Universidade, tanto pela distância como pelo custo.

A instalação da UFRB em Cachoeira promoveu a alteração da estrutura urbana da cidade e do seu centro, principalmente, atraindo novos investimentos e novos usos para seus espaços, alterando, também, os costumes e o modo de vida da população local.

Nesse sentido, Baumgartner (2015) ressalta que:

No âmbito do planejamento urbano, as universidades podem atuar, direta e indiretamente, no mercado imobiliário e contribuir para a avaliação e a criação de políticas urbanas e práticas para o desenvolvimento urbano e regional. As universidades participam diretamente do mercado imobiliário através das demandas por novas áreas, vinculadas à expansão de seus campi, ou mesmo pela renovação de áreas no seu entorno. Indiretamente, a necessidade de moradia, transporte e serviços por parte da comunidade acadêmica (professores, estudantes e funcionários) aumentam a demanda por estes serviços, bem como por espaço. Wievel e Perry (2008) afirmam ainda que as universidades colocam as cidades/regiões em uma rede global, além de experimentarem um aumento, em escala, no seu papel educacional, político e econômico, através da expansão do número de estudantes e do desenvolvimento tecnológico. Nas cidades onde se instalam, as universidades demandam diretamente espaço para suas atividades de ensino e pesquisa, bem como de moradia. Indiretamente, induzem, em função das especificidades e dos anseios de professores e estudantes, uma série de atividades de lazer, de comércios e serviços. (BAUMGARTNER, 2015, p. 97 e 98)

Essas mudanças quando não são previstas e planejadas podem trazer problemas para a população local, que não é diretamente beneficiada pela Universidade, portanto, é fundamental uma maior participação da Instituição nesse processo a fim de transformar os benefícios econômicos trazidos com a sua instalação em um elemento para o desenvolvimento local. Assim, ainda conforme Baumgartner (2015):

A implantação de campus universitário para desenvolvimento econômico de cidades e regiões depreciadas financeiramente esbarra em um problema comum. Como estas instituições chegam a cidades sem grande diversificação econômica, de trabalho, ofertas de crédito e sem capital local acumulado, a população local, que poderia abrir negócios (serviços e comércios) para atender as demandas decorrentes da presença da nova universidade, não recebe os dividendos do impacto econômico direto do

campus. Por não disporem de recursos financeiros ou mesmo de conhecimento para usufruir das “benesses econômicas” trazidas pela Instituição, permanecem em situação econômica desfavorável, e em alguns momentos observam uma deterioração do padrão de vida, uma vez que a chegada de pessoal mais qualificado e com maior renda implica em um aumento do custo de vida, através do aumento dos custos de moradia e alimentação. Assim, os novos comércios e serviços que suprem a demanda das universidades são fornecidos por empresas de fora ou por pessoas originárias de outras localidades e que abrem seus negócios na cidade, contratando a população local por baixos salários. (BAUMGARTNER, 2015, p. 108 e 109).

As universidades, principalmente em cidades médias e pequenas, são responsáveis por alterar o perfil econômico do lugar, aumenta a capacidade da cidade em atrair novos investimentos e pessoas, atraem mais atividades culturais, faz circular novos conhecimentos, altera padrões políticos, promovem a ampliação da infraestrutura urbana, possibilita a criação de novos postos de trabalho, contribuem para o surgimento de estabelecimentos comerciais e empreendedores, etc. Esses resultados são benéficos para a população, no entanto, isso não impede que problemas citados pelas lideranças surjam nesse contexto, demandando uma maior atenção e atuação dos gestores públicos na elaboração de políticas públicas adequadas as necessidades do população local, com a participação da universidade e da comunidade, objetivando ampliar a inclusão e tornar a relação universidade-comunidade mais harmoniosa.

Segundo Santos (2008)

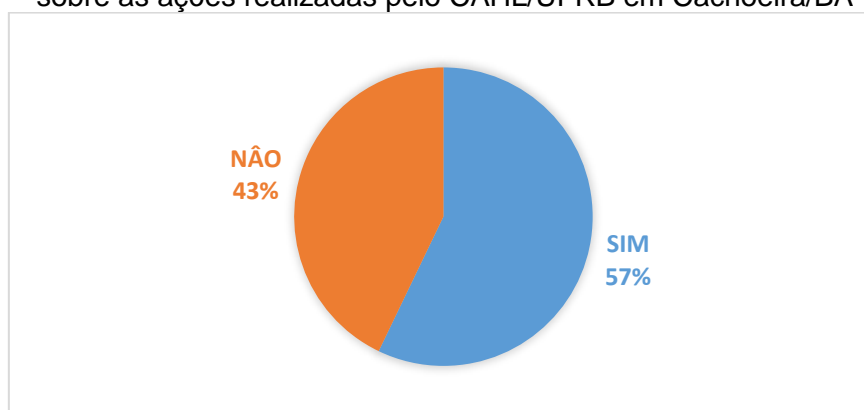
A universidade, que funciona como extensão das ações do Estado, deve agir tomando por base o desenvolvimento local, através da noção de ser humano enquanto cidadão, e, trabalhar na ideia de participação da sociedade, seja nos projetos diretos do Estado, seja nos projetos de extensão da própria universidade. As ideias e propostas de desenvolvimento geradas de cima para baixo, sem destacar as iniciativas locais, geram diversos problemas de ordem social (SANTOS, 2013, p. 111).

Por outro lado, é preciso uma maior reflexão sobre a função da universidade no seu contexto territorial, para que seja possível esclarecer melhor qual o seu papel e definir possibilidades e limites de sua atuação. Essa questão é o posicionamento refletido na fala de um dos entrevistados, representante da gestão da UFRB, e fica claro que a universidade ainda está por amadurecer a sua concepção de participação e envolvimento com as questões locais, principalmente no que diz respeito a função da extensão no contexto social do entorno.

Bom, eu acho que primeiro, assim, você precisa compreender qual é o papel da universidade, a extensão não é prestação de serviço, ela não é difusão de conhecimento e ela não é para substituir o poder do município, estadual e federal, então há muita confusão com o papel da universidade, a universidade ela tem uma função acadêmica de educação, esse chegar eu acho que sim, eu vejo que sim, mas é um processo de construção, que você tem que refletir nos projetos políticos pedagógicos, isso tem que refletir na agenda não só acadêmica, mas administrativa da universidade, a partir do momento que a universidade se predispõe a trazer as cantinas não numa perspectiva de licitação pra empresa privada, mas a partir dos grupos comunitários, a partir que ela tá num processo de fazer compras públicas com a agricultura familiar local ela, sim, tá começando a fazer parte de um projeto de integração não só acadêmica, mas administrativa também, considerando esses sujeitos, agora esse chegar a gente precisa considerar qual é a função da universidade, qual é o desafio que a gente tem, é que muitas dessas comunidades teve sempre uma ausência do poder público municipal, estadual e federal e muitas dessas comunidades o aparato estatal que chegou foi a universidade, então é muita confusão de papel da universidade, que ela não é para isso, então para agenda acadêmica de formação eu acho que é um processo que está sendo construído, porque a gente também tem uma comunidade nova, se a gente pega da sua composição, tem pessoas que vem de outras localidades e também estão no processo de aprendizado e de compreender essa cultura local então eu vejo um processo de construção [...]. (G4).

Aos representantes locais, também solicitou-se responder se sabiam ou já tinham ouvido falar de alguma ação realizada pelo CAHL/UFRB na área de ensino, pesquisa ou extensão no município de Cachoeira, nesse quesito a maioria, 8 entrevistados, respondeu **sim** e 6 pessoas responderam **não**, conforme figura 8. Portanto, pode-se entender que as ações existem e são conhecidas, porém torna-se relevante que a Universidade desenvolva sua capacidade de comunicação com o Município, visando o aumento das informações sobre a Instituição para o grande público, tendo em vista que apenas 57% dos entrevistados conseguiram lembrar o nome de uma ação ou intervenção relacionada com o CAHL na cidade, enquanto outros disseram desconhecer tais ações (43%). Além disso, necessita-se, também, ampliar ações voltadas para demandas locais e regionais.

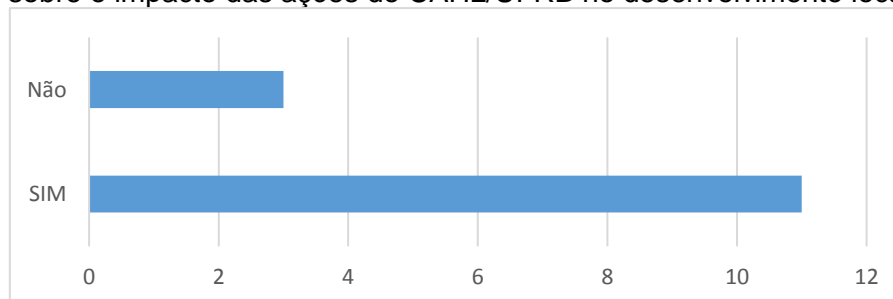
Figura 8 - Gráfico referente ao conhecimento das lideranças sobre as ações realizadas pelo CAHL/UFRB em Cachoeira/BA



Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

A maioria dos representantes da comunidade, 11 lideranças, quando questionadas sobre a importância dos projetos do CAHL/UFRB para o desenvolvimento local e do Recôncavo, consideraram que as ações são relevantes, conforme Figura 9:

Figura 9 - Gráfico referente a opinião dos representantes locais sobre o impacto das ações do CAHL/UFRB no desenvolvimento local



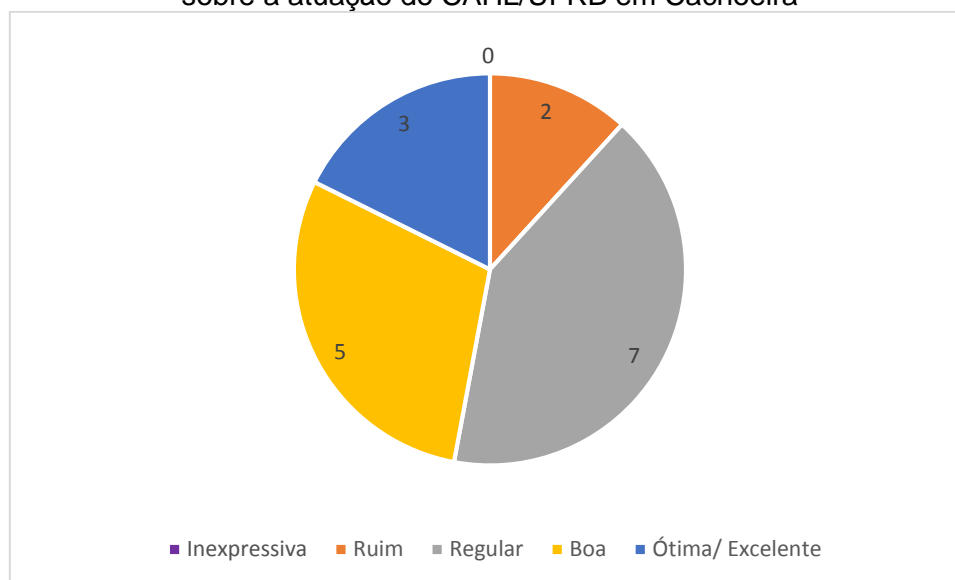
Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

Dos 14 representantes locais, apenas 3 disseram não achar que existam ações importantes para o desenvolvimento local, no entanto, entre os que disseram **sim**, alguns consideraram que a Universidade precisa melhorar seus canais de comunicação com a comunidade para que a sociedade saiba das ações que estão sendo realizadas, permitindo um maior envolvimento das pessoas. Conforme fala representada a seguir:

Mesmo que não perceba uma ação direta devido à falta de marketing acontece eventos bons, por certo já nota o crescimento do povo local, não tenho dúvida. (C2).

Quando indagados sobre a satisfação que os entrevistados tem sobre a atuação do CAHL/UFRB no Município, a maioria das lideranças (7 pessoas), incluindo os representantes da Universidade, consideram a atuação **regular** no que se refere a questões como: projetos desenvolvidos na Comunidade, o envolvimento da Instituição com as demandas locais, a relação da Universidade com outras instituições da cidade. (Ver Figura 10).

Figura 10 - Gráfico referente a percepção dos entrevistados sobre a atuação do CAHL/UFRB em Cachoeira



Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

As opiniões das lideranças sobre como percebem a participação da Instituição no Município podem ser comprovadas nas seguintes falas:

Eu gostaria que fosse melhor, eu não colocaria inexpressiva por causa desses programas que acontecem do PIBID [Programa Institucional de bolsa de Iniciação à Docência], de outras ações [...], não sei se acontece. (C3)

Precisa melhorar, mas é também uma via de mão dupla, o município também não interage. Acho que inclusive o poder público poderia usufruir mais da universidade. Nós temos curso de cinema, de museologia, de história que são áreas afins com o próprio perfil do município e ainda se explora muito pouco isso. (C5)

O processo de aproximação da comunidade é longo e permanente, esforços diários são realizados na direção de compreender melhor a cultura e as reais



necessidades que nos entornam. Ao compreender a experiência vivida pela comunidade em relação a sua história e ao momento atual podemos estabelecer relações mais profundas e cooperativas. (G3)

Estamos muito a desejar ainda pro tipo de papel que podemos ter na região, então assim, eu diria que é ruim nossa participação no desenvolvimento da região é muito ruim, eu acho que a gente ainda não tem um projeto de crescimento do centro na relação com a cidade, um projeto por exemplo urbano possibilite a revitalização dos espaços e do próprio centro ou de alguns pontos que são importantes pra Cachoeira como a própria orla daqui, e eu acho que a gente ainda carece de um projeto como esse faça uma relação harmoniosa entre a faculdade e esse sítio histórico de Cachoeira, com capacidade de dialogar com os intelectuais e as lideranças políticas das próprias cidades, de São Félix também, poucas vezes a gente dá oportunidade pra essas lideranças e intelectuais ensinarem coisas pra gente, com as forças comerciais da cidade, muitos professores são de Salvador e até hoje a gente não tem um ônibus executivo entre Salvador e Cachoeira, temos muito a fazer, temos que pensar mais organizadamente pra que o avanço e o desenvolvimento da universidade se reflita na cidade e também a da cidade gere um impacto positivo no centro. (G2)

Eu acho que a relação é regular, ela ainda não atingiu o que ela devia atingir [...] E eu acho que as vezes a gente olha pra cidade com um certo desprezo, ora olha com arrogância, ora a gente olha com um certo paternalismo, a gente precisa se movimentar na cidade com muita delicadeza pra você não apenas ser aquele que pode tudo, eu imagino que se você ouvir a comunidade, você precisa se comportar direito senão você perde, quando você diz que... uma coisa que me irrita no discurso da universidade, é que quando você diz que a universidade precisa ir mais para a cidade é o que mesmo que a gente tá dizendo com isso?, o que as pessoas não tem, o que as pessoas não sabem fazer, como é isso que as pessoas não sabem fazer? [...] eu acho que a nossa chegada, e isso tem a ver com o desenho e a dinâmica das políticas públicas ela foi articulada nas cidades talvez de maneira, com o ritmo que a cidade não tinha. Ainda que todo o processo tenha sido todo diferenciado com uma conversa com as audiências públicas e tudo mais, mas mesmo assim eu imagino por exemplo que a gente devesse ter amarrado compromissos mútuos tanto dos diversos entes do Estado pra que a gente chegasse na cidade, não dá pra chegar na cidade sem internet, sem estrada, sem moradia e isso não é um problema apenas da prefeitura, devia ser um problema melhor articulado na política pública, a gente não fez isso, mas é verdade que a política pública no Brasil não faz isso [...]. (G1)

Os representantes locais e da gestão da Universidade se aproximam nas falas com relação à questão da participação do CAHL/UFRB em Cachoeira, o entendimento é no sentido de avançar na questão da cooperação, buscar uma aproximação maior da Universidade com a Comunidade. Através da leitura de autores como Amartya Sen, Brose, Amaral Filho e Boisier, ressaltou-se a importância de que as ações que buscam o desenvolvimento local e humano sejam realizadas por meio da participação popular. As universidades podem ajudar nesse processo como veículos de transformação e mobilização da sociedade, contribuindo, nesse sentido, para que as políticas públicas estatais sejam elaboradas e implantadas levando em conta a participação dos

interessados e/ou agindo diretamente por meio de seus próprios projetos (pesquisa e extensão), levando em conta a opinião da sociedade e buscando uma melhor integração universidade-território, gerando crescimento e fortalecimento institucional, na medida das suas possibilidades e funções.

Na questão sobre a percepção dos entrevistados (representantes locais) sobre as condições de vida na cidade de Cachoeira após a implantação do CAHL/UFRB, a maioria (10 entrevistados) acredita que a vida da população melhorou e 4 lideranças acreditam que não houve uma melhoria de vida significativa na cidade. Por outro lado, quando questionados se houve alguma piora nas condições de vida da população após a chegada da universidade, a maioria (9 lideranças) acha que não houve piora, 1 não soube responder e 3 pessoas acham que a vida na cidade piorou. Abaixo, seguem algumas falas que representam as opiniões dos representantes locais nessas duas questões.

Mas eu vou ponderar dizendo que esse aspecto é pelo choque da novidade, a vinda de figuras estranhas, estudantes e professores causou um estranhamento, por exemplo é a liberdade que a universidade promove, drogas, o sexo, a noitada isso pra uma sociedade que é extremamente conservadora, isso causou um impacto negativo, mas os jovens acham que isso é muito bom. (C7).

Não pode piorar, situação pior Cachoeira já vivia. (C8).

Porque a universidade acaba fazendo parte do núcleo político, econômico e comercial da cidade, e pra mim isso é positivo. (C11)

Tem um ingrediente aí que precisa ser discutido essa questão do tóxico, mas não é só em Cachoeira, mas em Cachoeira o consumo aumentou muito, os usuários, estudantes eles não tem noção da bomba que eles estão alimentando na medida que eles alimentam o tráfico. [...]. (C14).

Tem aspectos positivos e negativos, uma universidade é sempre bem-vinda pra mudança de mentalidade da população e também tem uma aspecto negativo que é o aumento do custo de vida e também estudantes que são desconexos dos costumes locais, aqui em Cachoeira a gente não via pichações, festas noturnas que demoram de terminar e som alto, então nesse ponto de vista foi negativo, mas isso faz parte da dinâmica. (C5).

Eu não tenho informações mais precisas, mas ouço dizer a questão da violência por causa do uso de drogas indevidas e as vezes as pessoas afirmam que é por causa dos muitos estudantes. [...]. (C9).

Através dessas falas, verifica-se a importância da Instituição para o Município, visto que a maioria observa mudanças positivas com a chegada da Universidade,

principalmente nos quesitos econômicos e na disseminação do conhecimento e valorização da cultura local. Contudo, nota-se que em alguns aspectos, como o da violência associada ao tráfico de drogas, assunto recorrente nas entrevistas, os representantes locais consideram que há uma relação com a chegada da Universidade, ou melhor, algumas lideranças demonstram que deveria haver um maior envolvimento da gestão, dos professores e dos alunos com esse problema, buscando uma discussão ampla com a sociedade.

Na entrevista, também se questionou as lideranças da comunidade sobre os cursos de graduação e pós-graduação que existem no CAHL, se conhecem, se consideram relevantes ao desenvolvimento local e regional e qual(is) cursos de graduação os representantes avaliam que deveriam ser ofertados pelo Centro, tendo em vista a questão do desenvolvimento. Todos afirmam conhecer os cursos de graduação existentes no centro. Os cursos mais lembrados foram, na ordem: História, Museologia, Cinema; em quarto lugar apareceram: Jornalismo, Serviço Social e Artes e, posteriormente, os cursos de Ciências Sociais e Gestão Pública. A maioria dos entrevistados (10 representantes locais), disseram não conhecer os cursos de pós-graduação oferecidos pelo Centro, e 4 representantes locais disseram que conhecem o curso de pós-graduação em História. Sobre os cursos que gostariam que fossem oferecidos, 11 lideranças, representantes da comunidade, citaram o curso de Arquitetura, 3 pessoas citaram o curso de Direito e 1 pessoa citou a necessidade de cursos com formação técnica.

Na questão da relevância dos cursos para a Cidade e a Região, todas afirmaram que os cursos são importantes, principalmente, os cursos de Cinema e História, além de Museologia. Segue a fala de um dos entrevistados, representante da gestão do CAHL.

Teoricamente por estarmos num centro de Artes, Humanidades e Letras, as pessoas vão achar que esses cursos não vão ter um retorno produtivo pra dar, mas assim é uma ideia bem errônea essa, por que assim, a gente tem cursos aqui que atendem a formação básica de estudantes de licenciatura, de história, de ciências sociais, a gente tem cursos que atendem a uma demanda profissional que é escassa no Brasil que é o curso de Museologia, Cinema, etc., então assim, eu acho que com o curso que a gente oferece uma mão de obra qualificada para determinados setores da produção econômica que estava com algum tipo de dívida com a mão de obra qualificada, então claro que a gente tem que saber que o campo desses profissionais não vai se resumir ao Recôncavo e ai a gente tem que saber essa noção, os limites da atuação dos profissionais não vão se resumir ao Recôncavo, o território que a gente está tentando absorver, muitos deles não vão ser absorvidos na própria região, eles tem condições de atuar em capitais maiores e ai acaba

que essa repercussão seja em outros espaços e não simplesmente na região. Mas assim, de fato, eu acho que a gente precisa pensar em formas de inserir esses profissionais nesse mercado em expansão que é o mercado do Recôncavo, então por exemplo, nossos estudantes de Museologia, de Jornalismo, Cinema eles vão ter que sair o tempo todo, pro Rio, pra Salvador, pra São Paulo? Não pode não é? A gente tem que conseguir criar campo pra essas pessoas, inclusive, nas regiões de onde eles vieram, então tem que ser oferecidos empregos das cidades de onde eles vierem, de Cachoeira, São Félix e cidades próximas, campo de trabalhos alternativos, não fora da área de atuação da pessoas, mas dentro da área que já é consolidada, do grande mercado. (G2)

Diante dessas informações, nota-se que o ensino oferecido pelo Centro é bem visto pelas lideranças entrevistadas e que os cursos de História, Cinema e Museologia são os mais notados por essas lideranças no contexto local, provavelmente devido às ações implementadas por professores e alunos desses cursos nos espaços da Cidade e também da Universidade. No entanto, os cursos de pós-graduação são pouco conhecidos pelas lideranças locais, nesse caso, nota-se a pouca proximidade e/ou a baixa comunicação do setor de pós-graduação com a sociedade do entorno, o que demonstra um ponto fraco desses cursos, já que é na pós-graduação que são desenvolvidas pesquisas e trabalhos com grande pertinência, potencial e relevância para com as questões e demandas da sociedade.

Segundo informações dos gestores do Centro na entrevista, a meta atual é no sentido de expandir a pós-graduação stricto sensu na Universidade e no CAHL. Conforme fala dos gestores, o esforço será no sentido de ampliar o número de cursos de mestrado e doutorado. Essa perspectiva é também uma necessidade do Centro de Ensino em Cachoeira, tendo em vista que até o momento não possui nenhum curso de doutorado e apenas 2 cursos de mestrado.

A política de pós graduação, eu acho que ela agora começa a ser exigida no sentido que [...] você fecha uma ciclo de formação desses professores que eram mestres ou você de uma certa forma estabiliza as pessoas que estão aqui, porque você tem muita rotatividade, você começa como comunidade a se voltar pra produzir mais do ponto de vista da pesquisa pra ganhar mais esteio pra construir as pós graduações, esse é o momento pelo menos o momento inicial pra instituição se voltar para isso. (G1).

[...] então a gente tem um quadro de professores razoável e o centro já cresceu bastante nos últimos anos, agora nós temos 10 cursos de graduação e dois de pós. Então, e temos aprovado de um projeto pedagógico para a criação de um curso em licenciatura em Artes Visuais, então a gestão tem se preocupado muito que o centro cresça no âmbito da pós-graduação, o que temos investido muito é dar suporte as duas pós graduação do centro em Ciências Sociais e História da África, para que um desses nós termos um doutorado e temos uma proposta de mestrado em comunicação que já tá em

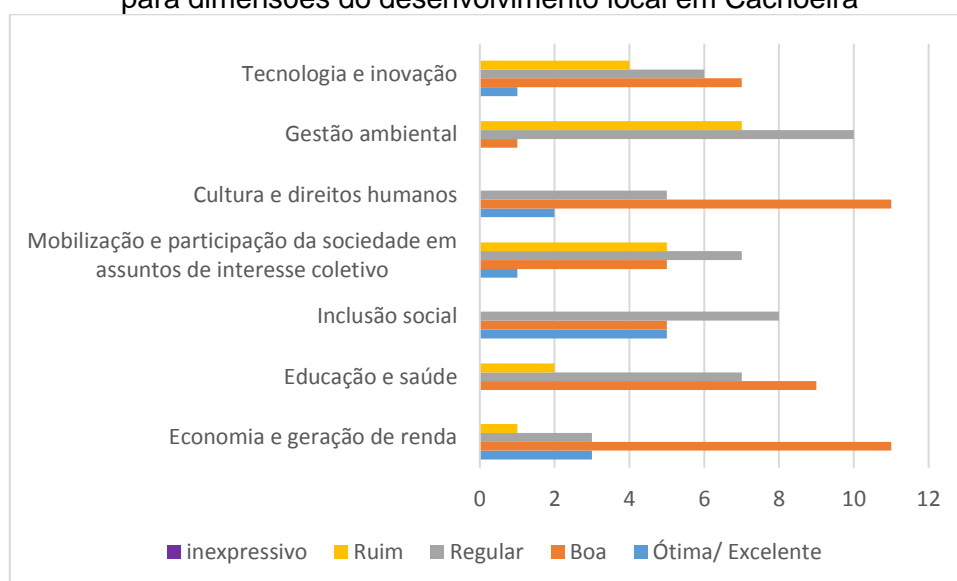
avaliação pela Capes, então assim nos próximos anos o esforço da gestão é dar suporte para que novos cursos de pós graduação surjam no centro, essa é a nossa diretriz [...] (G2).

Todos os entrevistados foram indagados sobre a percepção que os mesmos tinham sobre 7 indicadores do desenvolvimento que são considerados importantes para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, descritos na pergunta da entrevista e elencados com base em autores como Brose (2000), principalmente, e também a partir de leituras de autores como Lopes (2003) e Santos (2013). Assim, compreende-se o processo de desenvolvimento como um conjunto de fatores que interligados, são fundamentais para que ocorra uma contínua e duradoura prosperidade social, na perspectiva humana.

Assim, solicitou-se aos entrevistados que avaliassem a contribuição do CAHL/UFRB para o fortalecimento ou para a implantação de 7 dimensões consideradas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida local/regional, tendo em vista que a Instituição influencia nesses fatores ou pode contribuir significativamente para que esses indicadores melhorem suas condições atuais. São eles: Economia e geração de renda; Educação e Saúde; Inclusão Social; Mobilização e participação da sociedade em assuntos de interesse coletivo; Cultura de Direitos Humanos; Gestão Ambiental e Tecnologia e Inovação.

A Figura 11 mostra o resultado das avaliações feitas pelos entrevistados:

Figura 11 - Gráfico sobre a contribuição do CAHL/UFRB para dimensões do desenvolvimento local em Cachoeira



Fonte: pesquisa em campo, set/out, 2016.

Ao analisar a Figura 11, nota-se que as 7 dimensões avaliadas apresentaram um resultado, majoritariamente, entre **regular** e **boa**. As dimensões melhor avaliadas pelos participantes tendo em vista uma contribuição maior da Universidade para o seu fortalecimento foram: Economia e geração de renda e Cultura e Direitos Humanos, 11 entrevistados avaliaram como **boa** a atuação da Universidade nesses dois quesitos em Cachoeira. Ou seja, para essas lideranças as duas dimensões citadas tiveram uma maior evolução devido à presença e/ou pelas ações promovidas pelo CAHL/UFRB. Vale ressaltar, que são dimensões fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, para que as pessoas vivam bem elas precisam de renda e para isso necessita-se de uma economia forte, onde ocorra oportunidades de trabalho, para que seja possível estabelecer o processo de desenvolvimento. Nesse aspecto, por meio da própria implantação da Universidade, devido aos gastos realizados para sua manutenção, as contratações de trabalhadores, e o aumento da renda por meio dos pagamentos realizados aos servidores e de bolsas aos estudantes, as cidades, principalmente as pequenas, que possuem universidades são beneficiadas com esses incrementos, tornando suas economias maiores e mais diversificadas.

Um estudo realizado por Rolim e Serra (2010), em parceria com a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), refere-se à relevância e impacto econômico das universidades de ensino superior paranaenses para o desenvolvimento regional, os autores demonstram que os investimentos em educação, de fato, beneficiam a sociedade de diversas formas, tornando-a mais justa. A OCDE realiza um estudo mais amplo, com a participação de diversas universidades do mundo, intitulado *de Supporting the Contribution of Higher Education Institutions to Regional Development*. Segundo os autores “As origens do projeto OCDE estão no reconhecimento de que a educação superior vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões” (Rolim; Serra, 2010, p. 36).

Ainda conforme a Figura 11, outro fator que contribui para uma vida mais completa e digna envolve a valorização da cultura local e a garantia dos direitos constitucionais, com o exercício da cidadania, nessas questões a participação da Universidade foi bem avaliada (72% entrevistados consideraram entre **boa** e **ótima/excelente**), tendo em vista que a cultura da população local, dos quilombos, ribeirinha, da expressão cultural dos sambas de roda, da diversidade religiosa etc,

passou a ser mais contada, visualizada e estudada, levando a um processo de valorização da cultura do Recôncavo e da busca por direitos.

Ainda com base na Figura 11, a participação da universidade na dimensão: Educação e Saúde avaliou-se como **boa** pela metade dos entrevistados, a melhoria de setores como educação e saúde são fundamentais para o avanço do processo de desenvolvimento.

A educação é responsável pela melhoria das condições de vida do indivíduo e de toda sua comunidade, por isso a presença de uma instituição de educação superior pública em uma região como o Recôncavo se faz tão importante para o desenvolvimento humano, possibilitando que pessoas sem perspectivas de realizar uma graduação devido a fatores econômicos sejam beneficiadas pela proximidade dessas instituições e de suas políticas de acesso. Nesse sentido, conforme ressalta Sen (2007a), um justo acesso a níveis maiores de escolarização são fundamentais para a redução das desigualdades sociais, rompendo com práticas sociais discriminatórias e ampliando a liberdade dos indivíduos.

As privações econômicas, sociais e políticas coíbem, segundo Sen (2000), o exercício da cidadania e das liberdades fundamentais, provocando a exclusão social. Portanto, a superação desse processo de exclusão vai exigir de governos e instituições o desenvolvimento de processos e oportunidades adequadas para garantir uma justa distribuição de oportunidades. Ou seja, equidade, como justa igualdade de oportunidades, ocorre quando os cidadãos têm acesso equitativo aos bens escassos e limitados da vida. (NEVES; ANHAIA, 2014, p. 377).

Além disso, as universidades podem desenvolver projetos importantes nas escolas de ensino fundamental e médio da Região, a UFRB tem desenvolvido, por exemplo: o PIBIC ensino médio – Programa de Iniciação Científica Ensino Médio, o PIBID – Programa de Iniciação à Docência, e o Programa Cinema e Educação, realizado também em espaços escolares.

Ainda conforme a Figura 11, no quesito Tecnologia e Inovação apenas 38% das lideranças avaliaram a contribuição da Instituição para o avanço dessa dimensão no município como **boa** e 6 entrevistados consideraram **regular**.

A dimensão Tecnologia e Inovação é essencial para o desenvolvimento das sociedades, atualmente, os setores econômicos dos países estão cada vez mais interligados aos avanços da ciência e da tecnologia, visando ampliar a capacidade

produtiva e o lucro, além da possibilidade do benefício social e cultural que esse atributo pode trazer às pessoas.

As universidades, lócus do conhecimento científico, são peças-chave para a criação e disseminação dos avanços nessa área, por isso, mais uma vez, a implantação da UFRB no Recôncavo torna-se essencial para a economia local e regional por ser uma instituição capaz de criar e implantar novas formas de produzir, novos produtos e novas relações de produção por meio da pesquisa e com o desenvolvimento de tecnologia e inovação. Esse processo também pode ser direcionado para beneficiar setores como: saúde, educação, cultura e meio ambiente etc., favorecendo o desenvolvimento para além do aspecto econômico. Nesse segmento, o CAHL possui cursos que podem contribuir com o avanço dessa dimensão, como: Artes Visuais, Cinema, Gestão Pública e Ciências Sociais.

As pesquisas realizadas pelas universidades públicas, além de expandir o estoque de conhecimento da sociedade, dão origem ao progresso técnico e ao surgimento de novas empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico. [...]. Segundo Hansen (2000), as pesquisas realizadas nas universidades, além de aumentar a propensão de atividades inovativas, desempenham um papel importante na concentração geográfica da produção. Nesse sentido, as atividades de pesquisas constituem-se, também, um importante instrumento de desenvolvimento regional. (LOPES, 2003, p. 87).

Ainda sobre a importância das universidades na sociedade do conhecimento, Sobrinho (2005, p. 78) argumenta que “são as universidades públicas que mais produzem pesquisa e inovações tecnológicas que aumentam a produtividade geral e estão voltadas ao atendimento de problemas e necessidades que as sociedades apresentam”.

Com base na Figura 11 (p. 116), os entrevistados avaliam, em sua maioria, como **boa** ou **ótima/excelente**, a participação da Universidade na dimensão inclusão social (10 entrevistados). No entanto, 8 lideranças consideraram **regular** tal ação. Essa dimensão pode ser reflexo ou condicionado pela atuação de diversos agentes públicos, e por envolver vários elementos, para além da ação de uma instituição de educação superior, no entanto, a Universidade precisa estar mais presente e atenta às necessidades do território onde se localiza. É notório que com mais educação, saúde, cultura, emprego e renda, trabalho e consumo etc., enquanto resultado da presença da UFRB no Recôncavo pode ocorrer um processo maior de inclusão social. Contudo, ainda se faz necessário uma maior participação da Universidade, por meio



de estudos sobre os temas e projetos em parcerias que façam com que se intensifique o seu papel transformador de modos de vida nos diversos setores sociais, trocando experiências com os diferentes segmentos da sociedade regional e local.

Na Figura 11, as dimensões Gestão ambiental e Mobilização da sociedade em assuntos de interesse coletivo receberam pela maioria dos entrevistados uma avaliação entre **regular** e **ruim** (94% e 67%, respectivamente). Nessas questões, o resultado, novamente, é fruto da insatisfação de parte das lideranças com a fraca interação que a Universidade tem com o município, não descartando-se, também, uma possível confusão sobre qual seria o papel do CAHL/UFRB, demonstrando uma maximização das expectativas sobre a universidade por parte da Comunidade.

Assim, para essas pessoas a Instituição segue, ainda, restrita aos próprios muros, sem dialogar com a Comunidade e, portanto, sem evoluir na dimensão Mobilização, a qual é de fundamental importância para a existência de uma sociedade mais participativa, cidadã, livre e, portanto, desenvolvida.

Autonomia e solidariedade não devem ser meras categorias discursivas; devem ser instituições reais a tornar mais efetiva a participação dos cidadãos na construção da sociedade. De um lado representam as condições básicas para a participação crítica e ativa na vida pública. Por outro lado, a cidadania não se realiza no vazio. É por meio da participação autônoma e solidária que a cidadania ganha corpo e conteúdo. Seria um erro de pesadas consequências para a vida democrática se a educação superior não assumisse seu papel de enorme importância na formação da cidadania e desenvolvimento da sociedade civil. (SOBRINHO, 2005, p. 100).

Como foi verificado, no quesito Gestão ambiental o resultado da participação do CAHL/UFRB nessa dimensão não foi bem avaliada, com 7 entrevistados a considerando ruim, 10 regular, e 1 boa (ver Figura 11, p. 116). No entanto, vale ressaltar que essa dimensão não está relacionada diretamente à natureza dos cursos que o Centro oferece em Cachoeira. Mas, por meio de parcerias a UFRB/CAHL poderia construir projetos nesse sentido, inclusive com a contribuição dos outros centros da UFRB. A questão ambiental reflete diretamente na qualidade de vida das pessoas e é fundamental para uma vida mais longa e com qualidade de vida, aspecto essencial ao desenvolvimento humano.

A entrevista também questionou aos representantes locais quais seriam os projetos, estudos ou ações na área de pesquisa ou extensão que o CAHL/UFRB poderia realizar na cidade e que seria de interesse para o desenvolvimento do município.

Nas respostas, citou-se:

- Projetos na área de trabalho e renda para famílias de baixa renda.
- Ações para a valorização e fomento das potencialidades turísticas do município;
- Estudo amplo sobre os terreiros de candomblé de Cachoeira (origem, formação, características);
- Projeto para a melhoria da qualidade de vida da população rural (saúde, educação e produção);
- Estudo sobre drogas, violência e exclusão social na cidade de Cachoeira;
- Ação conjunta com o poder público para a melhoria e modernização da gestão pública;
- Projeto de preservação do patrimônio e arquivo público; e
- Projetos esportivos.

Todas as indicações das lideranças para uma atuação mais efetiva do CAHL/UFRB, têm uma correlação com a própria natureza dos cursos oferecidos pelo CAHL, como: Serviço Social, História, Ciências Sociais, Gestão Pública, Cinema e Audiovisual, Museologia, etc., ou podem ser desenvolvidas com os outros Centros de ensino da UFRB. Como exemplo:

- ✓ Com relação ao desenvolvimento de projetos envolvendo comunidades carentes, podem ser construídas ações com o curso de Gestão de Cooperativas do CCAAB;
- ✓ Para ações voltadas à população rural podem ser desenvolvidas parcerias com os cursos de Medicina, Enfermagem e Psicologia do CCS (para projetos na área de saúde). Com cursos de Tecnólogo em Agroecologia e Gestão de Cooperativas, Zootecnia, Agronomia e Medicina Veterinária do CCAAB para questões voltadas à produção rural e com cursos de licenciatura do CFP e de Educação no Campo do CETENS para projetos na área de educação;
- ✓ Para a questão de drogas e violência podem ser desenvolvidos parcerias com os curso de saúde do CCS;

- ✓ Para a área da modernização da gestão pública o CAHL, em parceria com o município de Cachoeira, poderia construir projetos, com o auxílio dos cursos de Engenharia do CETEC.
- ✓ Para o setor do turismo poderiam ser elaboradas ações com o CECULT, o município e o Governo do Estado.

Indagou-se aos representantes locais, também, sobre como percebem a relação que o CAHL/UFRB mantém com a Comunidade e com o Poder público municipal, dos 14 representantes, 13 consideram que a relação é **ruim** tanto com a Comunidade quanto com o Poder público, ou seja, a Universidade ainda não conseguiu estabelecer uma proximidade que resultasse numa maior participação e envolvimento da sociedade local com a Instituição e vice-versa. A seguir, algumas falas que refletem a percepção dos entrevistados sobre essa questão:

Eu acredito que não há essa relação, não há uma interação ativa tanto com a comunidade e o poder público, sabe aquela coisa de fazer o social, a universidade só faz o social [...]. (C3).

E com o poder público também não, eu acho que a universidade poderia abrir uma parceria com o poder público, como gerenciar a cidade no setor turístico, na preservação cultural isso ainda é feito muito de forma isolada e eu não vejo a participação do poder público nisso e eu vejo a universidade trabalhando de forma isolada com algumas instituições. (C5)

Eu acho que deveria ser melhor, existe a relação mas poderia ser melhor, deveria ser uma iniciativa do poder público procurar a universidade e acreditar que a UFRB tem uma contribuição significativa para oferecer ao município e por que tem mesmo, mas caberia ao poder público trabalhar mas essa parceria porque só o município é que ganharia, as universidade tem as condições, mas cabe ao poder público favorecer essas condições. São pessoas formadores de opiniões, são pessoas que estão ai com mestrado e doutorado então tem uma riqueza para ajudar o município que não tem pessoas bem formadas ou especializadas na gestão pública então tá na hora da gestão pública municipal ter humildade de acreditar que a universidade poderia contribuir muito para o bem da cidade. (C9).

Não acho boa, mas a culpa não é da universidade. A gestão do município com a Universidade é pior do que da Universidade com a gestão do município. Acho que a Universidade que é maior, deve ir a campo tentar dobrar esses políticos que são ignorantes, pra ajudar melhor a própria universidade, porque se você lapida o político, quem se beneficia somos nós da universidade. (C8)

A relação não é boa, Cachoeira não estava preparada para receber a universidade e todo o seu público, existe um pouco de conflito com a comunidade, principalmente em relação as drogas e sexo. (C6).

A relação não é boa com a comunidade, o que poderia fazer é convocar mais a comunidade para o espaço físico, abrir mais com palestras, com informações, convidar mesmo, a gente sente assim sem querer ir lá, as pessoas esquecem que o espaço é público é federal, mas as pessoas não se sentem à vontade quando não são convidadas, é um espaço nosso, mas a sociedade não entende que ali é um espaço público, desde que não atrapalhe as aulas, a universidade deve partir na dianteira, chamar. (C2)

No entanto, algumas lideranças também se referem ao outro lado, que seria a falta de abertura do Poder municipal com relação à Universidade. Assim, torna-se necessária uma visão mais ampliada do Poder público municipal com relação as possibilidades e benefícios que uma parceria mais profícua com a Instituição poderia trazer para o município e para o seu desenvolvimento, porém, até mesmo por questões políticas e ideológicas, segundo algumas lideranças, essa parceria não está sendo aprofundada, desperdiçando oportunidades para o desenvolvimento de ações em prol da comunidade local. Contudo, a fala de um dos representantes da gestão aponta que seria necessário uma formalização maior entre as partes para que se garantisse essa parceria:

Assim, eu entendo que essa relação é muito pontual para lidar com algumas questões, por exemplo temos contato com a secretaria de cultura do município porque parte das ações que se desenvolve tem um amplo conjunto de profissionais e aí claro que existe uma parceria, mas assim um diálogo de fato assim sistemático com a prefeitura, com outros órgãos ainda tá por ser garantido e aí assim eu acho que a gente teria que estabelecer uma agenda recíproca parte da gestão do centro, da universidade com os poderes públicos locais pra que essa realidade da universidade e a realidade do município fossem partilhadas porque certamente eles tem plano e interesse com a universidade, mas como a gente não cria uma agenda que a gente possa partilhar as dificuldades que estamos tendo e as expectativas que o gestor municipal poderia estar tendo em relação a universidade aí isso vai se distanciando. Assim, então, ter uma ação, ter reuniões semestrais com a gestão municipal e não só pro CAHL e todos os campus da UFRB, eu acho que seria um ação importante para estreitar esses laços da universidade com as cidades. (G2).

Durante o trabalho em campo, efetuou-se entrevistas com perguntas específicas aos gestores da Universidade, a fim de perceber como essas lideranças compreendem a participação e a relevância da Instituição no processo de desenvolvimento local e regional.

No que se refere à relação da Instituição com o Poder público, existem algumas ações de impacto regional sendo realizadas no âmbito da UFRB, conforme fala de um dos entrevistados, representante da UFRB.

Eu acho que uma política principal hoje que a universidade desenvolve desde o início é com relação aos Territórios de Identidade, especificamente no Estado da Bahia as unidades de planejamento são os Territórios de Identidade. A Universidade sempre participou dos colegiados territoriais, particularmente do Recôncavo e agora do Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão, porque é onde nós temos unidades físicas dos centros, mas ainda tá muito restrito para algumas pessoas, e para algumas instâncias da universidade, mas isso já passou a ser um componente curricular de debate, já passou a ter instâncias, a universidade já tem uma casa disponibilizada para o colegiado Territorial do Recôncavo, tá dentro da UFRB de Cruz das Almas e ela já articulou 19 municípios do Recôncavo, no Vale do Jiquiriçá você também tem implicação do CFP e do Portal do Sertão de Feira de Santana você tem do CETENS, que só tem três anos constituído, então se a gente for olhar enquanto projeto, enquanto ação desse diálogo com esses sujeitos, os colegiados agregam todos os entes municipais do poder público, como também, a sociedade civil organizada e seus movimentos sociais, como os sindicatos, eles estão representados nesses colegiados e a Universidade tem feito parte não só integrante, mas hoje existe um grupo de extensão e desenvolvimento territorial ao qual a gente tá com uma incumbência de facilitar a elaboração dos planos territoriais especificamente nesses três territórios [...] (G4).

Um dos questionamentos versou sobre a interação do CAHL/UFRB com outras instituições da Região e com o setor produtivo local tendo em vista que a Instituição poderia por meio desses acordos de cooperação contribuir para o desenvolvimento local e regional.

O CAHL não mantém uma relação forte com o setor produtivo de Cachoeira e da Região do Recôncavo. Mas, no que se refere aos outros centros da UFRB, algumas ações são realizadas, conforme descreve a fala a seguir, de um dos gestores da Instituição:

A gente tem ações hoje com a agricultura familiar, a gente tem algumas ações com a área produtiva agrícola forte. Eu tenho visto, acompanhado, ações do CETENS (?) com a fábrica, com o pessoal da Bibi, e eles falando o quanto a presença de estudantes da UFRB, o quanto isso mudou o modo de gerenciar o espaço, qualificar. A UFRB tem esse discurso, a gente tá nesse momento, se não é papel da universidade se relacionar com o setor produtivo, como vamos formar os engenheiros, médicos, como é que a gente se relaciona? A gente vai começar a discutir inovação, um marco legal [...] Como a gente faz isso sem discutir? por que afinal de contas quando a gente fala em sociedade, de quem a gente tá falando? E como a gente faz pra formar, a gente não forma pra se submeter ao setor produtivo, a lógica dele é diferente, mas é preciso que a gente forme pra se relacionar com ele, a gente tem discutido com alguns estudantes. Inclusive o pessoal do CAHL começou a vir aqui achando que não tinha e tem, a gente tá começando empresa júnior com os estudantes que estão fazendo ações importantes, tem empresa júnior bem bacana. Acho que a gente tá costurando toda essa organização de empresa júnior, na área ambiental, na de tecnologia, de engenharia, na área de gestão, de cinema, e a gente tá organizando a partir daqui essa articulação. (G1).

Com relação a outras instituições de ensino superior o Centro já mantém acordos de cooperação com a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e Universidade Federal da Bahia (UFBA), no entanto, esses acordos ainda não refletem a construção de um trabalho com ações duradouras em prol de melhorias para o Recôncavo e para Cachoeira. As falas dos gestores demonstram essa situação:

Muito esporadicamente, o que mais acontece, o que mais movimenta a região são os congressos que a gente participa com as instituições e elas mobilizam um grupo de pessoas para vir para a cidade e como Cachoeira é uma cidade turística essa vinda de pessoas de fora sempre mobiliza um pouco mais o comércio, o setor turístico, mas assim, de novo, eu acho que nossas iniciativas são muito pontuais e aí elas também não geram um tipo de impacto pra um desenvolvimento sustentável e sistemático. (G2).

Não de forma sistematizada, embora existam iniciativas isoladas com outras universidades, como a UFBA. (G3).

Isso eu acho que a gente faz pouco, talvez agora na crise a gente tem pensado mais em relação a isso, temos uma relação com a UFBA, mas a gente se articula pouco, a gente tem respondido diante da crise, de se articular no sentido de criar consórcios e tudo, porque é incipiente então a gente parte pra isso, não só pra região, mas pro estado [...]. (G1).

Diante do que foi dito pelos gestores da Universidade com relação à inserção da Universidade na Região, no que se refere ao grau de relação que a mesma mantém com outras instituições públicas e com o setor produtivo, ainda é uma questão pouco valorizada e incipiente na construção da Universidade, mas que não deixa de ser uma preocupação dos mesmos, tendo em vista a necessidade de formação qualificada dos estudantes e a possibilidade de uma maior contribuição da Universidade para o desenvolvimento local e regional, garantindo, conseqüentemente, o fortalecimento e o crescimento institucional.

Assim, faz-se necessário que o CAHL/UFRB desenvolvam projetos estratégicos visando reunir atores para a formulação de ações que possam colaborar com iniciativas que tenham por objetivo fortalecer a Instituição, mas também que contribuam, na medida de suas possibilidades, para o desenvolvimento local e regional, ampliando a comunicação e a participação dos diversos agentes na construção conjunta de soluções, tendo em vista superar deficiências dessa Região em prol de um desenvolvimento duradouro e mais sustentável.

A inserção da Universidade em ações que visam um maior relacionamento com a comunidade e a ampliação da sua responsabilidade social também são aspectos considerados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) no processo de avaliação institucional, entre as 10 dimensões avaliadas encontram-se: a responsabilidade social da IES e a comunicação com a sociedade. (INEP, 2016).

Também se indagou aos gestores, como eles percebem a produção científica e extensionista no CAHL e na UFRB, com relação à contribuição da pesquisa e das ações de extensão para demandas específicas da Região. As falas a seguir refletem a percepção dos gestores:

[...] eu acho que estamos em um processo bem interessante graças aos estudantes, aos professores, aos técnicos, assim as pessoas do centro incorporam muito os espaços e a realidade de Cachoeira e São Félix, nos seus trabalhos de pesquisa e extensão, então, assim, não precisa ficar solicitando que as pessoas fiquem incorporando esse território, ao contrário as pessoas já fazem isso de muito bom grado, porque é um terreno muito fértil pra ser explorado, então por exemplo, regiões aqui como o Iguape, Santiago, São Francisco do Paraguaçu, as comunidades quilombolas, os aspectos patrimoniais e históricos de Cachoeira, de São Félix, o desenvolvimento do turismo na região, os equipamentos culturais, todas essas coisas elas são tematizadas nas pesquisas dos professores e nas atividades de extensão também, então, eu acho que isso promove um tipo de desenvolvimento na região que é assim intelectual, político, cultural nessas pessoas das comunidades em seus campos, para atuarem posteriormente no seu próprio fazer, sejam das comunidades quilombolas, indígenas, das marisqueiras, dos pescadores, as pessoas que trabalham com educação patrimonial aqui em Cachoeira e São Félix, e eu acho que isso se reveste de algum modo e eu acho a mesma coisa da extensão porque quando a gente tá fazendo essas pesquisas de fora você tá incorporando essa comunidade na produção do conhecimento, agora assim qual que é a grande dificuldade nossa é uma falta de recurso material e de infraestrutura material para fazer coisas, do mesmo jeito que incorporamos o Recôncavo na produção da pesquisa e extensão eles também nos demandam que participemos das ações que eles promovem e muitas vezes para participar dessas ações a gente precisa garantir algumas condições materiais como transporte, ajudar alguma coisa com alimentação, para ações que são feitas fora do centro, e tudo isso é muito difícil devido a este contexto que estamos vivendo agora, então eu diria que uma das principais limitações é essa infraestrutura material, por outro lado para não dizer que o problema só se resume a questão do dinheiro, que é um fator limitador, mas assim a gente também precisa estabelecer de maneira mais consistente, um mecanismo de diálogo com essas comunidades que nós pesquisamos e que nós fazemos extensão, de um retorno pra comunidade dessas pesquisas que são feitas, tanto também da pesquisa e extensão e eu acho que isso também se tornou uma limitação pra gente porque muitas vezes isso foi deixado pra trás, essas pessoas recebem a universidade com uma desconfiança, acho que isso se tornou um outro aspecto limitante de alguma maneira. (G2)

Isso eu acho incipiente, eu acho que a gente tem uma estrutura de pesquisa ainda situada nas agrárias [...] é quem estava aqui primeiro e pesquisa requer tempo, e tem mais, porque eles chegaram primeiro as agrárias não é uma área qualquer no Brasil e no mundo, você tá falando de uma área de

importância do estudo científico de um modo geral no Brasil ele é um lugar importante e se já existe é natural que fique assim. Eu acho que a universidade deve crescer em pesquisa na área de cultura e memória, e um pouco na área de arte e humanidade, pra ser um pouco mais bairrista e eu acho que ai é que a universidade se expande, do ponto de vista de pesquisa e um pouco de educação, que já existe, mas eu acho que ainda é incipiente, [...], mas eu acho que a pesquisa que se faz aqui serve aqui, não vamos esquecer de Cruz das Almas, nós estamos em um lugar que faz pesquisa na área agrária pra região, como a Embrapa, a área de agraria faz pesquisa pra aqui, e que serve pra outros lugares, e eu acho que ainda é incipiente, a questão é pra onde a gente vai com isso, como dar pra fazer tudo ao mesmo tempo, como é que dá pra implantar a universidade, fazer pesquisa e fazer extensão, eu acho que agora a comunidade vai viver esse dilema que é um outro discurso, que eu acho que as vezes a gente exagera, e diz que não queremos ser produtivistas. A gente não tá produzindo nada ainda e o que a gente produz é muito pouco pra gente tá reclamando que a gente não quer ser produtivo, a gente é muito pouco pesquisador, pra gente tá reclamando que estamos sendo exigidos que a gente seja pesquisador, é a minha compreensão. (G1).

Com relação ao CAHL, a visão é que o Centro, através de suas pesquisas e projetos de extensão, tem mantido uma relação próxima das demandas e questões típicas da Região e do município de Cachoeira, no entanto, tem apresentado pouco retorno à sociedade sobre os resultados, principalmente das pesquisas desenvolvidas, o que tem gerado um certo transtorno para a própria Universidade, visto que a Comunidade está cada vez mais fechada e até mesmo insatisfeita com a presença e as solicitações dos membros da Universidade em relação à Comunidade. Outro aspecto, é a questão financeira e de infraestrutura da Universidade, segundo a fala do gestor, os recursos são escassos diante das necessidades e da contribuição que a Comunidade espera da Instituição, o que contribui para gerar um desgaste maior da relação da Universidade com o local.

Portanto, torna-se necessário que a UFRB intensifique as ações para ampliar e investir ainda mais em pesquisa e extensão, para que possa ser uma instituição de relevância regional e nacional o que a fará alcançar maior prestígio e relevância social, refletindo na sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento local e regional.

No que se refere a um envolvimento maior da Universidade com a Comunidade e com os problemas e demandas do seu território de entorno, percebeu-se por meio dos discursos das lideranças locais que esta questão ainda é um gargalo da Instituição. Nesse sentido, indagou-se aos gestores qual seria a posição e as ações da Instituição para lidar com essa questão. Pela análise das falas, entende-se que o tema é uma preocupação da gestão, existem ações em curso e para serem implantadas, mas, ainda, não existe um projeto político e de execução estruturado e



direcionado nesse sentido, além das dificuldades advindas das atuais condições financeiras das universidades e do ambiente político-econômico, em nível nacional, que têm resultado em cortes nos projetos que envolvem políticas públicas na área da educação superior.

[...] temos tentado priorizar esse contato maior do centro, uma ação próxima na recepção dos calouros, que a aula pública seja dada por lideranças, a gente vai propor uma mesa de avaliação de 10 anos do centro nas cidades, tentar garantir a presença de lideranças locais que acompanharam a implantação da UFRB pra que falem um pouco sobre isso e além dessa ampliação com os intelectuais e com mestres da cultura local, a gente pretende assim fazer um processo de maior aproximação com o ensino básico da região, seja trazendo os estudantes da rede de ensino básico pra conhecer nosso Centro e as profissões que oferecemos, quanto também desenvolvendo ações nas próprias escolas e é claro que assim, em uma escala maior, a gente gostaria sim de contribuir por exemplo pra requalificação urbana da cidade, a gente tá com um projeto junto com o IPHAN pra apresentar um plano diretor de crescimento do centro e da cidade, junto com a proposta que eles fizeram da criação da casa do patrimônio do IPHAN na cidade, a gente pretende privilegiar esse tipo de ação. (G2).

Eu acho que vai avançar muito na nossa relação com o território. Mas eu acho que a gente consolida a nossa relação com o Recôncavo, eu acho que vamos conseguir fazer isso, o resultado disso vai aparecer. Eu acho que a gente tem esse desafio da comunicação e dar integração dos diversos centros quando eu digo que essa discussão do território é importante é porque a gente avança e consolida nessa gestão e isso é importante para o desenvolvimento [...], mas eu acho que é nesse caminho aí, que vai ser contraditório, ao mesmo tempo que a gente avança nisso, todos os programas sociais que nos sustentavam pra isso estão sendo retirados, todo o aporte que você vai ver aí, tudo que é Procampo [Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo], Pronera [Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária], tudo tá retirado e aí eu acho que a gente vai viver esse paradoxo, a gente avançou nisso e se consolida nesse lugar, mas a gente vai viver este ano, e os próximos anos um momento difícil dessa relação aqui [...] a gente tá construindo um curso de medicina com o [Programa] Mais Médicos muito interessante, a gente vai ficar sem recurso, a gente tá construindo uma discussão nessa área de educação do campo interessante e a gente vai ficar comprometido, [...] no Procampo 2017 não temos recurso e a gente precisa. (G1).

Diante do que aqui se analisou, a Universidade ainda precisa ampliar e fortalecer o seu espaço de atuação junto à Comunidade local de forma mais concreta e duradoura, para que possa ampliar as contribuições que a mesma que tem dado ao Recôncavo e ao município de Cachoeira, caso almeje se consolidar como uma instituição de importância e comprometida com o desenvolvimento socioeconômico, conforme consta no documento de criação da Universidade e no seu Plano de Desenvolvimento Institucional de 2009, e dos anos posteriores.

## **7. Considerações finais e recomendações.**

A recente política de expansão e interiorização das universidades públicas federais no Brasil tem significado um acesso maior à educação superior para parcelas da população que, por fatores sociais, econômicos e geográficos, tinham maior dificuldades para cursar uma universidade pública. A política de ampliação do ensino superior federal também significou para a região do Recôncavo baiano uma nova perspectiva para o desenvolvimento regional, atuando como um agente de dinamização econômica, resultando em significativas mudanças no perfil socioeconômico, populacional, cultural, político, produtivo, ambiental, educacional e nos padrões de renda e emprego de municípios como Cachoeira, onde encontra-se atualmente implantado, no seu sítio urbano, o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da UFRB.

Sabe-se que as universidades, incluindo a UFRB, têm compromisso não só com a formação de recursos humanos qualificados para atuar nos espaços locais, regionais, nacionais e até mesmo em outras partes do mundo, mas, também, são, em grande parte, responsáveis pela produção científica e tecnológica que, atualmente, constituem-se como base da economia capitalista. Além disso, as universidades são fonte do conhecimento humano, responsáveis pela sua difusão; pela transformação sociocultural de muitos espaços; e por contribuir com o desenvolvimento humano. As universidades também se inserem, em muitos casos, como parte das ações políticas de desenvolvimento de vários países, com impactos diretos e indiretos em pequenas e médias cidades, onde as mesmas se instalam.

Nesta dissertação, buscou-se analisar o papel do CAHL/UFRB no âmbito do desenvolvimento local da cidade de Cachoeira, compreendendo a Instituição enquanto agente fomentador e indutor do desenvolvimento local numa perspectiva ampla, tendo em vista a relação da universidade com a Comunidade e as contribuições da mesma em questões econômicas, sociais, culturais, educacionais, etc.

Ao longo do trabalho e do levantamento dos dados primários e secundários, obtidos por meio de entrevistas, bibliografia, documentos oficiais, dados censitários e consultas a sites governamentais sobre Cachoeira, percebeu-se que a UFRB alterou a produção e o uso do espaço urbano do Município e contribuiu, como principal

agente, com o seu dinamismo econômico. É notório o fortalecimento da economia local, em grande parte motivado pela chegada da instituição, visualmente perceptível pelo aumento dos empreendimentos comerciais e do oferecimento de novos serviços, como transporte, educação e saúde. Além disso, tem sido de grande relevância para a valorização da cultura local.

Contudo, para cumprir o seu compromisso com o desenvolvimento local e regional, conforme preceitua a própria Universidade em seus documentos oficiais, desde a sua instalação nessa Região em 2005, a UFRB necessita contribuir, na medida de suas possibilidades e juntamente em parceria com outras instituições, com o avanço de outros indicadores, principalmente no que se refere à melhoria das condições de vida da população em geral, por meio da qualificação do trabalho e da produção; da valorização dos mecanismos de participação popular; com projetos para melhorar a infraestrutura urbana e para um meio ambiente mais saudável, na medida de suas possibilidades.

Para que a Universidade possa realizar tal contribuição, se requer que a sua estrutura e organização, e o tripé ensino, pesquisa e extensão, se direcionem e engajem em ações que visam a efetivação dessa missão na Região e nas cidades que sediam os seus Centros de Ensino. O CAHL, situado em Cachoeira, demonstra uma relação pouco aprofundada com a Comunidade, que precisa melhorar, buscando implantar mecanismos de comunicação com a sociedade e seus grupos culturais e sociais, para que esses possam estar mais informados sobre a contribuição da Instituição para o local e, até mesmo, realizar ações conjuntas.

Atualmente, o conhecimento científico e tecnológico tem valor essencial para o processo de desenvolvimento, tendo em vista que a economia e a produção, cada vez mais, se embasam nos recursos do conhecimento e as universidades são o *locus* principal de geração do conhecimento. Assim, a Universidade precisa produzir e apresentar resultados de pesquisas científicas, do desenvolvimento de tecnologias e inovação, que objetivem responder as necessidades regionais e locais para além das exigências do mercado, buscando o bem estar social. Portanto, a política de expansão da pesquisa torna-se uma questão fundamental para a UFRB, com a inclusão de mais alunos e professores em projetos científicos das várias áreas do conhecimento.

Diante disso, para que a Instituição possa realizar todas as suas demandas, como formar pessoas qualificadas, desenvolver a ciência em um mundo sem fronteiras e agir localmente, promovendo a extensão, se faz necessário que a mesma

tenha condições de se reestruturar, de formar parcerias com outras instituições e buscar sempre a participação da sociedade, principalmente quando objetiva contribuir com o processo de desenvolvimento local/regional de forma direta, mesmo diante cenários político-econômicos adversos.

Considerando o conteúdo aqui apresentado durante a elaboração dessa dissertação e com base nas análises das entrevistas e dos dados levantados sobre o Centro de Artes, Humanidades e Letras - CAHL e do município de Cachoeira, propõe-se a análise e avaliação de algumas questões pela instituição para que o CAHL/UFRB buscando superar entraves e limites, para que possa efetivamente tornar-se uma liderança, com condições de ampliar, consolidar, estimular ou contribuir com ações para o desenvolvimento local do município de Cachoeira.

### **Pontos críticos relacionados com gestão e planejamento**

1. Política de inovação administrativa e acadêmica na gestão da Instituição;
2. Políticas de ação dentro do planejamento institucional visando o desenvolvimento local e regional do Recôncavo, a partir de uma reflexão sobre seus limites e possibilidades no âmbito do ensino-pesquisa-extensão;
3. Participação de egressos nos processos de reorganização acadêmica tendo em vistas as experiências vividas e as demandas da sociedade;
4. O âmbito da pesquisa e a construção de políticas públicas no setor da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) direcionadas ao desenvolvimento local, além da questão da pós-graduação no CAHL e sua interação com a comunidade;
5. Participação da comunidade interna em editais de apoio financeiro no desenvolvimento de pesquisas e à participação em projetos de extensão;
6. Integração da comunidade externa nas ações envolvendo os projetos de pesquisa e extensão;
7. Mecanismos mais eficientes de comunicação do CAHL/UFRB com a sociedade local;
8. Integração e parceria com outras universidades, intra e inter regionalmente, com outras instituições sociais, empresas e o poder público tendo em vista alcançar uma melhor estrutura e organização pela qualidade do ensino e de melhores condições para agir em prol do desenvolvimento local/regional;

9. Consórcios e comitês de desenvolvimento local e regional, envolvendo os municípios da Região; e
10. Estudos sobre os impactos que a Instituição promove localmente e em toda extensão territorial, tanto no âmbito econômico, como nas dimensões da educação e inclusão social etc.

➤ **Pontos críticos relacionados a projetos e planos de execução.**

1. Processos de transferência da produção científica, tecnologia e inovação aos grupos interessados (criação de página na internet sobre o tema, promover reunião com lideranças locais, exposições e cursos);
2. Palestras, orientações e ações, com a participação de instituições públicas e lideranças sociais, sobre questões que afligem a comunidade local: como a violência e o aumento do tráfico de drogas.
3. Projetos de interesse local, de educação e de preservação do patrimônio;
4. Espaços para a efetivação de programas na área de orientação e consultoria, promover o desenvolvimento de empresas juniores, incubadoras de negócios (incentivar a formação de redes de economia solidaria);
5. Projetos nas escolas da cidade e da zona rural sobre meio ambiente e sustentabilidade, além de participar das ações sobre o tema desenvolvidas por instituições locais;
6. Estudos, pesquisas e projetos em políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no município;
7. Amplo estudo sobre todos os terreiros de candomblé do município e dos grupos culturais;
8. Projetos de desenvolvimento territorial, em conjunto com outras instituições responsáveis, que ajudem na criação de trabalho e formação de renda para a população mais vulnerável socialmente (fortalecer e promover a criação de cooperativas e associações).
9. Espaços escolares da zona rural e urbana com projetos correlacionados os cursos do CAHL (direito e cidadania, cinema, patrimônio, artes visuais, etc.);
10. Parcerias com o poder público municipal, contribuindo para a modernização da gestão pública do Município; e

11. Parcerias com o poder público para melhorar a gestão da saúde básica no Município com a promoção de projetos de saúde preventiva, direcionados, principalmente, à população mais carente das zonas rurais e urbanas.

O ensino superior nas últimas décadas passou por grandes transformações, modificando sua estrutura, gestão, público, devido ao processo de maior entrada de estudantes de diferentes contextos e realidades, e, notadamente, sua missão e a relação com a sociedade. Todas essas mudanças se deram por questões políticas, econômicas, culturais, avanços tecnológicos e por pressões advindas da sociedade, dos seus diversos grupos, como trabalhadores, estudantes, empresários, movimentos sociais, entre outros. Nesse contexto, debate-se o próprio papel da universidade, os novos desafios, a função docente e a formação oferecida pela instituição ao seu público.

Na era conhecida como “sociedade do conhecimento”, orientada pela tecnologia e inovação que têm ditado a produção e a economia em escala global, se vislumbra a universidade como uma instituição de grande relevância, pois, é responsável, dentre outras questões, por formar pessoas e, atualmente, produzir conhecimento científico e tecnologia úteis ao processo de geração de riqueza.

Diante desse cenário e das novas demandas exigidas da universidade, torna-se importante que as instituições ampliem as discussões sobre sua missão, para que possam definir melhor suas possibilidades de atuação local e regional, tendo em vista que têm sido consideradas como um mecanismo de desenvolvimento. Além disso, as universidades devem questionar o processo de formação dos seus alunos, isso é importante porque revela como as pessoas estão sendo formadas, quais são as expectativas, para qual sociedade, e para qual mercado de trabalho, tudo isso, reflete que tipo de desenvolvimento se busca para a comunidade e para cada indivíduo.

Nesse sentido, a universidade precisa questionar se quer e se tem estimulado o crescimento amplo do ser humano, tanto no sentido profissional e mais pragmático, exigido pelo atual mercado de trabalho, como também, em simultâneo, no sentido pessoal, valorizando questões como pensamento crítico, independência, valores éticos e humanos e visão de mundo, ou apenas preparando profissionais para o mercado de trabalho. Esta questão é extremamente relevante porque reflete o tipo de desenvolvimento que se espera de uma sociedade, se no sentido mais humano ou mais direcionado para a busca do crescimento econômico e do lucro.

De alguma forma, esses questionamentos encontram-se em evidências nas falas dos entrevistados, principalmente dos gestores da Instituição, transcritas nesta dissertação, e revelam que esse tema ainda carece de maior definição e discussão no âmbito da UFRB, inclusive no CAHL, para que a Instituição como um todo, possa melhor compreender sua missão e responsabilidades, como também se aproximar da sociedade que a cerca e influencia, o que irá exigir dos seus egressos, no contexto do mercado de trabalho, habilidades, conhecimentos e atitudes compatíveis com a atual realidade, marcada por um mercado mais competitivo e direcionado pelos avanços tecnológicos.

Diante do que se abordou ao longo desta dissertação, as universidades públicas são agentes do desenvolvimento e de transformação dos espaços onde se instalam. Em regiões pobres e em pequenas e médias cidades, a exemplo do município de Cachoeira, sua influência torna-se ainda mais visível. A UFRB dinamizou as relações econômicas e alterou a estrutura e a organização espacial da cidade, modificando costumes e o modo de vida local, além de contribuir com uma maior disseminação do conhecimento.

Mas a melhoria da qualidade de vida ainda carece de muitos esforços e apoio de vários agentes, e o CAHL/UFRB é um elemento-chave desse processo. A Instituição pode contribuir nas várias dimensões do desenvolvimento, fortalecendo a mobilização e a participação da Comunidade nos projetos de interesse da sociedade e do próprio Centro de ensino, deixando de ser uma universidade **no** local para tornar-se, de fato, uma universidade **do** local, enraizando-se ao território.

## Referências.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

ARRUDA, Ana Lúcia Borba de. Políticas da Educação Superior no Brasil: Expansão e Democratização: Um Debate Contemporâneo. **Espaço do Currículo**, v. 3, n.2, p. 501-510, set. 2010/ mar. 2011.

ASSIS MENEZES, Maria Arlinda de. Do método do caso ao case: a trajetória de uma ferramenta pedagógica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Vol. 35, Núm. 1, jan./abril, pag. 129-143, 2009.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Cachoeira, Ba. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/cachoeira\\_ba](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/cachoeira_ba)>. Acesso em: 15 de jul. de 2016.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Novos limites dos 20 municípios do Recôncavo são fechados com consenso**. Disponível em: <<http://limites.sei.ba.gov.br/category/noticias/territorios/reconcavo/>>. Acesso em: 29 de jun. de 2016a.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Anuário Estatístico da Bahia 2013**. 2013. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=110)>. Acesso em: 29 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Índice de Performance Econômico e Social dos Municípios Baianos 2002-2010**. 2014. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=74&Itemid=110](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=110)>. Acesso em: 29 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Educação: Tabelas e gráficos**. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2283&Itemid=555](http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2283&Itemid=555)>. Acesso em 19 de jul. de 2016b.

\_\_\_\_\_. Secretária de Recursos Hídricos (SRH). **Território de Identidade: 21 – Recôncavo**. 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.



BARROS, Areza; SILVA, Norma; SPINOLA, Noelio. Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno: questões conceituais. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Salvador, ano VIII, n. 14, Jul. 2006.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. **Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica**, 2015. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/12013>>. Acesso em 15 de jul. de 2016.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo Endógeno: Para qué? Para Quién?** Universidad Católica de Chile, 2004. Disponível em: <[http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia\\_boisier.pdf](http://www.cedet.edu.ar/Archivos/Bibliotecas/ponencia_boisier.pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2015.

\_\_\_\_\_. **Desarrollo (local): De qué estamos Hablando?** Cámara de Comercio de Manizales, Colombia, 1999. Disponível em: <[http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo\\_Local\\_De\\_que\\_estamos\\_hablando\\_2.pdf](http://www.flacsoandes.edu.ec/web/imagesFTP/1245948918.Desarrollo_Local_De_que_estamos_hablando_2.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

BOMFIM, Marcia Virginia Pinto. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e seu funcionamento técnico**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, UFBA, 2006.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silva Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: 01 de ago. de 2016.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Ensaio: os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. Cachoeira, v. 1(1), 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, Princípios e Programas**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 28 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): Diretrizes Gerais**. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação (MEC). **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): Expansão**, 2010. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/expansão>>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Portal Brasil. Dilma anuncia 5 novas universidades federais para o país. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/05/dilma-garante-cinco-novas-universidades-federais-no-pais>>. Acesso em: 27 de jun. de 2016.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a Democracia e o Desenvolvimento Local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

CAMPOS, Claudinei Jose Gomes. **Método de Análise de Conteúdo**: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n5/a19v57n5.pdf>>. Acesso em 02 de ago. de 2016.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. **Análise de Conteúdo**: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método, 2014. Disponível em:<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10000>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

CATALÃO, Igor. **A propósito da dialética socioespacial e dos movimentos sociais**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/3633/2884>. Acesso em: 17 de fev. de 2016.

COELHO, Hugo Ricardo da Palma. **Para uma Universidade Socialmente Responsável. A Extensão Universitária como motor de Desenvolvimento Local. Estudo Exploratório da ITES – UFBA**. Dissertação (Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa, 2010.

CORREA, Sandro dos Santos. O território de Cachoeira-BA: O potencial do Patrimônio Cultural de Matriz Africana e as Possibilidades para o desenvolvimento do Recôncavo Baiano. In: CORREA, Sandro dos Santos; ESTEVAM, André Luiz Dantas; SANTOS, Elba Medeiros Punski dos. (Orgs.). **Recôncavo Baiano: Trajetórias e dinâmicas Territoriais**. Salvador: Assembleia Legislativa, 2015.

COSTA, Rogério H. da. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

ESCRIGAS, Cristina. Et al. Novas dinâmicas para a responsabilidade social. In: MULLER, Vera (trad.). **Educação superior em tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 3 -16.

FERNANDES, Rosali Braga; OLIVEIRA, Leila Cristina da Silva. **Evolução econômica do município de Cachoeira (BA): do século XVI ao século XXI**, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3747/3431>>. Acesso em: 13 de jul. de 2016.

FRANTZ, Telmo Rudi. Inovação tecnológica e desenvolvimento: noções introdutórias e perspectivas analíticas à luz das teorias econômicas. In: SIEDENBERG, Dieter Rugard (org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais**, 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 01 de ago. de 2016.

HENRIQUE, Wendel. **A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira- Ba: notas preliminares de pesquisa.** Disponível em:< <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3570>>. Acesso em: 13 de jul. de 2016.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In. HEIDEMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 3ª ed., 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@.** Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=290490&search=bahia|cachoeira>>. Acesso em 19 de jul. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Área de Influências das Cidades – REGIC.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. INEP

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).** Disponível em:<<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-componentes>>. Acesso em: 08 de nov. de 2016.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública.** Tradução de George Sarmento. Maceió: EDUFAL, 2012, 244 p.

LOPES. Roberto Paulo Machado. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MACHADO, João Guilherme Rocha; PAMPLONA, João Batista. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. Campinas: **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, v.10, n.60, jan./mar. 2015.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT33/GT33\\_CepedaVMarquesA.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT33/GT33_CepedaVMarquesA.pdf)>. Acesso em: 26 de jun. de 2016.

MATOS, Daniel Abud Seabra; JARDILINO, José Rubens Lima. Os conceitos de Concepção, Percepção, Representação e Crença no campo educacional:

similaridades, diferenças e implicações para a pesquisa. Fortaleza: **Educação & Formação**, v. 1, n. 3, p. 20-31, set./dez. 2016.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. Políticas sociais e luta de classes: uma crítica a Amartya Sen. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 11, n. 1, p. 65-73, jan./jul. 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ªed. São Paulo: Boitempo, 2ªed, 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; ANHAIA, Bruna Cruz. Políticas de Inclusão social no ensino superior no Brasil: políticas de redistribuição de oportunidades? Reflexões a partir das experiências em IES do Rio Grande do Sul. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (Org.). **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v5\\_n2/uma\\_discussao\\_sobre.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf)>. Acesso em: 06 de fev. 2016.

OpenStreetMap. Representação gráfica da localização do CAHL/UFRB. Disponível em: <<https://www.openstreetmap.org/search?query=Cahl%2FUFRB#map=19/-12.60170/-38.96681>>. Acesso em: 11 de Out. 2016.

PEREIRA, Érico Felden; TEIXEIRA, Clarissa Stefani; SANTOS, Anderlei dos. **Qualidade de vida: Abordagem, conceitos e avaliação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. **Texto para Discussão, nº 1794**. Rio de Janeiro, IPEA, novembro, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=16421](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16421)>. Acesso em: 17 de fev. de 2016.

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)**. O que é desenvolvimento humano. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 17 de fev. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acesso em: 08 de jul. de 2016.

RODRIGUES, Maria da Paz de Jesus. Políticas Culturais no município de Cachoeira – BA: avanços e desarticulações. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, V, 2009, Salvador. **Anais...** Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19174.pdf>>. Acesso em: 13 de jul. de 2016.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e desenvolvimento regional**: o apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional, Curitiba: Juruá, 2010.

SANTANA, Elissandro Trindade. **A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e a Produção do Espaço Urbano-Regional**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências, UFBA, 2012.

SANTANA, Elissandro Trindade de; MARENGO, ShantiNitya. A Universidade Federal do Recôncavo como Política de Desenvolvimento Regional no Espaço Intraurbano de Santo Antônio de Jesus. **Geotextos**, vol. 8, n. 2, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewArticle/6131>> Acesso em 02 de jun. de 2016.

SANTOS, José Ricardo Rosa dos Santos. **Universidade Pública e Desenvolvimento Local**: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como expansão das capacitações. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMAR, A.K (Ed.) **Desenvolvimento Humano**: leituras selecionadas. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, PNUD, 2007a, p.43-61.

\_\_\_\_\_. Capital humano e capacitação humana. In: FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMAR, A.K (Ed.) **Desenvolvimento Humano**: leituras selecionadas. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, PNUD, 2007b, 91-95.

SIEDENBERG. Dieter Rugard. Fundamentos, trajetórias e abordagens contemporâneas do desenvolvimento. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Desenvolvimento sob múltiplos olhares**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

\_\_\_\_\_. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**. Unijuí, ano 1, n. 1, jan/jun, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67>>. Acesso em: 06 de fev. 2016.

SILVA. Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: uma análise urbano-regional baseada em cluster. Tese (Doutorado). Escola de Comunicações e Artes/USP. São Paulo, 2004.

SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. **Universidade e desenvolvimento local**: o caso da Universidade Estadual de Goiás. Tese (Doutorado). Instituto de Economia, UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

SOBRINHO, José Dias. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado**: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TCM/BA - TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA. Indicadores Municipais. Disponível em:< [http://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/arquivos\\_antigos/IndicadoresRevisado-Janeiro2008.htm](http://www.tcm.ba.gov.br/wp-content/uploads/arquivos_antigos/IndicadoresRevisado-Janeiro2008.htm)>. Acesso em: 15 de jul. de 2016.

VARGAS, Hustana Maria. REUNI na Universidade Federal Fluminense: aspectos da interiorização. In: BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira (Org.). **Ensino superior: expansão e democratização**. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

VISCAÍNO JÚNIOR. Manuel Marquez. **Repensando o desenvolvimento diante da globalização capitalista e das novas demandas para a educação**. 2008, Dissertação (Faculdade de Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-131645/pt-br.php>>. Acesso em: 06 de fev. 2016.

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **UFRB**: Subsídios para a criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, 2003. Disponível em:< <https://ufrb.edu.br/portal/images/historia/projeto-ufrb.pdf> >. Acesso em 04 de jul. 2016.

UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Pró- Reitoria de extensão. **O que é extensão universitária?**. Disponível em: < <https://www.ufrb.edu.br/proext/o-que-e-extensao-universitaria>>. Acesso em: 28 de out. de 2016a.

\_\_\_\_\_. **A UFRB**. Disponível em:<<https://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb>>. Acesso em 07 de out. de 2016b.

\_\_\_\_\_. Disponível em:< <https://www.ufrb.edu.br/portal/>>. Acesso em 07 de Out. de 2016c.

\_\_\_\_\_. **Orçamento/Finanças 2016**. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/images/documentos/2016/apresentacao-orcamento-ufrb-2016.pdf>>. Acesso em: 07 de Out. de 2016d.

\_\_\_\_\_. Comissão Própria de Avaliação (CPA). **Relatório de Autoavaliação Institucional**: Relatório Parcial I do Ciclo Avaliativo 2015-2017, 2016e. Disponível em:< [https://www.ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/Relatorio2015\\_2017.pdf](https://www.ufrb.edu.br/cpa/images/relatorios/Relatorio2015_2017.pdf)>. Acesso em: 07 de jul. de 2016.

\_\_\_\_\_. Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL). Disponível em:<<https://www.ufrb.edu.br/cahl>>. Acesso em: 20 de jul. de 2016f.

\_\_\_\_\_. Pró- Reitoria de Planejamento – PROPLAN. **UFRB em números 2014**. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proplan/index.php/ufrb-em-numeros>>. Acesso em 06 de jul. de 2016g.

\_\_\_\_\_. **PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014)**, 2009. Disponível em: < <https://www.ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf>>. Acesso em 04 de mar. de 2016.

\_\_\_\_\_. Pró- Reitoria de Graduação – PROGRAD. **Relatório de Gestão Setorial de 2014**, 2014. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>>. Acesso em 04 de jul. de 2016.

\_\_\_\_\_. Pró- Reitoria de Planejamento – PROPLAN. **Relatório de Gestão, 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2014**. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proplan/index.php/relatoriodegestao>>. Acesso em: 06 e 07 de jul. de 2016.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Socerj**, Rio de Janeiro, nº 20, set/out, p. 383-386, 2007.

## Apêndice

### Roteiros de Entrevista.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL  
MESTRADO PROFISSIONAL**

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/Ba segundo a percepção dos agentes locais.

**Roteiro de Entrevista: gestores da UFRB (Reitoria)**

#### PARTE I: DESCRITIVO

1. **Nome:** \_\_\_\_\_
2. **Sexo:**  
 Feminino  
 Masculino
3. **Segundo a etnia (cor da pele), como você se declara**  
 Negra  
 Parda  
 Branca  
 Indígena  
 outra, qual? \_\_\_\_\_
4. **Idade**  
 entre 21 e 30 anos  
 entre 31 e 40 anos  
 entre 41 e 50 anos  
 entre 51 e 60 anos  
 mais de 60 anos
5. **Local de Residência (Município)** \_\_\_\_\_  
 zona rural  
 zona urbana
6. **Local de Nascimento:** \_\_\_\_\_
7. **Contato (tel, endereço, e-mail)** \_\_\_\_\_
8. **Há quanto tempo o(a) Sr.(a) é professor(a) da UFRB?**  
 \_\_\_\_\_
9. **Desde quando é Reitor(a) ou Vice-reitor(a) da UFRB?**  
 \_\_\_\_\_

#### PARTE II: QUALITATIVO



1. Qual a importância da Universidade para o desenvolvimento local e regional? Como analisa a relação da UFRB com a região onde está inserida?  
2.
  
3. Como define a participação da UFRB nas cidades que sediam unidades da Universidade?  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente  
Por quê?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
  
4. Qual é a relação da UFRB com os governos municipais e estadual? existe alguma política pública sendo realizada em conjunto?
  
5. Qual é a relação da UFRB com o setor produtivo da região do Recôncavo?
  
6. Existe alguma relação da UFRB com outras instituições de educação superior na região e na Bahia. Essa integração tem de alguma forma contribuído para o desenvolvimento local/regional. Qual seria?
  
7. Saberá informar quais foram os critérios para a escolha das cidades que sediam os centros de ensino?
  
8. Saberá informar quais foram os critérios para a escolha dos cursos?
  
9. Qual a perspectiva e quais os critérios de criação de novos cursos na graduação?
  
10. Qual a perspectiva e quais os critérios de criação de novos cursos na pós-graduação?
  
16. Qual tem sido a contribuição e quais os principais entraves das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFRB para desenvolvimento local e regional?
  
11. Como o(a) senhor(a) avalia a atuação da UFRB para o desenvolvimento das seguintes dimensões junto a região e a sociedade do Recôncavo?
  - Economia e geração de renda:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Educação e saúde:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Inclusão social:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Mobilização e participação da sociedade em assuntos de interesse coletivo:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Cultura e direitos humanos  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Gestão ambiental:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Tecnologia e inovação:

( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

- Informaria outra dimensão?  
( ) sim ( ) não

Se sim, qual: \_\_\_\_\_

- ( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

12. Dentre as metas da sua gestão para a UFRB, existe alguma que se refere a melhoria da relação da Universidade com a comunidade? Qual seria?
13. Existe algum mecanismo desenvolvido pela UFRB para a transferência de conhecimento produzido dentro da universidade para a sociedade do Recôncavo?
14. A UFRB, em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa que atuam no Recôncavo, ou que mantenham uma relação próxima, poderia promover um projeto de desenvolvimento regional e ser uma liderança nesse processo?
15. Que ações podem ser realizadas para que a Universidade assuma esse papel de liderança?
16. Na sua perspectiva, análise o presente e o futuro da UFRB. (relacione com o pós-REUNI)
17. Existe alguma informação que o Sr.(a) gostaria de acrescentar.  
( ) sim ( ) não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/Ba segundo a percepção dos agentes locais.

**Roteiro de Entrevista: gestores da UFRB (gestores de ensino, pesquisa ou extensão do CAHL)**

**PARTE I: DESCRITIVO**

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Sexo:
  - ( ) Feminino
  - ( ) Masculino
3. Segundo a etnia (cor da pele), como você se declara
  - ( ) Negra
  - ( ) Parda
  - ( ) Branca
  - ( ) Indígena
  - ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_
4. Idade
  - ( ) entre 21 e 30 anos
  - ( ) entre 31 e 40 anos
  - ( ) entre 41 e 50 anos
  - ( ) entre 51 e 60 anos
  - ( ) mais de 60 anos
5. Escolaridade: \_\_\_\_\_
6. Local de Residência (Município) \_\_\_\_\_
  - ( ) zona rural
  - ( ) zona urbana
7. Local de Nascimento: \_\_\_\_\_
8. Contato (tel, endereço, e-mail) \_\_\_\_\_
9. Há quanto tempo o(a) Sr.(a) é professor(a) da UFRB?  
 \_\_\_\_\_
10. É gestor(a) de: ( ) ensino ( ) pesquisa ( ) extensão do CAHL, desde quando?  
 \_\_\_\_\_

**PARTE II: QUALITATIVO**

11. Qual a importância da Universidade para o desenvolvimento local e regional e como analisa a relação/contribuição do CAHL no desenvolvimento de Cachoeira

12. Como define a participação da UFRB/CAHL em Cachoeira?

( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

Por quê?

---



---



---

13. Qual a influência e contribuição das ações de ( ) ensino ( ) pesquisa ( ) extensão do CAHL para o desenvolvimento local (socioeconômico) de Cachoeira? (marcar a área do gestor respondente)

14. Na sua opinião, qual a relevância dos cursos de graduação oferecidos pelo CAHL para o desenvolvimento local e regional?

15. Existe integração do ensino, da pesquisa e da extensão no CAHL?

16. Existe integração das ações que são desenvolvidas no CAHL com a comunidade de Cachoeira, suas necessidades e demandas?

17. Existe alguma relação das ações de ( ) ensino ( ) pesquisa ( ) extensão do CAHL com outras instituições de educação superior de Cachoeira, do Recôncavo e da Bahia?  
( ) sim ( ) não

18. Se sim, de que forma essa integração tem contribuído para o desenvolvimento local/regional?

19. Como o(a) Sr.(a) avalia a atuação do CAHL para o desenvolvimento das seguintes dimensões junto a cidade e a população de Cachoeira?

- Economia e geração de renda:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Educação e saúde:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Inclusão social:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Mobilização e participação da sociedade em assuntos de interesse coletivo:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Cultura e direitos humanos  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Gestão ambiental:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Tecnologia e inovação:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Informaria outra dimensão?  
( ) sim ( ) não

Se sim, qual: \_\_\_\_\_

- ( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

20. Existe algum tipo de fomento ou incentivo interno ou externo para que a pesquisa na UFRB e especificamente no CAHL atendam as demandas locais e regionais?

21. Dentre as metas da sua gestão para o CAHL, existe alguma que se refere a melhoria da relação da Centro com a comunidade? Qual seria?
22. Na sua opinião o CAHL/UFRB, em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa que atuam no Recôncavo, ou que mantenham uma relação próxima, poderia promover um projeto de desenvolvimento local e ser uma liderança ou um elemento-chave nesse processo?
23. Que ações podem ser realizadas para que o CAHL assuma esse papel de liderança ou emento-chave?
24. Na sua perspectiva, análise o presente e o futuro do CAHL/ UFRB dentro da sua gestão. (relacione com o pós-REUNI)
25. Existe alguma informação que o Sr.(a) gostaria de acrescentar.  
( ) sim ( ) não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/Ba segundo a percepção dos agentes locais.

**Roteiro de Entrevista: Gestores da UFRB (Direção do CAHL)**

**PARTE I: DESCRITIVO**

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Sexo:
  - ( ) Feminino
  - ( ) Masculino
3. Segundo a etnia (cor da pele), como você se declara
  - ( ) Negra
  - ( ) Parda
  - ( ) Branca
  - ( ) Indígena
  - ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_
4. Idade
  - ( ) entre 21 e 30 anos
  - ( ) entre 31 e 40 anos
  - ( ) entre 41 e 50 anos
  - ( ) entre 51 e 60 anos
  - ( ) mais de 60 anos
5. Escolaridade: \_\_\_\_\_
6. Local de Residência (Município) \_\_\_\_\_
  - ( ) zona rural
  - ( ) zona urbana
7. Local de Nascimento: \_\_\_\_\_
8. Contato (tel, endereço, e-mail) \_\_\_\_\_
9. Há quanto tempo o Sr.(a) é professor(a) da UFRB? \_\_\_\_\_
10. Desde quando é diretor(a) do centro? \_\_\_\_\_

**PARTE II: QUALITATIVO**

10 . Qual a importância da Universidade para o desenvolvimento local e regional e como analisa a relação/contribuição do CAHL no desenvolvimento de Cachoeira

11 . Como define a participação do CAHL em Cachoeira?

- ( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

Por quê?

---



---



---

12. Existe alguma política pública, projeto ou programa que o UFRB/ CAHL desenvolve em parceria com o Município?

( ) sim ( ) não

15. Se sim, qual(is)?

17. O CAHL mantém alguma relação com o setor produtivo de Cachoeira ou da região do Recôncavo?

( ) sim ( ) não

18. Se sim, de que tipo?

19. Existe alguma parceria do CAHL com outras instituições de educação superior e de pesquisa de Cachoeira, do Recôncavo e da Bahia?

( ) sim ( ) não

20. Se sim, de que forma essa integração tem contribuído para o desenvolvimento local/regional?

21. Sabe informar quais foram os critérios para a criação dos cursos de graduação e pós-graduação existentes no CAHL?

22. Existe a intenção de criação de novos cursos na graduação do CAHL? Quais seriam os critérios?

23. Existe a intenção de criação de novos cursos na pós-graduação do CAHL? Quais seriam os critérios?

24. Qual a relevância dos cursos oferecidos pelo CAHL para o desenvolvimento local e regional?

25. Qual tem sido a contribuição e quais os principais entraves das atividades de ensino, pesquisa e extensão para desenvolvimento local em Cachoeira?

26. Como o(a) Sr.(a) avalia a atuação do CAHL para o desenvolvimento das seguintes dimensões junto a cidade e a população de Cachoeira?

- Economia e geração de renda:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Educação e saúde:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Inclusão social:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Mobilização e participação da sociedade em assuntos de interesse coletivo:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Cultura e direitos humanos  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

- Gestão ambiental:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Tecnologia e inovação:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Informaria outra dimensão?  
( ) sim      não ( )
- Se sim, qual: \_\_\_\_\_  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

27. Dentre as metas da sua gestão para o CAHL, existe alguma que se refere a melhoria da relação do Centro com a comunidade? Qual seria?
28. Existe algum mecanismo desenvolvido pelo CAHL para a transferência de conhecimento produzido dentro da universidade para a sociedade local?
29. O senhor indicaria alguma ação que o CAHL/ UFRB deveria desenvolver tendo em vista melhorar a relação da Instituição com a gestão do município.
30. O CAHL, em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa que atuam em Cachoeira e no Recôncavo, ou que mantenham uma relação próxima, poderia promover um projeto de desenvolvimento local e ser uma liderança ou elemento-chave nesse processo?
31. Que ações podem ser realizadas para que o CAHL/UFRB possa assumir esse papel de liderança?
32. Na sua perspectiva, analise o presente e o futuro do CAHL/ UFRB. (relacione com o pós-REUNI)
33. Existe alguma informação que o Sr.(a) gostaria de acrescentar.

( ) sim      ( ) não

Se sim, qual?

---

---

---





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCÂVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGURANÇA SOCIAL**  
**MESTRADO PROFISSIONAL**

UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB e o desenvolvimento em Cachoeira/Ba segundo a percepção dos agentes locais.

**Roteiro de Entrevista: lideranças locais (econômica, social, religiosa).**

**PARTE I: DESCRITIVO**

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Sexo:
  - ( ) Feminino
  - ( ) Masculino
3. Segundo a etnia (cor da pele), como você se declara
  - ( ) Negra
  - ( ) Parda
  - ( ) Branca
  - ( ) Indígena
  - ( ) outra, qual? \_\_\_\_\_
4. Idade
  - ( ) entre 21 e 30 anos
  - ( ) entre 31 e 40 anos
  - ( ) entre 41 e 50 anos
  - ( ) entre 51 e 60 anos
  - ( ) mais de 60 anos
5. Escolaridade.
  - ( ) Fundamental
  - ( ) Ensino Médio
  - ( ) Ensino superior incompleto
  - ( ) Ensino superior completo
  - ( ) Pós-graduação
  - ( ) Outros.
6. Local de Residência (Município): \_\_\_\_\_
  - ( ) zona rural
  - ( ) zona urbana
7. Local de Nascimento: \_\_\_\_\_
8. Contato (tel, endereço, e-mail) \_\_\_\_\_
9. Há quanto tempo o Sr.(a) reside no município de Cachoeira? \_\_\_\_\_
10. Em que setor/ atividade o Sr(a) trabalha em Cachoeira? \_\_\_\_\_
11. Desde quando o Sr(a) trabalha nesse setor/ atividade na cidade? \_\_\_\_\_

**PARTE II: QUALITATIVO**

12. Qual a importância da Universidade para o desenvolvimento local e regional (socioeconômico)?
13. O Sr.(a) soube ou participou das discussões (fórum, reunião, conselho, conferência) para a criação da UFRB no Recôncavo e do CAHL em Cachoeira?
14. Em sua opinião as atividades que a UFRB e o CAHL promovem, contribuem para o desenvolvimento do Recôncavo e de Cachoeira?
- ( ) sim não ( )
15. O que o senhor acha que a UFRB e o CAHL deveriam priorizar/fazer para contribuir com o desenvolvimento do Recôncavo e de Cachoeira?
16. Qual população é mais beneficiada pela atuação da UFRB em Cachoeira?
- ( ) Zona Rural ( ) Zona Urbana
- Comente
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
17. Como define a participação do CAHL em Cachoeira?
- ( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
- Por quê?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
18. O Sr.(a) acha que a vida da população de Cachoeira melhorou após a implantação do CAHL?
- ( ) sim ( ) não
19. O Sr.(a) acha que a vida da população de Cachoeira piorou após a implantação do CAHL?
- ( ) sim ( ) não
20. Indique os aspectos positivos e negativos decorrentes da presença do CAHL em Cachoeira.
21. O Sr.(a) sabe quais os cursos, de graduação e pós-graduação, são oferecidos pelo CAHL em Cachoeira?
22. Você acredita que os cursos existentes no CAHL contribuem para o desenvolvimento do Município? De que forma?
23. Quais cursos o Sr.(a) acha que o CAHL deveria ter e por que?
24. O Sr.(a) conhece alguma ação da UFRB que foi realizada ou esteja se realizando na cidade de Cachoeira?
- ( ) sim ( ) não

Se sim, qual? (atividade de ensino, de pesquisa ou de extensão)

---



---



---

25. Na sua opinião, quais pesquisas deveriam ser desenvolvidas pela UFRB/ CAHL e seriam de interesse do Município?

26. Quais ações de extensão junto à comunidade (atividades e projetos, cursos...) o CAHL deveria desenvolver em Cachoeira?

27. Como o(a) Sr.(a) avalia a contribuição da UFRB/CAHL para o desenvolvimento das seguintes questões/dimensões junto a cidade e a população de Cachoeira?

- Economia e geração de renda:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Educação e saúde:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Inclusão social:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Mobilização e participação da sociedade em assuntos de interesse coletivo:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Cultura e direitos humanos  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Gestão ambiental:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Tecnologia e inovação:  
( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente
  - Informaria outra dimensão?  
( ) sim não ( )
- Se sim, qual: \_\_\_\_\_
- ( ) Ruim/Inexpressiva ( ) Regular ( ) Boa ( ) Ótima ( ) Excelente

28. Você acredita que o CAHL/UFRB desenvolve uma boa relação com a comunidade e com a gestão municipal? Se não, o que poderia ser feito para melhorar essa relação?

29. Existe alguma informação que o Sr.(a) gostaria de acrescentar.

( ) sim ( ) não

Se sim, qual?

---



---



---

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A UFRB E O DESENVOLVIMENTO EM CACHOEIRA/BA SEGUNDO A PERCEPÇÃO DOS AGENTES LOCAIS**.

Você foi selecionado por ser considerado uma liderança local (setor econômico, social, político, religioso, social, educacional) e sua participação não é obrigatória.

A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição (detalhar, se pertinente).

Os objetivos deste estudo são: analisar o papel da UFRB no âmbito do desenvolvimento local a partir da cidade de Cachoeira.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a uma entrevista semiestruturada realizada de forma presencial pelo pesquisador que irá utilizar de anotações e gravador para guardar suas respostas e ao fim da pesquisa todas as informações passadas pelo entrevistado serão apagadas.

Os riscos relacionados com sua participação, mesmo que mínimos são: de ordem psicológica, intelectual ou emocional; possibilidade mínima de constrangimento ao responder as pergunta; além da possibilidade de desconforto, estresse e cansaço. Para minimizar tais riscos, garantimos que as repostas serão confidenciais, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, as perguntas serão realizadas em espaço privado, a participação será voluntária e com garantia de total sigilo aos participantes.

O benefício relacionado com a sua participação na pesquisa é por contribuir com a construção de uma base de informação e conhecimento para a tomada de decisões de gestores e administradores públicos, tanto no âmbito da UFRB, como por outras instituições, no que se refere à proposição de ações que possam levar ao desenvolvimento local de Cachoeira, trazendo melhorias no campo da economia, da tecnologia, do trabalho e renda, da educação, saúde e cultura.

Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o Projeto de Pesquisa de sua participação, agora ou a qualquer momento.

### **DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL:**

**Ozana Rebouças Silva**

---

### **Assinatura**

**Endereço: Avenida Eduardo Fróes da Mota, 170 Santa Mônica, Feira de Santana – Ba, cep: 44078-015 / Tel: 75 992682027**

Qualquer dúvida, também poderá entrar em contato com:

CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas/BA - 44.380-000. E-mail: [eticaempesquisa@ufrb.edu.br](mailto:eticaempesquisa@ufrb.edu.br). O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

**Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.**

**Cachoeira, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016**

---

Participante da pesquisa

Figura 12 - Rua no centro de Cachoeira



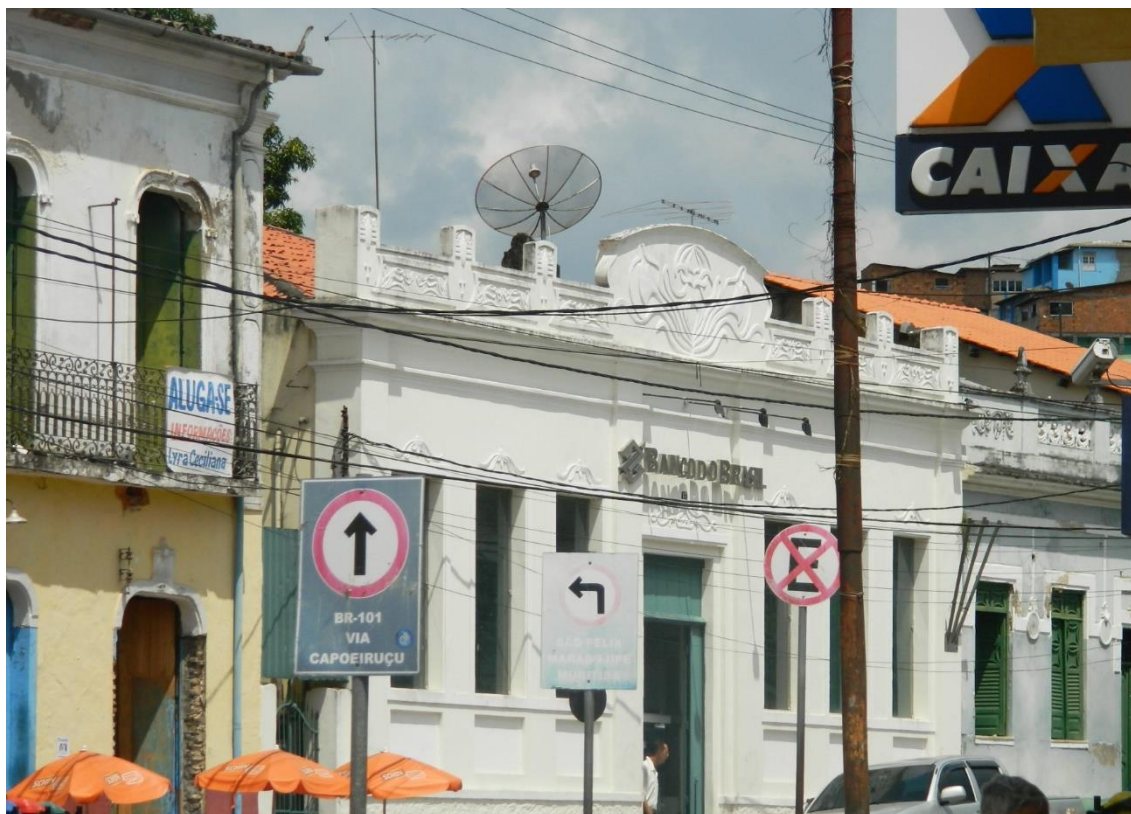
Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Figura 13 - Sobrados no centro de Cachoeira



Fonte: Elaborada pela autora, 2016

Figura 14 - Agências Bancárias em Cachoeira



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.

Figura 15 - Casas na cidade de Cachoeira.



Fonte: Elaborada pela autora, 2016.